

# RELATÓRIO & CONTAS 2022



BANCO INTERNACIONAL  
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

DESDE SEMPRE · PARA SEMPRE



**BISTP**

Banco Internacional de  
São Tomé e Príncipe

<b>01</b>	PRINCIPAIS INDICADORES .....	1	<b>08</b>	RECURSOS HUMANOS .....	48
<b>02</b>	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA .....	4	<b>09</b>	RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	51
<b>03</b>	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS .....	7	<b>10</b>	ANÁLISE FINANCEIRA .....	53
	3.1 Estrutura Acionista .....	7		10.1 Componentes do Balanço .....	53
	3.2 Órgãos Sociais .....	7		10.2 Componentes da Demonst. de Resultados .....	54
	3.3 Marcos da Atividade .....	7	<b>11</b>	PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIB. DE RESULTADOS .....	56
<b>04</b>	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO .....	9	<b>12</b>	RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA .....	57
	4.1 Contexto Internacional .....	9	<b>13</b>	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	59
	4.2 Contexto Nacional .....	16	<b>14</b>	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	63
<b>05</b>	ESTRATÉGIA DE NEG. E PRESENÇA GEOGRÁF. DO BISTP .....	25	<b>15</b>	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	105
	5.1 Estratégia e Modelo de Negócio .....	25			
	5.2 Presença Geográfica e Canal de Distribuição .....	27			
<b>06</b>	PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2022 .....	28			
	6.1 Banca de Retalho: Particulares .....	28			
	6.2 Banca Corporativa: Empresas e Instituições .....	33			
	6.3 Banca Eletrónica (Cartão de Déb. e e-Banking) .....	37			
<b>07</b>	GESTÃO DE RISCO .....	40			



## **Bôbô Fito**

Feito com Banana Prata Madura

# 1. PRINCIPAIS INDICADORES

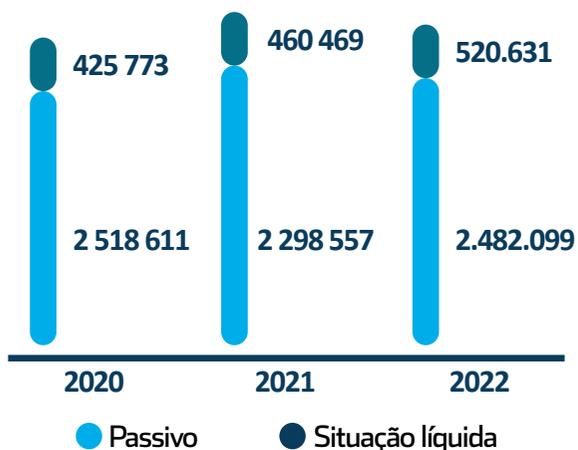
## EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO BANCÁRIO

VALORES EXPRESSOS EM DOBRAS	2020	2021	2022	VARIÇÃO HOMÓLOGA	
				2021 Vs. 2020	2022 Vs. 2021
<b>Volume de Negócio</b>					
Crédito a Clientes	3.453.772.192	3.071.477.979	3.295.907.213	-11,07%	7,31%
Recursos de Clientes	1.008.594.461	890.506.276	877.808.614	-11,71%	-1,43%
Crédito Documentário	2.398.666.713	2.146.129.128	2.336.048.435	-10,53%	8,85%
Garantias Bancárias Prestadas	17.067.487	17.271.030	20.540.879	1,19%	18,93%
	29.443.531	17.571.545	61.509.286	-40,32%	250,05%
<b>Balanco</b>					
Ativo Líquido	2.944.383.490	2.759.025.950	3.002.729.156	-6,30%	8,83%
Crédito Líquido	789.186.518	675.547.892	819.966.179	-14,40%	21,38%
Recursos de Clientes	2.398.666.713	2.146.129.128	2.336.048.435	-10,53%	8,85%
Situação Líquida	425.772.926	460.469.337	520.630.545	8,15%	13,07%
<b>Resultados</b>					
Margem Financeira	115.487.271	118.445.290	134.678.010	2,56%	13,70%
Margem Complementar	97.567.875	133.669.908	173.357.774	37,00%	29,69%
Produto Bancário	213.055.146	252.115.198	308.035.784	18,33%	22,18%
Resultado de Exploração	84.042.328	115.136.495	152.793.991	37,00%	32,71%
Resultado antes de Imposto	48.800.751	84.880.003	130.337.178	73,93%	53,55%
Resultado Líquido	35.610.772	62.844.253	95.170.171	76,48%	51,44%
<b>Rácios</b>					
ROE	8,36%	13,65%	18,28%	-5,28% p.p	+4,74% p.p
ROA	1,21%	2,28%	3,17%	+1,07% p.p	+0,91% p.p
Margem Financeira/ Activo	3,92%	4,29%	4,49%	+0,37% p.p	+0,19% p.p
Margem Complementar/ Produto Bancário	45,79%	53,02%	56,28%	+7,22% p.p	+3,26% p.p
Rácio de Eficiência (Cost-to-Income)	70,79%	63,93%	57,68%	-6,86% p.p	-6,23% p.p
Capitais Próprios/ Activo	14,46%	16,69%	17,34%	+2,23% p.p	+0,63% p.p
Rácio de Transformação					
Crédito Líquido/Depósitos	32,90%	31,48%	35,10%	-1,42% p.p	+3,62% p.p
Títulos de Dívida Pública/Capital Próprio	105,04%	90,98%	98,75%	-14,06% p.p	+7,77% p.p
Crédito Vencido/ Crédito a Clientes	25,40%	26,88%	9,70%	+1,49% p.p	-17,18% p.p
Provisão para Crédito Vencido/Crédito Vencido	85,65%	89,79%	67,94%	+4,14% p.p	-21,85% p.p
Solvabilidade	28,51%	30,82%	42,89%	+2,31% p.p	+12,07% p.p
Liquidez	58,33%	62,73%	59,47%	+4,40% p.p	-3,26% p.p
<b>Nº de Empregados</b>	158	151	144	-4,43%	-4,64%
<b>Nº de Agências</b>	12	12	12	0,00%	-8,33%
(Crédito + Depósitos) / Agência	265.471.536	235.139.752	286.910.343	-11,43%	22,02%
(Crédito + Depósitos) / Empregado	20.162.395	18.686.603	21.916.762	-7,32%	17,29%

## SÍNTESE DA PERFORMANCE E ACTIVIDADE

( Valores em milhares dobras )

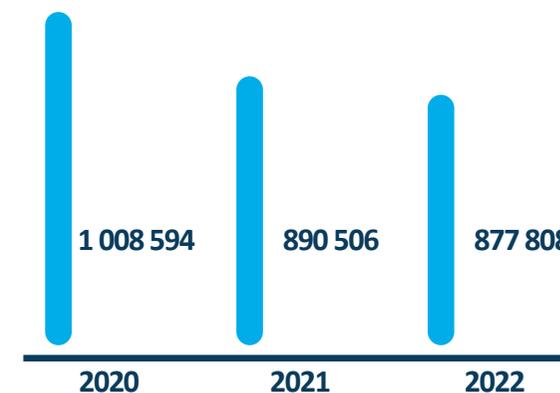
### BALANÇO



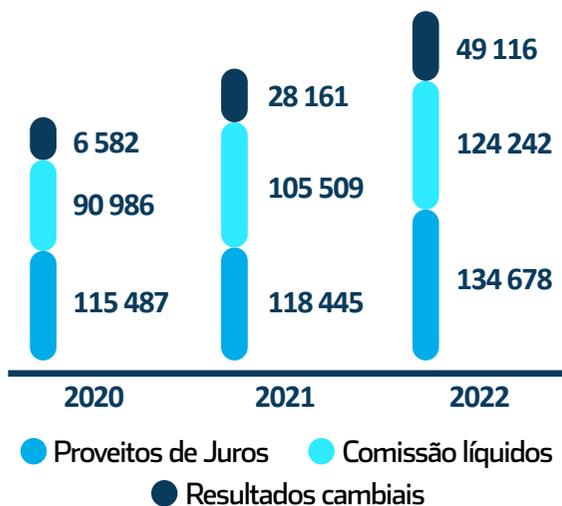
### DEPÓSITOS TOTAIS



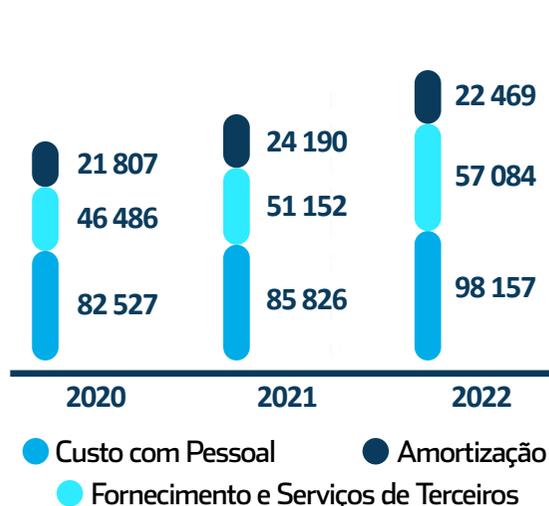
### CRÉDITO BRUTO



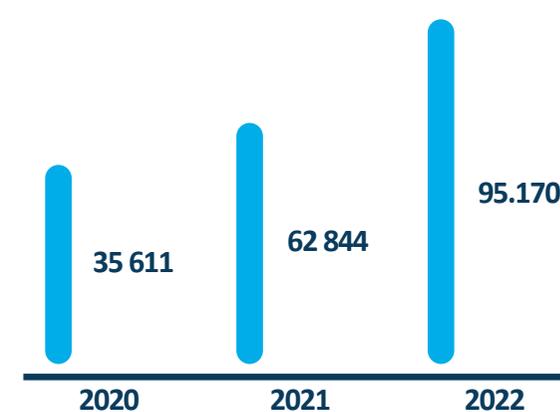
### PRODUTO BANCÁRIO



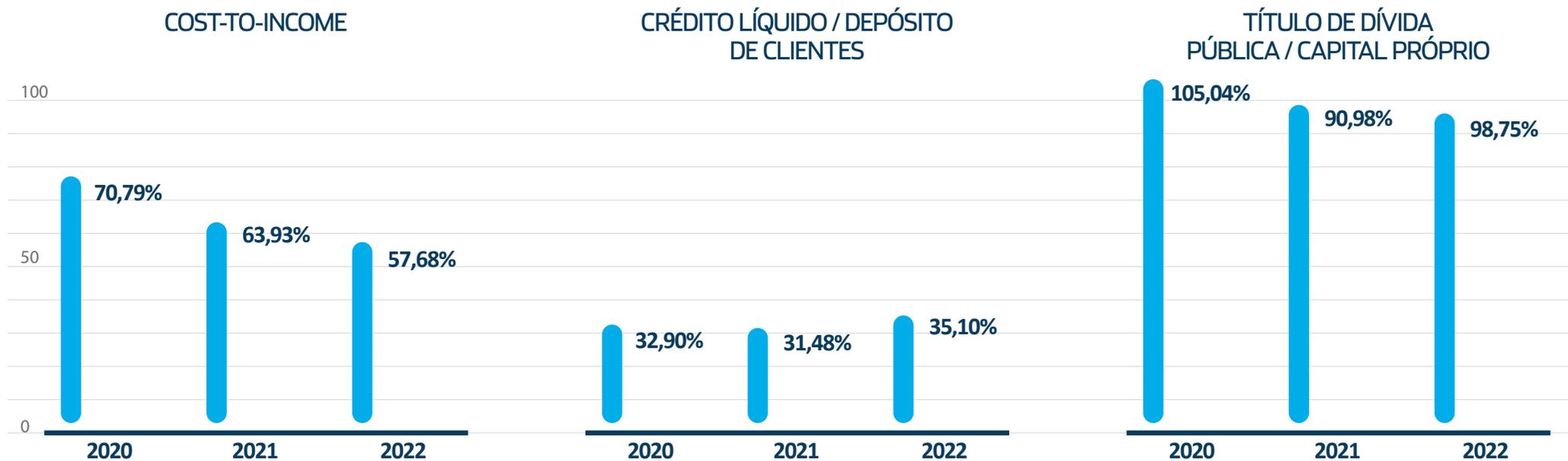
### CUSTO DE ESTRUTURA



### RESULTADO LÍQUIDO



SÍNTESE DA PERFORMANCE E ACTIVIDADE





**Pala-Pala**  
Feito com Banana Pão

## 2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2022 fecha o ciclo referente ao plano estratégico 2020-2022. À imagem do ano de 2020 e 2021, o ano de 2022 foi de igual modo muito desafiador. Para além dos receios de uma nova vaga da pandemia do Covid-19 e do agravamento das condições macroeconómicas difíceis em resultado desta pandemia, o ano também foi marcado por uma aceleração da taxa de inflação, que atingiu níveis historicamente elevados, pela instalação de uma crise geopolítica, que culminou num conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, e, por um forte aumento num mesmo ano da taxa de juro pelos bancos centrais, com o objetivo de combater a inflação.

A conjugação de todos esses eventos criou um ambiente macroeconómico de grande risco e complexidade.

Os efeitos de um ambiente macroeconómico deveras adverso têm um impacto ainda maior no mercado onde atuamos (S. Tomé e Príncipe) que já padece de algumas vulnerabilidades estruturantes e é muito mais sensível aos choques económicos externos.

A redução em 2022 das reservas internacionais líquidas do País para níveis abaixo do mínimo recomendado (3 meses de importação), a crise energética

decorrente de parcos recursos em divisa para compra de combustível, a fraca entrada de divisas na economia, decorrente da redução do fluxo de donativos neste ano e do fraco investimento direto estrangeiro, evidenciaram as grandes vulnerabilidades do País. Destaca-se também neste ano a aceleração da inflação anual para 25%, sendo que parte é inflação importada, salientando ainda mais as múltiplas sensibilidades e debilidades do País aos choques externos.

O triénio 2020-2022 foi de facto muito desafiador para o BISTP, tendo exigido uma maior prudência e capacidade de ajustamento das ações estratégicas do negócio às novas condições do mercado, de forma que os objetivos fixados pudessem ser alcançados, mesmo em condições de mercado mais extremas.

Nesta perspetiva, foi com particular sucesso que o plano de modernização e massificação da banca eletrónica e digital foi implementado. De acordo com esta visão, destaca-se a introdução do serviço de pagamento internacional Visa no País, que tem uma elevada importância para S. Tomé e Príncipe na sua estratégia de crescimento do fluxo turístico. Destaca-se, também, o relevante crescimento dos meios de pagamento eletrónicos, atingindo 41.020 utilizadores (com crescimento do nº de transações na ordem de 86% entre

2020 a 2022), e, do serviço digital, com o lançamento do aplicativo mobile do serviço internet banking, atingindo 10.543 utilizadores (com crescimento do nº de transações na ordem de 47% no mesmo período).

Não obstante a maré de eventos que, cumulativamente, conduziram à formação de um ambiente económico extremo e complexo em 2022, o BISTP, comprometido com as suas metas fixadas e ciente da necessidade de continuar a pautar pela prudência na assunção de riscos, procurou racionalizar os seus recursos visando maior eficiência. A capacidade de adaptação às mudanças e às novas exigências do mercado, manifestada ao longo deste ciclo, foi determinante na consolidação progressiva da solidez do Banco, na sua posição de liderança neste mercado, bem como na melhoria dos principais indicadores do negócio.

Destaca-se assim em 2022 um crescimento do ativo líquido do banco em +8,8%, face a 2021, suportado pelo crescimento do crédito líquido em +21,38%. Os depósitos de clientes conheceram um crescimento na ordem de +8,85%, evidenciando a confiança dos clientes na solidez do Banco. O produto bancário registou um crescimento na ordem de +22,18%, decorrente do crescimento da margem financeira (+13,70%) e da margem complementar (+29,69%). Em resultado destas performances, o resultado líquido registou um crescimento na ordem de +51,44%.

É relevante destacar também as melhorias do rácio de solvabilidade, que cresceu em +12,09 pontos percentuais, fixando-se em 42,89%, do rácio de eficiência (cost-to-income) que se fixou em 57,68%, representando uma melhoria de 6,25 pontos percentuais. O rácio de liquidez fixou-se em 59,47%, mantendo-se confortavelmente 2,97 vezes acima do mínimo regulamentar.

É com natural orgulho e efectiva satisfação que a atual Comissão Executiva regista que os sólidos resultados alcançados refletem e são consequência das prudentes e adequadas contínuas medidas de gestão que têm vindo a ser tomadas de há alguns anos a esta parte, mais recentemente numa conjuntura complexa e de grande incerteza, e, pelas quais, todos os stakeholders (Clientes, Colaboradores, Acionistas) estejam a beneficiar desta prosperidade e resiliência que o Banco vem alcançando.

### Perspetivas e compromissos para 2023

As condições macroeconómicas continuam adversas em 2023.

O risco de um possível agravamento do conflito militar que opõe a Rússia e a Ucrânia, com a participação direta na guerra por parte de outras nações, não pode ser descartado. O nível de inflação continuará elevado. Os países de economia muito frágil e vulnerável aos choques externos, como S. Tomé e Príncipe, poderão ter mais um ano de grande dificuldade e de constrangimentos económicos e na captação de investimentos diretos estrangeiros.

A entrada em vigor do IVA, inicialmente esperada para 2023, poderá, provavelmente, impactar na redução do poder de compra das famílias.

Para o setor bancário, o desafio continuará assente na aceleração da transformação digital do negócio, na melhoria da eficiência e produtividade, e, no rigoroso controlo de risco. O reforço da resiliência aos choques internos e externos dependerá do sucesso alcançado nestes desafios.

Não obstante a conjuntura manter-se, o BISTP, à imagem dos outros anos, deverá continuar a manter o atual modelo de governo, com foco nos princípios e nos valores que norteiam o BISTP, estando o alcance da “Excelência” no coração da sua estratégia, no eixo de Clientes, nos Recursos Humanos, Processos e Resultados.

Assim, para 2023 como início de um novo ciclo, sugere-se que o foco estratégico seja mantido na busca contínua de maiores eficiências, na garantia da segurança dos nossos Colaboradores e dos nossos Clientes, e, na busca do aumento do volume de negócios e rentabilidade, através das seguintes ações:

- Apostar nas novas tecnologias e nos meios digitais;
- Continuar a intensificação no reforço da segurança do sistema informático e da banca eletrónica;
- Dinamizar o bom crédito a particulares e empresas;
- Diversificar e melhorar a repartição de risco;
- Dinamizar a atividade de recuperação do crédito em atraso/incumprimento;
- Aumentar a pró-atividade e dinamização comercial de modo a alcançar objetivos fixados por unidade de negócio;
- Aumentar o número de clientes, nomeadamente através da obtenção de uma maior taxa de bancarização da população;
- Melhorar o controlo e racionalização dos custos;
- Reforçar as áreas de controlo interno.

Em nome da Comissão Executiva terminamos deixando os nossos sinceros agradecimentos aos Clientes, Colaboradores, Acionistas, que são a razão da existência do BISTP, e, que, em situações desafiantes e adversas, continuam

contribuindo para que o Banco siga cumprindo a missão para a qual foi criado, que é a geração de valor para todos os seus stakeholders.

Por isso é que, pela nossa parte pessoal, chegados ao fim do ciclo da missão de gestão do BISTP (praticamente 7 anos e nove meses), fazemos votos que o seu slogan “**desde sempre - para sempre**” continue merecendo a confiança dos Clientes.

Bem-haja, desejando votos de continuação de sucesso para os anos vindouros.



**Açucarinha**  
Feito com Coco

# 3. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

## 3.1 ESTRUTURA ACIONISTA



## 3.2 ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral:

José Lourenço Soares - Presidente  
 Maria Tomé Ferreira Araújo - Secretária  
 Inokcelina dos Santos - Secretária

### Conselho de Administração:

Nelson Lombá Fernandes - Presidente  
 Miguel Malheiro Reymão - Vogal  
 Diallo da Costa Pires dos Santos - Vogal *(Falecido em Junho de 2022)*  
 Lucamba Magalhães - Vogal  
 Francisco José dos Santos Silva - Vogal

### Comissão Executiva:

Miguel Malheiro Reymão - Presidente  
 Diallo da C. P. dos Santos - Admin Executivo *(Falecido em Jun de 2022)*  
 Lucamba Magalhães - Administrador Executivo

### Conselho Fiscal:

João Miguel Pacheco de Sales Luis - Presidente  
 João Cândido Soares de Moura Oliveira Fonseca - Vogal  
 Edney Sofia Pires Dos Santos Neto - Vogal

### 3.3 MARCOS DA ATIVIDADE

#### MARÇO 2022

Comemoração do 29º aniversário do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe com distribuição de brindes aos Clientes e abertura de bolo em todas as Agências em simultâneo;

Apoio ao empresário Abel Bom Jesus, para a sua deslocação à Guiné-Bissau, para receber o prémio Figura Africana do Biénio 2020-2022, no âmbito da Coligação da Juventude dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;

Patrocínio para a realização do XIV Congresso Ordinário da Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe, cujo tema foi “OS DESAFIOS DA ADVOCACIA FACE AO CÓDIGO DE TRABALHO”;

Patrocínio à Camara de Comércio CCIAS-STP, para a realização da Cimeira de Negócios da CPLP no Palácio dos Congressos.

#### MAIO 2022

Apoio à Ordem dos Médicos (ORMED-STP), para participação no Congresso das Comunidades Médicas da Língua Portuguesa na Guiné-Bissau.

#### JUNHO 2022

Patrocínio ao Ministério do Turismo e Cultura para o “PROJETO RECITE” (Rede de Centro de Intercâmbio Teatral nos PALOP), no âmbito da PROCULTURA, financiado pela União Europeia.

#### JULHO 2022

Patrocínio ao Governo de São Tomé e Príncipe para os festejos da celebração do 47º aniversário da Independência Nacional;

Patrocínio à Federação de Xadrez de São Tomé e Príncipe (FEXA-STP), para a participação na 44ª edição das olimpíadas de xadrez com duas seleções nacionais olímpicas, feminina e masculina.

#### AGOSTO 2022

Apoio ao Comando Geral da Polícia Nacional para a celebração do 47º aniversário da institucionalização desta Instituição;

Patrocínio ao Instituto de Direito e Cidadania (IDEC), ao Professor de Direito Jonas Gentil e J. Jhúnior de Ceita, para atualização da publicação da Constituição da República São-Tomense.

#### DEZEMBRO 2022

Patrocínio à MOVE para realização da Feira do Empreendedor.



**Chocolate**  
Feito com Cacau da Terra

# 4. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO E FINANCEIRO

## 4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

O ano de 2022 foi desafiador e marcado por diversos receios. A começar pela ameaça da pandemia que veio como herança dos dois últimos anos . Havia a perspetiva de que a pandemia desse tréguas, mas logo esbarrou-se na guerra da Ucrânia e na eventualidade de uma terceira guerra mundial mergulhando o mundo num novo período de incertezas.

Apesar dos avanços da vacinação, o começo de 2022 foi marcado por uma violenta onda de contaminações por Covid-19 nos Estados Unidos da América. Foi necessário tomar novas medidas de distanciamento social, ocorrendo uma queda do PIB no primeiro trimestre de muitas economias. Apesar das novas variantes do novo coronavírus serem mais transmissíveis, mostraram-se menos agressivas e letais e a abertura das economias deu-se de forma mais rápida permitindo uma retoma das atividades. No entanto, no final do ano, a China viu-se à braços com a maior onda de contaminações vista desde o começo da pandemia.

Não bastando os problemas trazidos pela pandemia, a Rússia, uma das detentoras de maior arsenal nuclear do mundo, decidiu atacar a Ucrânia, com

Moscovo a alegar que o ataque é motivado pela constante aproximação da influência política e militar da NATO sobre os países do leste da Europa. Além das questões humanitárias, este conflito trouxe o colapso energético da Europa, devido à redução do fornecimento de petróleo, gás natural, trigo, aço, fertilizantes, e, os preços das commodities e da energia dispararam. A maioria dos países do mundo voltou a conviver com a inflação de dois dígitos, algo inédito em mais de 20 anos.

A Federal Reserve dos Estados Unidos da América (FED) decidiu aumentar a taxa básica de juros, antes em 0,25% ao ano e foi sendo ajustada a um ritmo quase insustentável de 0,75% por sessão, o que não acontecia desde 1994. Somando ao comportamento irremediável da inflação em elevação, a taxa básica de juros alcançou 4,5% no final de 2022 e a FED continuou propensa em aumentar a taxa de juros. O colapso das cadeias de suprimentos de energia foi tão grave que obrigou o Governo Norte Americano a restabelecer o diálogo com a Venezuela e com o Irão.

Na Zona Euro, as incertezas levaram a moeda única europeia a ser cotada abaixo do dólar americano pela primeira vez desde a sua criação há 20 anos. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia exacerbou as fraquezas estruturais da

economia Alemã, que é tida como o motor da União Europeia e é altamente dependente das importações de gás e petróleo russos. Para controlar a inflação e concorrer com a moeda americana, o Banco Central Europeu (BCE) subiu a taxa básica de juros de forma mais cautelosa, já que qualquer impulso significativo poderia levar a Zona Euro para uma nova crise de dívida soberana.

A medida nas taxas de juros nos países desenvolvidos acabou por repercutir nas economias em vias de desenvolvimento, menos estáveis, levando alguns deles a não conseguir pagar aos credores externos, mostrando o grande risco que pairou sobre os países mais vulneráveis, em apuros para controlar a inflação e sem reservas para honrar as suas dívidas soberanas ao longo do ano de 2022.

Os países do sul do globo, marcados por uma recuperação mais lenta da pandemia, registaram um aumento nos preços dos alimentos, da energia e níveis elevados de dívida pública, enfrentando um ambiente económico muito desafiador em que a inflação esteve praticamente ao dobro dos níveis anteriores à pandemia, gerando a instabilidade política e social, agravando a insegurança alimentar. A maioria dos países da região careceu de recursos para apoiar e estimular o crescimento económico, em nítido contraste com os países mais ricos que puderam injetar biliões de dólares nas suas economias.

### ZONA EURO

Os países da União Europeia caminhavam para uma recessão profunda e calamitosa por causa da invasão russa na Ucrânia, que causou uma crise energética devastadora e uma grande subida dos preços (aumento da inflação).

Esta previsão foi notícia de primeira página em todo o continente e desencadeou um sentimento de profundo pessimismo entre os consumidores e investidores, que gradualmente se resignaram à terceira contração económica em menos de três anos.

No entanto, segundo estimativa divulgada pela Agência de Estatísticas da União Europeia (Eurostat), a zona euro revelou um crescimento económico no ano de 2022 de 3,5% e da União Europeia de 3,6%. Este dado confirma a tendência crescente de otimismo que gradualmente afasta o espectro de recessão muito temida, por causa da guerra na Ucrânia, a crise energética e o aumento da inflação.

Um clima mais favorável com apoios públicos amorteceu o impacto da subida dos preços da energia, ajudando a economia a crescer em 0,1%, entre o terceiro e quarto trimestres, quando era esperada uma contração, tendo-se concluído que a região da moeda única europeia conseguiu crescer em todos os trimestres de 2022 em 3,5%, em termos anuais.

Empresas e famílias enfrentaram custos de empréstimos mais altos, visto o BCE ter aumentado as taxas de juro diretas em 250 pontos base (2,5%) no segundo semestre, para combater o aumento da inflação.

Também os últimos números divulgados pela Eurostat, indicam que a inflação na Zona Euro caiu de um máximo sem precedentes de 10,6% em outubro, para 9,2% em dezembro. O regresso a níveis de um dígito apanhou muitos de surpresa e alimentou ainda mais a onda de otimismo, mesmo que a inflação de base, que exclui os preços voláteis da energia e dos alimentos, permanece elevada.

O desemprego manteve-se estável e abaixo do limiar de 7%, sugerindo que o temido cenário de empresas forçadas a despedir milhares de trabalhadores para fazer face às despesas, ainda não se concretizasse.

Apesar da inflação alta e da crise energética devida a guerra na Ucrânia, a Alemanha conseguiu evitar a recessão. Embora a economia tenha desacelerado neste ano, segundo o Departamento Federal de Estatísticas da Alemanha (Destatis), o PIB conseguiu crescer 1,9%. Os gastos das famílias para aquisição de bens ou serviços (consumo privado) foi o principal pilar deste crescimento, assumindo a posição normalmente ocupada pela indústria que atualmente enfrenta dificuldades. O consumo privado aumentou 4,6% face ao ano anterior, quase recuperando o nível anterior à pandemia do coronavírus. A indústria, tradicionalmente o motor da economia alemã, enfrentou o arrefecimento devido à persistente escassez de componentes. A crise energética decorrente da guerra na Ucrânia abalou o modelo económico alemão que era baseado na importação massiva de gás barato da Rússia. A guerra acabou com os suprimentos russos e fez com que os preços disparassem na Europa durante grande parte do ano.

Na França, apesar do abrandamento registado no quarto trimestre devido à queda acentuada do consumo das famílias, o PIB cresceu cerca de 2,6%, informou o Instituto de Estatística francês (INSEE). O PIB beneficiou sobretudo da retoma da atividade registada na segunda metade de 2021, graças “ao final da crise pandémica”. Embora os números sejam melhores do que as previsões apontavam, o final do ano ficou marcado por uma quebra acentuada do consumo privado, penalizada pela quebra nas compras de produtos alimentares, que registaram aumentos de preços acima de 10%. O consumo de

energia também caiu no último trimestre, devido a um outono muito ameno, mas também aos esforços de poupança energética.

A estimativa preliminar anunciada pelo Instituto Nacional de Estatística Italiano (ISTAT), referiu que a economia italiana cresceu 3,9% acima da previsão de 3,7% do Governo, apesar da contração de 0,1% registada no último trimestre. Este resultado reflete uma contração nos setores agrícola e industrial, mas um crescimento no setor de serviços e turismo. Com a guerra na Ucrânia, os preços da energia e alimentos foram afetando negativamente a procura interna. No entanto, a procura externa registou um aumento e um efeito muito positivo no PIB italiano.

Em Portugal, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB registou um crescimento de 6,7%, o mais elevado desde 1987, após o aumento de 5,5% registado em 2021. Segundo o Primeiro-Ministro português, Dr. António Costa, estes números mostram que a economia resistiu bem e recuperou bem da crise da Covid-19, num contexto internacional marcado pelo conflito da Ucrânia e uma inflação elevada. A inflação regista ainda valores elevados para as famílias e empresas e o facto de a estar a diminuir, não significa preços em baixa.

A explicar a evolução registada do PIB, segundo o INE, está o contributo expressivo da procura interna, verificando-se uma aceleração do consumo privado e um abrandamento do investimento. O contributo da procura externa líquida foi muito positivo, tendo-se registado uma aceleração em volume das exportações de bens e serviços e uma desaceleração das importações. O setor do turismo foi um dos principais impulsionadores e a hotelaria atingiu níveis próximos dos de 2019, antes da crise sanitária. Os hotéis em Portugal

receberam quase 15,3 milhões de turistas estrangeiros em 2022, ou seja, um aumento de 158,5% comparativamente a 2021.

A taxa de desemprego fixou-se em 6% em 2022, uma descida de 0,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior, sendo o valor mais baixo desde 2002. Em 2022 a população empregada atingiu o máximo histórico de 4,9 milhões de pessoas.

## ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A economia dos Estados Unidos da América encerrou 2022 com um crescimento de 2,1%, sustentada pelo consumo da população, apesar da queda do poder aquisitivo num contexto de inflação, informou o Departamento de Comércio dos EUA, na sua primeira estimativa.

O motor de crescimento dos EUA, o consumo, manteve-se sólido, apesar dos aumentos das taxas de juros decididos pela FED para tentar arrefecer a economia e aliviar a pressão inflacionária. Elevar as taxas significou encarecer o crédito, o consumo e o investimento. Em consequência, os consumidores sentiram a erosão do seu poder de compra pela inflação e pelo aumento do custo de crédito.

Mas mesmo com o crédito mais caro, os pedidos de bens duráveis, que incluem grandes compras de empresas, subiram sensivelmente em dezembro. Sentiu-se alguma dificuldade de contratação nas empresas em geral, ainda que em alguns setores, como o de tecnologia, tenha demitido milhares de pessoas que tinham sido incorporadas durante a pandemia.

A inflação anual dos EUA ficou em 6,5% em dezembro de 2022. A taxa teve uma queda de 0,6 pontos percentuais em relação ao mês anterior, sendo a sexta redução consecutiva. No entanto, em relação à taxa de juro, o FED aumentou para 4,5%, sendo o sétimo aumento consecutivo.

## CHINA

Por seu lado, a China, a segunda maior economia do mundo, cresceu 3%, menos de metade da taxa de crescimento de 8,1% alcançada no ano anterior. O ritmo de crescimento da economia chinesa caiu para o segundo nível mais baixo em quatro décadas, refletindo o impacto da política de “zero covid” e uma crise no setor imobiliário. Estes dados divulgados pelo Gabinete Nacional de Estatísticas sugerem, no entanto, que a atividade económica está a recuperar, depois de Pequim ter posto fim às medidas de prevenção epidémica que resultaram no bloqueio de cidades inteiras, culminando com protestos em larga escala.

No entanto, os consumidores continuam cautelosos, à medida que a China lida com uma vaga de casos sem precedentes tendo causado uma crise de saúde pública no país. O abrandamento da economia chinesa teve um forte impacto no mercado das matérias-primas, afetando vários países, ao reduzir a procura por petróleo, minério de ferro e bens agrícolas. O impacto também é sentido pelas economias mais desenvolvidas, já que a China é um dos maiores mercados do mundo para automóveis e outros bens de valor acrescentado.

## PAÍSES EMERGENTES

Os mercados emergentes e os países em desenvolvimento estão a ser atingidos pelo dólar mais forte, pelos altos custos de empréstimos e pelas saídas de capital. Este golpe triplo tem sido particularmente pesado para os países que estão com alto nível de dívida. De acordo com o FMI, mais de um quarto das economias emergentes entraram em default ou tiveram títulos negociados em níveis problemáticos, e mais de 60% dos países de baixa renda estão em alto risco de sobre-endividamento.

O quadro tornou-se ainda mais complexo desde o início do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, uma vez que 16 países solicitaram ajuda financeira, no valor de 90 biliões de dólares. Segundo dados do Banco Mundial, nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento, o crescimento não irá para além dos 3,4%. As repercussões negativas da guerra anularam os incentivos de curto prazo para alguns exportadores de commodities devido aos altos preços da energia que aumentaram os custos de produção, restringiram as condições financeiras e reprimiram a política macroeconómica, enfraquecendo o crescimento das suas economias e expondo todas as suas vulnerabilidades.

No cenário internacional adverso, o Brasil foi a eleições em outubro, tendo como vencedor Luiz Inácio Lula da Silva. Este resultado trouxe a perspectiva de melhoria das condições sociais no país, mas também a ameaça de descontrolo nas contas públicas, que pode resultar numa bola de neve na economia. O FMI estima que a economia brasileira tenha um crescimento do PIB em 3,1%, que contou com a contribuição positiva da indústria e principalmente dos serviços que continuam a ser o principal motor da economia brasileira. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a inflação anual foi de

5,79%, ou seja, 1,09 pontos percentuais acima do que estava inicialmente estimado (4,7%). As estimativas tinham sido feitas antes do início da guerra na Ucrânia, que teve um grande impacto na inflação dos países

A Rússia, segundo o FMI, tem estado a encontrar novos clientes fora do ocidente para vender combustíveis. A forte despesa governamental para sustentar o exército e a invasão da Ucrânia também tem ajudado a manter a atividade económica, mesmo neste momento de crise. Apesar de ter sido alvo de vários pacotes de sanções ocidentais, o presidente russo, Vladimir Putin, anunciou que o PIB diminuiu apenas 2,5%, enquanto os especialistas previam uma queda profunda, revelando-se um país forte com potencial interno, que permitiu reorientar os mercados para ultrapassar a bateria de sanções impostas. O Ministro do Desenvolvimento Económico russo anunciou que a inflação homologa ficou em 11,9%, longe das previsões pessimistas avançadas depois das primeiras sanções contra Moscovo, na sequência da ofensiva lançada contra a Ucrânia, em finais de fevereiro .

A Índia é o país que mais vem progredindo na lista das 10 maiores economias mundiais, e, segundo os prognósticos, chegará ao top 5 em breve, caso continue com o ritmo atual de desenvolvimento. Atualmente a Índia procura estabilizar a sua economia, perturbada pela pandemia da Covid-19 que levou à perda generalizada de postos de trabalho e afetou a procura interna. A queda do consumo nacional, um dos fatores que mais impulsiona o crescimento económico do país, foi parcialmente compensada pelo aumento das exportações, com um recorde de 421 mil milhões de dólares no período de 2021-2022, o que contribuiu para a recuperação económica. O FMI estima que o PIB da Índia cresça 6,8%, num quadro moderado devido a perspectivas menos

favoráveis a nível global e a inflação deve ficar em torno de 6,9%.

Depois de ser fortemente afetada pela pandemia da Covid-19, a África do Sul tem atravessado uma crise energética que tem causado alguns racionamentos e tem vindo a prejudicar a sua atividade económica. O país mais industrializado de África tenta retomar as rédeas da economia e prevê-se que o PIB cresça 2,1% com destaque para a atividade das indústrias do sector agrícola, silvicultura e pescas que cresceram 19,2% e os serviços financeiros imobiliários e empresariais que cresceram 1,9% em relação ao trimestre anterior. A taxa de inflação ficou em 7,2% com os preços dos cereais a terem um contributo de 20,3% nesse aumento.

## ÁFRICA SUBSAARIANA

A África Subsaariana enfrenta um ambiente económico mais desafiador, marcado por uma recuperação lenta da pandemia, aumento dos preços dos alimentos e da energia e níveis elevados de dívida pública. Uma das questões mais prementes enfrentadas pela região é a necessidade de combater os níveis mais elevados de inflação das últimas décadas, que são devastadores para a renda e a segurança alimentar, e ao mesmo tempo, sustentar o crescimento económico. Na África Subsaariana, apesar da recuperação registada no ano passado, os efeitos colaterais da pandemia mantiveram a atividade económica relativamente contida, sendo esperada uma desaceleração no crescimento da região. Dados do FMI indicam que o PIB na região cresça em torno de 3,6%, longe dos 4,7% verificados no ano transato. A maioria dos países careceu de recursos para apoiar e estimular o crescimento, em nítido contraste com os

países mais ricos ao redor do mundo que puderam injetar milhões e milhões de dólares nas suas economias. Esta baixa reflete também o crescimento mais baixo dos parceiros comerciais, as condições financeiras e monetárias mais restritivas e uma mudança negativa nos termos do comércio das matérias-primas. Teme-se que a inflação nesta região atinja os 14,4%, explicada essencialmente pelo agravamento das condições económicas mundiais, nomeadamente o impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia e as consequências para o comércio de matérias-primas alimentares no continente africano.

## PERSPETIVAS PARA 2023

O ano de 2023 será marcado por uma forte travagem da economia e a inflação continuará ainda a ser elevada. O cenário não será, no entanto, homogéneo em todo o globo e a segunda metade do ano poderá trazer boas notícias. A Secretária-Geral do FMI, veio pedir prudência nas expectativas para o ano de 2023, dizendo que o ano poderá não ser pior que 2022, mas que um terço da economia poderá entrar em recessão. Sob a pressão de uma inflação ainda elevada, uma crise energética por resolver, uma guerra sem tréguas na Europa e as taxas de juros crescentes, 2023 será um dos anos mais difíceis para as economias nas últimas décadas, podendo á terminar com uma perspetiva firme de retoma.

O FMI aponta para um crescimento global de apenas 2,7% em 2023. Será o crescimento mais débil desde 2001, excluindo a crise financeira de 2008 e 2009 e o primeiro ano da pandemia da Covid-19. O Banco Mundial reflete nas suas

previsões uma situação mais sombria, tendo avançado um crescimento de 1,7%. A combinação do crescimento lento, aperto das condições financeiras e elevado endividamento, provavelmente enfraquecerá o investimento e desencadeará a falência de empresas. Outros choques negativos, como altos níveis inflacionários, política monetária mais restritiva, stress financeiro, fraqueza profunda das principais economias ou aumento das tensões geopolíticas, poderão empurrar as economias para a recessão, de acordo com o Global Economics Prospects Report.

Apesar da tendência geral de abrandamento, o ritmo será diferente nas várias regiões do globo. A Europa, palco da guerra entre Rússia e Ucrânia, será a região mais penalizada pela crise energética, e terá o pior desempenho. O FMI aponta para um crescimento de 0,5% do PIB, que coloca a Alemanha (-0,3%) e a Itália (-0,2%) em recessão.

Nos EUA, o panorama também não será particularmente animador, com as instituições a apontarem para um crescimento de 1%. Os economistas inquiridos pela FED, atribuem a probabilidade de 40% a uma recessão em 2023, a mais elevada desde 1975

A China é um dos poucos países para os quais é antecipada uma aceleração para 4,4%. A vaga de Covid-19 pode, no entanto, pôr em causa a previsão, visto que os próximos meses serão difíceis devido ao impacto no crescimento mundial que se prevê negativo.

Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, o FMI prevê uma variação do PIB de 3,7%, muito superior aos 1,1% previstos para as economias avançadas. A Ásia será uma espécie de refúgio, dada a estimativa de

4,9%, com a Índia a evidenciar-se com 6,1%.

Neste cenário, o comércio mundial também vai perder força. Depois do salto de 10,1% na sequência da quebra provocada pela pandemia, o FMI prevê que o crescimento do volume de transações de bens e serviços abrande para os 2,5%. Mas a travagem das economias virá sobretudo do forte abrandamento do consumo das famílias e da desaceleração do investimento, ambos condicionados por uma política monetária que se tornará ainda mais restritiva nos próximos meses para conter a inflação.

Empresas, famílias e Estados terão de lidar com custos de financiamento mais elevados. É já certo que a FED e o BCE vão continuar a aumentar o custo do dinheiro, mesmo que a um ritmo mais lento. A FED prevê subir a taxa diretora do dólar para o intervalo entre 5% e 5,25% e as atas que foram divulgadas das últimas reuniões, indicam que, até final de dezembro, não deverá ocorrer nenhuma descida. Na Zona Euro, depois do BCE ter subido a taxa principal de operações de financiamento para 2,5%, o mais forte aperto monetário de sempre, a expectativa é que suba até aos 3,5%.

Dado que a própria autoridade monetária só prevê a inflação regressar níveis perto dos 2% em 2025, é possível que as taxas se mantenham nos novos níveis por um período largo. A redução do diferencial para a taxa do dólar deverá dar algum fôlego ao euro, depois de, em 2022 ter baixado de paridade. Os analistas da Bloomberg, estimam uma recuperação para a casa dos 1,15 dólares.

Além da subida das taxas, 2023 vai trazer o início do aperto quantitativo pelo BCE, algo que já vem sendo feito pela FED. A partir de março, o Banco Central Europeu deixará de reinvestir as obrigações que cheguem à maturidade,

reduzindo o balanço em 15 mil milhões de euros por mês. Um ritmo ainda assim lento, tendo em conta os cerca de 5 biliões de euros em ativos.

Apesar da ação dos bancos centrais, a inflação vai permanecer teimosamente elevada em 2023, em particular na Zona Euro. O BCE estima que a variação média do índice de preços abrande para 6,3% e esta descida poderá ter que ver com a descida dos preços das matérias-primas energéticas, em particular do gás natural, devido ao inverno mais ameno que se tem feito sentir na Europa, abrindo boas perspetivas de alívio. Nos EUA é esperado um alívio bem mais pronunciado, com a inflação a baixar para 3,5% na estimativa do FMI, se não existir um choque inesperado.

Um dos motivos para a redução mais lenta da inflação tem a ver com a pressão para a subida dos salários, que por sua vez é incentivada pela folga no mercado de trabalho. Ainda que a taxa de desemprego deva subir nas principais economias este ano, o agravamento será modesto. O FMI antecipa um aumento de apenas duas décimas na Zona Euro para os 7%.

A resiliência do mercado de trabalho é um dos motivos que levam alguns economistas a acreditar que o tomo da economia poderá ser mais suave ou até não existir em algumas regiões. Na Zona Euro, os indicadores avançados têm dado conta de uma ligeira recuperação da atividade, ainda que se mantendo em níveis recessivos, e uma melhoria na confiança dos agentes económicos, sobretudo no que toca a perspetivas futuras.

Sendo muitos os fatores de incerteza que podem baralhar as contas da economia, há algo que todas as instituições concordam: a redução da inflação e o fim do ciclo de aperto monetário, abrirão perspetivas mais animadoras para

a economia mundial.

## 4.2 CONTEXTO NACIONAL

Por diversos motivos, o ano de 2022 foi um ano particularmente difícil para os são-tomenses. A começar pelo agravamento do custo de vida, assim como os impactos da pandemia, das mudanças climáticas e os acontecimentos de 25 de novembro.

O país tem vindo a enfrentar dificuldades significativas desde 2020, pois, às debilidades estruturais como a reduzida dimensão económica, elevados custos de insularidade e persistente desequilíbrio das contas externas, adicionaram-se elementos conjunturais particularmente desfavoráveis, nomeadamente a subida dos preços dos bens importados, a contração dos fluxos de turismo e a redução significativa no acesso a recursos financeiros externos.

Em 2022, a conjugação dos fatores estruturais e das adversidades de curto prazo, determinou o abrandamento da atividade económica e o recrudescimento da inflação. A subida de preços dos bens importados deu origem a uma situação de progressivo desequilíbrio nas contas externas, com a consequente redução das reservas líquidas externas, criando desafios à taxa de paridade cambial fixa em relação ao euro, em vigor desde 2009. A gestão das contas públicas apresentou-se complexa, dado que as receitas fiscais se ressentiram da redução do nível de atividade do setor privado (menor cobrança fiscal) e da acentuada retração dos donativos.

A estas dificuldades vieram juntar-se as consequências das cheias, no final de 2021, que destruíram infraestruturas na ilha de São Tomé, bem como culturas agrícolas, habitações e estabelecimentos comerciais. Novas cheias em abril e maio de 2022 criaram ainda maiores problemas ao prosseguimento da atividade económica, situação que tem tendência a persistir, dada a ausência de recursos financeiros para recuperar as infraestruturas afetadas.

O espaço de intervenção das autoridades é particularmente reduzido dada a carência de recursos financeiros, num contexto nacional e internacional que pode condicionar a materialização de compromissos por parte dos parceiros de desenvolvimento.

### POLÍTICA

Na sua comunicação ao país por ocasião do novo ano, o Presidente da República, Dr. Carlos Vila Nova afirmou que o ano de 2021, foi um ano muito difícil para os são-tomenses e garantiu que tudo fará para que 2022 seja melhor. Dedicou a primeira parte da sua mensagem às vítimas das enxurradas do final do ano passado, aos doentes internados nos hospitais, aos médicos e enfermeiros e aos elementos das forças de segurança que estiveram no terreno a prestar auxílio às populações. Pediu também determinação para combater a corrupção e outros males de que o país tem vivido e apelou ao regresso da justiça para que São Tomé e Príncipe tenha, o querer genuíno e determinação sem limite, para expulsar definitivamente a miséria e a mediocridade que se vive nos dias de hoje.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2022 foi promulgado pelo Presidente da República, depois de algumas correções feitas pelo Governo, a seu pedido. Estimado em cerca de 158 milhões de euros, o OGE é suportado em 51% por recursos externos e 49% através de recursos internos, onde se previa no quadro orçamental um crescimento da economia na ordem dos 2,8% do PIB e uma inflação de 7,5%. Além do processo negocial visando o reajuste salarial da função pública, cerca de 56% do total orçamentado se destinava a despesas de funcionamento, 38% para despesas de investimento e 5,3% para amortização das dívidas. Quanto ao investimento no país, previu-se um gasto de 20% para o setor das infraestruturas, seguido da saúde com 16%.

O Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional implementou dois programas de apoio social às famílias mais pobres do país. Trata-se do Programa de Resposta a Emergência Socioeconómica (PRES) e do Programa de Apoio à Família Vulnerável (PFV). O PRES surgiu para mitigar os impactos da Covid-19, garantindo a estabilidade do consumo alimentar dos agregados familiares e o PFV procura reduzir a pobreza dos agregados familiares, promovendo o acesso e utilização dos serviços de educação por parte dos agregados familiares com crianças, e o aumento do capital humano das crianças nesses agregados. Financiados pela comunidade internacional, nomeadamente o Banco Mundial, em mais de 18 milhões de dólares, os dois programas conseguiram atender 84,5% das localidades que constituem bolsas de pobreza extrema no país.

O Presidente da República, Dr. Carlos Vila Nova, realizou a primeira visita oficial a Portugal desde que foi eleito Presidente de São Tomé e Príncipe, com vista a melhorar e reforçar os laços de cooperação entre os dois países. A agenda

concentrou-se na cooperação bilateral nas áreas da saúde, educação, defesa e cultura. Em Portugal, Carlos Vila Nova teve encontros com o seu homólogo português, Marcelo Rebelo de Sousa, com o Primeiro-ministro António Costa e com o Presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas.

Carlos Vila Nova visitou Angola, tendo sido recebido pelo seu homólogo angolano João Manuel Gonçalves Lourenço, durante a qual discutiram a segurança do Golfo da Guiné, quer da pirataria, quer da proteção em termos daquilo que é a capacidade existente no golfo que pertencem aos dois países, como os recursos haliêuticos e recursos petrolíferos.

Ex-Presidente de São Tomé e Príncipe, Evaristo de Carvalho morreu em maio, aos 80 anos. Eleito Presidente em 2016, Evaristo de Carvalho exerceu o mandato até 2021, quando foi sucedido por Carlos Vila Nova. O Ex estadista foi um histórico da política são-tomense, tendo sido por duas ocasiões Primeiro-Ministro nos governos de iniciativa presidencial. Foi também Presidente da Assembleia Nacional, Ministro e Deputado.

Em agosto, o Governo levantou as medidas restritivas impostas por causa da Covid-19. Esta decisão foi justificada com base na taxa de imunização da população bastante aceitável e o número de novos casos semanalmente considerados numa fase descendente.

A Ação Democrática Independente (ADI) de Patrice Trovoada venceu, com maioria absoluta, as eleições legislativas de São Tomé e Príncipe, com um total de 36.212 votos, correspondendo a 30 Deputados, num total de 55 lugares na Assembleia Nacional. O MLSTP-PSD, que procurava o segundo mandato, recebeu 25.287 votos, equivalentes a 18 Deputados, o Movimento de Cidadãos

Independentes (MCI-PUN) com 5 Deputados e o BASTA com 2 Deputados. A União Democrática para o Desenvolvimento (UDD) e o Movimento Democrático Força da Mudança (MDFM), perderam os lugares na Assembleia Nacional. É o regresso de Patrice Trovoada, depois de já ter sido Primeiro Ministro de 2010 a 2012 e de 2014 a 2018.

Pela primeira vez, em 32 anos de democracia multipartidária, uma mulher foi eleita para presidir a Assembleia Nacional. Celmira Sacramento, Deputada do ADI, foi o nome da única lista apresentada à mesa da sessão plenária constituinte da 12ª legislatura e mereceu a confiança de 53 Deputados

### SOCIEDADE

A Bantumen, plataforma digital focada na cultura negra da Lusofonia, revelou a lista de Personalidades Negras mais influentes da Lusofonia em 2022, nas quais se destacam 9 personalidades são-tomenses. O evento aconteceu no Teatro São Luiz, em Lisboa e foram celebradas personalidades de diversas áreas de atuação, desde artistas, académicos, influenciadores digitais, empreendedores e muito mais personalidades que criam impacto positivo e notável na sociedade. Entre os nomeados deste ano, destacaram-se as seguintes personalidades são-tomenses: Anastácia Carvalho (cantora); Ângelo Torres (ator); Calema (cantores); Azomé Pinto (humorista); Carlos Pereira (humorista e apresentador); João Carlos Silva (Chef e investigador cultural); Katya Aragão (cineasta e jornalista); Miguel Paraíso (youtuber) e Olinda Beja (autora).

Maria do Carmo Silveira, ex-Primeira-ministra de São Tomé e Príncipe e ex-Secretária-Executiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

foi escolhida para chefiar a missão de observação eleitoral da CPLP na Guiné Equatorial. Tratou-se das eleições presidenciais, para a Câmara dos Deputados, para o Senado e Municipais na Guiné Equatorial. A missão constituída por 15 observadores esteve no terreno entre 14 e 23 de novembro sob a liderança de Maria do Carmo Silveira, e os observadores estiveram reunidos com os partidos e candidatos ao ato eleitoral e com as autoridades da administração e gestão eleitoral. A missão testemunhou a fase final da campanha eleitoral, o dia da votação e o apuramento parcial dos votos.

O artista plástico são-tomense, Olavo Amado, participou na WOMEX-Worldwide Music Expo 2022 em Lisboa, em representação do Entreposto de Artes: São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, projeto coordenado pela Roçamundo-Associação para a Cultura e Desenvolvimento (Cacau). A WOMEX é o maior encontro musical internacional e culturalmente diverso do mundo e a maior conferência do cenário musical global, com feira de negócios, palestras, filmes e pequenos concertos de showcase.

Teve lugar a 5ª Edição do FestFilm- Festival Internacional de Cinema de São Tomé e Príncipe, realizado simultaneamente no Instituto Camões-Centro Cultural Português (CCP), no Instituto Guimarães Rosa e na Alliance Française. Na cerimónia de abertura no CCP, que contou com a presença de representantes dos vários parceiros do Festival, entre os quais se destacam os Embaixadores de Portugal e do Brasil em São Tomé, as diretoras do CCP e do Instituto Guimarães Rosa, entre outros. Estiveram em exibição, além de filmes de realizadores são-tomenses, curta-metragens de outros países africanos e da Europa. A curta-metragem intitulada “Chamo-me Maria”, da jovem realizadora são-tomense Jéssica Lima, venceu o FestFilm na categoria de produções nacionais.

## EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

No princípio do ano, o ex-Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe, Américo Barros, informou que foi um ano marcante para a economia são-tomense, realçando que se sentiu severamente os efeitos económicos da crise pandémica, das alterações climáticas e da guerra na Ucrânia. Com resultado desta sobreposição de crises, aliadas a fragilidades económicas, financeiras e sociais do país, a economia nacional deverá crescer abaixo de 1% e a inflação situar-se-ia em patamares acima de 24%, valor não verificado desde 2008.

O atual Governador do BCSTP, Américo Ramos, avançou que o défice comercial de São Tomé e Príncipe atingiu cerca de 135 milhões de dólares em 2022, quase o valor do OGE aprovado para 2023, avaliado em 158 milhões de euros. As reservas externas encontram-se em mínimos históricos, incapazes de garantir a cobertura cambial para a importação de bens e serviços de primeira necessidade.

Américo Ramos revelou ainda que o país recebeu no final do ano, um donativo de Portugal no montante de 15 milhões de euros para apoio ao Orçamento Geral do Estado, permitindo um quadro de reservas menos degradado e, por conseguinte, facilitar a gestão desta crise sem precedentes. Segundo o Governador do BCSTP, o contexto internacional muito marcado pelo aumento do preço dos transportes, petróleo e bens alimentares, afetou negativamente o desempenho económico à escala global, e contribuiu sobremaneira para este infortúnio que afeta o país atualmente.

Segundo o Governo são-tomense, a partir de julho de 2022, o FMI tinha suspenso a avaliação do Programa de Financiamento Ampliado com São

Tomé, apontado um descarrilamento total das metas estabelecidas e atrasos na implementação de reformas. Uma equipa do FMI visitou São Tomé e Príncipe em dezembro de 2022 e reuniu-se com o novo Governo, para analisar os recentes desenvolvimentos económicos e discutir com as autoridades os desafios que o país enfrenta. As autoridades manifestaram grande interesse num novo acordo com o FMI para ajudar a ancorar as prioridades do novo Governo de restaurar a estabilidade macroeconómica e melhorar as condições de vida da população. O FMI diz-se pronto para apoiar as autoridades nestes esforços e as discussões prosseguirão nos próximos meses.

O Governador do BCSTP destacou a responsabilidade dos dirigentes são-tomenses na implementação de reformas estruturais essenciais no setor produtivo, incluindo o energético, que têm sido proteladas nos últimos anos e que custaram em 2022 um incremento de mais de 13 pontos percentuais nos níveis da inflação. O Governo são-tomense enquanto maior empregador do País, consome parte substancial do crédito disponibilizado para a economia, debilitando o setor privado que neste momento é incapaz de liderar o processo de transformação da economia com foco na criação de riqueza. A economia nacional entrou numa espiral de desaceleração, sendo claro que urge implementar reformas para que São Tomé e Príncipe ganhe a autodeterminação económica e projete um ciclo de crescimento económico médio superior a 5%, a um nível necessário para garantir a prosperidade das famílias e são-tomenses.

Américo Ramos defendeu o alinhamento entre o Governo, o BCSTP e os parceiros bilaterais e multilaterais para se implementar reformas transformadoras, incluindo a reforma do sistema financeiro nacional.

Segundo os dados do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, os indicadores da conjuntura económica disponíveis até setembro de 2022 apontam para uma desaceleração da atividade económica de 1,9% em 2021 para 0,9% em 2022. Espera-se uma recuperação da atividade económica em 2023, com uma taxa de crescimento do PIB em torno de 1,6%, liderada pelo setor da indústria, setor dos serviços, com destaque para a atividade do turismo e da restauração.

### Taxa de crescimento do PIB



Fonte: Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul

Segundo dados do BCSTP, a inflação manteve a sua trajetória galopante determinada, pelas eleições legislativas, alterações de preços dos combustíveis, escassez de fertilizantes no país etc. Assim, a taxa de inflação acumulada registada em 2022 foi de 25,21% contra 9,51% registado no período homólogo, o maior aumento registado desde 2008.

### Evolução da Inflação



Fonte: Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul

Segundo dados até setembro de 2022, o défice primário aumentou 6,6% e as reservas internacionais líquidas caíram 38%. Os dados inscritos na Tabela das Operações Financeiras do Estado referente à execução orçamental do 3º trimestre de 2022, indicam que as receitas correntes registaram uma arrecadação de 421,74 milhões de dobras, o que representa 23,8% do programado e um aumento de 4,8% em relação ao mesmo período homólogo de 2021. Este aumento é proporcionado pela maior arrecadação das receitas não fiscais em comparação com o mesmo período homólogo, não obstante uma diminuição das receitas fiscais em 8,2%.

As despesas correntes de funcionamento registaram uma execução de 720,763 milhões de dobras, o que representa 33% do programado e variação de 48,2% em relação ao mesmo período homólogo. Este aumento da execução das despesas é causado pelo aumento das despesas com pessoal (35,8%), dos subsídios e transferências correntes (19,5), e uma redução de bens e serviços (3,9%) em relação ao mesmo período homólogo de 2021.

Relativamente ao saldo primário, o mesmo registou um défice de 319,747 milhões de dobras contra -156,426 milhões de dobras registado em 2021, com uma variação de 104,4%.

Neste ano de 2022, segundo os dados do BCSTP, as exportações de bens cifraram-se em cerca de 16,743 milhões de USD, valor inferior em cerca de 2,098 milhões de USD, com uma variação negativa de 11% em relação a 2021. Esta redução deve-se à queda das exportações de cacau que registaram um decréscimo de 24%, com menos 2,510 milhões de USD do que o registado no período homólogo. Por outro lado, na exportação de óleo de palma, observou-se um incremento de 30%, chegando aos 7,863 milhões de USD com mais 1,837 milhões de dólares que no período homólogo.

As importações de bens somaram 168,489 milhões de USD, o que se traduziu num aumento de 16,489 milhões de USD, com uma variação de 11% em relação ao igual período do ano anterior. Esta evolução é essencialmente justificada pelas importações de produtos petrolíferos que cresceram 62% mais 21,057 milhões de USD e a importação de equipamentos em mais 9,125 milhões de USD e uma variação de 59% em relação ao ano transato.

O défice da balança comercial situou-se nos 151,746 milhões de USD, agravando em 14% face ao período homólogo.

### ECONOMIA E INVESTIMENTOS

Segundo o FMI, no seu relatório nº 22/95, de março de 2022, as perspetivas macroeconómicas para S. Tomé e Príncipe estão sujeitas a incertezas e riscos

significativos:

- As novas variantes da Covid-19 e futuras vagas pandémicas representam riscos para a subsistência e desafios para o crescimento e a estabilidade.
- As repercussões internas do aumento dos preços internacionais dos combustíveis poderão dificultar a recuperação, agravar os cortes de energia e a inflação e afetar negativamente as receitas e os subsídios implícitos. Perturbações prolongadas das cadeias de aprovisionamento mundiais podem provocar a escassez de bens de consumo intermédio e final, o abrandamento do crescimento e aumentos de preços.
- Atrasos nas reformas das receitas, através da introdução do IVA, poderão reduzir o espaço orçamental para as despesas sociais e de desenvolvimento, ao passo que um apoio de donativos aquém das expectativas, ou atrasos nos desembolsos por parte dos doadores, prejudicarão as opções de financiamento.

Atrasos nas reformas da EMAE e cortes prolongados de energia também poderão colocar pressão adicional sobre o desempenho das receitas e atrasar a recuperação do crescimento.

As eleições parlamentares de outubro de 2022 poderão atrasar as reformas legislativas e colocar pressão adicional sobre as despesas.

Uma eventual catástrofe natural também poderá retardar a consolidação orçamental.

A este ambiente já muito adverso para a economia de S. Tomé e Príncipe junta-se a crise militar da Rússia na Ucrânia. **Este novo evento de crise com um**

**cariz de conflito militar entre a Rússia - um dos maiores produtores de petróleo, gás e cereais a nível mundial - e a Ucrânia - um dos maiores produtores de cereais e óleo de girassol - conduziu a uma redução da produção desses países na esfera do comércio mundial, o que naturalmente agravou ainda mais a pressão sobre a oferta e sobre o preço, principalmente para países importadores, como é o caso de S. Tomé e Príncipe.**

Toda esta conjuntura tem pressionado o aumento acelerado dos preços.

O Banco Central também anunciou que a taxa de inflação iria acelerar para os 2 dígitos, atingindo 15%, justificada pela inflação importada, pelo **aumento do preço de combustível e pelas alterações climáticas, que impactam sobre a produção local. Entretanto, em setembro a inflação acumulada já estava em 18,08%.**

Tem havido também um baixo fluxo de entrada de donativos num País que é dependente em 98% da ajuda financeira internacional, para realizar o investimento público. A redução dos donativos e de outras receitas orçamentais, leva o Estado a recorrer de forma mais expressiva ao crédito interno.

As reservas **externas têm vindo a reduzir e situaram-se em níveis preocupantes. Esta situação tem colocado pressão sobre o regime de paridade cambial.**

Em resultado das dificuldades financeiras vividas pelo Estado (baixo fluxo de entrada de receitas e de donativos) tem colocado a tesouraria do Estado sob muita pressão. O pagamento dos salários estavam a conhecer atrasos sucessivos. Uma das formas encontradas pelo Estado para garantir o

pagamento dos salários sem atrasos foi o recurso ao empréstimo bancário (em forma de adiantamento de receitas) com uma maturidade não superior a 1 mês.

O Banco Central de S. Tomé e Príncipe anunciou que, em face da atual conjuntura interna e externa, a economia nacional vai desacelerar para 1,4%, contra 2,8% estimado pelo Governo no Orçamento Geral do Estado para 2022.

### Principais indicadores da economia

Indicadores	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	Real	Real	Est.	Est.	Proj	Proj
PIB nominal (mil milhões de Dobras)	8.619	9.424	10.247	11.144	12.232	13.538
PIB a preços constantes (Var. anual em %)	2,9	2,2	3,1	2,3	2,8	2,9
Taxa de câmbio Dobras/USD (últ. dia do ano)	21,7	22,2	21,7	20,4	20,4	20,4
Taxa de câmbio Dobras/EURO (últ. dia do ano)	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5
Taxa de Juro Interna (média anual em %)	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0
Taxa de Juro Externa (% final do período) <sup>2</sup>	-0,312	-0,395	-0,538	-0,550	-0,285	0,02
Inflação (média anual em %)	7,9	7,7	9,9	7,9	8,5	7,3
Inflação (variação homóloga %)	9,0	7,7	9,4	8,4	7,5	7,2
Saldo primário interno (% do PIB)	-3,1	-1,8	-4,2	-3,8	-2,8	-1,9
Balança corrente em % do PIB	-19,4	-21,1	-11,9	-22,8	-18,4	-14,2

Fonte: Estimativas do MPFEA / FMI / WEO / UMF

### MERCADO MONETÁRIO

O Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), para conter o crescimento da inflação, assegurar o regime cambial e garantir a estabilidade dos preços, por intermédio do seu comité de política monetária, recorreu aos seguintes instrumentos de política monetária:

BISTP / RELATÓRIO E CONTAS - 2022

- 1) Aumento da taxa de juro de referência de 9% para 10%.
- 2) Aumento da taxa de facilidade permanente de liquidez de 9,5% para 10,5%.
- 3) Aumento do coeficiente de reservas mínimas de caixa em moeda nacional de 18% para 28%, mantendo o coeficiente em moeda estrangeira em 21%.
- 4) Emissão de Certificados de Depósitos, à taxa variável, visando controlar o excesso de liquidez.

Entretanto, antes de implementar os instrumentos acima referidos, o BCSTP repôs a taxa de reservas mínimas de caixa (RMC) que vigorava antes da pandemia da COVID-19. Assim, a RMC passou de 14% para 18% em moeda nacional e de 17% para 21%, em moeda estrangeira, com objetivo de reduzir o excesso de liquidez disponível no sistema e minimizar o impacto deste excesso no aumento da inflação.

Visando diversificar as fontes de financiamento do défice e dispor de uma estrutura de dívida mais sustentável para a realidade económica do País, o Tesouro Público fez cinco (5) emissões de Bilhetes de Tesouro, de fevereiro a setembro de 2022, totalizando STN 637 milhões. As três (3) últimas emissões (16<sup>a</sup>, 17<sup>a</sup> e 18<sup>a</sup>) realizadas em maio, agosto e setembro, foram à taxa variável, em que o valor nominal de cada bilhete foi de 1.000,00 dobras, com maturidade até 12 meses.

### SECTOR BANCÁRIO

O sistema bancário altamente concentrado continua a enfrentar o desafio do excesso de liquidez, mas também da baixa rentabilidade e potencial de risco elevado, explicado em grande medida pela dificuldade de recuperação do

**crédito malparado devido à ineficiência dos tribunais.**

- A criação de um centro de arbitragem para tornar mais célere a resolução do contencioso comercial, poderá melhorar o nível de risco de crédito.
- A procura para obter maior volume de negócio, tinha levado os bancos a reduzir cada vez mais as suas taxas ativas, aligeirar as condições de segurança dos créditos e assumir mais riscos. Porém, alguns bancos que tinham adotado medidas tendentes ao aligeiramento das condições de segurança do crédito estão a rever a sua atuação, em resultado dos riscos reais vivenciados pelos mesmos. Assim, começaram a exigir fiadores nas suas operações de crédito à particulares.
- Essas fragilidades, verificadas ao longo dos últimos anos levaram à falência do Island Bank, do Banco Equador, do Banco Privado e do Energy Bank, decretadas pelo BCSTP, resultando na redução do número de Bancos na praça, de 8 para 4 Bancos.
- Com a saída das instituições mais frágeis do sistema, a rentabilidade do setor melhorou, apresentando um ROE em torno de 9,1% em 2021, contra 4,1% em 2020 e -1,3% em 2019, de acordo com os dados apresentados pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe. O saneamento do mercado, com a saída dos bancos menos eficientes, tem levado a uma melhoria da rentabilidade do sistema.
- Mas, os indicadores históricos de rendibilidade continuam apontando para uma fragilidade generalizada, uma vez que apenas um Banco (o BISTP) apresenta resultados acumulados positivos, ao passo que os outros apresentam resultados muito negativos, que acabaram por corroer o capital social dos mesmos.
- Os Bancos têm aproveitado a emissão de Bilhetes do Tesouro e de Certificados de Depósitos para rentabilizar o seu excesso de liquidez, numa conjuntura de contração da carteira de crédito. Essas aplicações tem sido uma alternativa para os Bancos aplicarem algum excedente de liquidez.

- Para dinamizar e sensibilizar o sistema financeiro para os novos desafios de inclusão financeira, serviços financeiros com preocupação de sustentabilidade ambiental, o Banco Central realizou um workshop com as Instituições Financeiras, fintechs e vários serviços públicos de produção e tratamento de dados, com o propósito de estimular o interesse de todos para as oportunidades que estas novas economias sugerem.

**Principais Indicadores do Sector Financeiro**

Enquadramento Regulamentar	2018	2019	2020	2021	Até Set 2022	Níveis Regulamentares
Solvência	31,1%	28,5%	29,0%	31,61%	32,66%	≥ 12,00%
Liquidez	63%	49%	58%	63,69%	65,62%	≥ 20,00%

Enquadramento Sectorial	2018	2019	2020	2021	Até Set 2022
Número de Bancos	5	5	5	4	4
Ativo em % do PIB*	47,8%	46,6%	47,4%	42,95%	44,82%
Crédito Líquido em % do PIB*	15,6%	14,9%	13,9%	10,72%	10,87%
Depósitos em % do PIB*	33,2%	32,6%	34,6%	30,73%	33,24%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósito)	47%	46%	40%	35%	33%
Nível de Crédito Mal Parado (> 90 dias)	24,6%	26,7%	29,6%	28,57%	11,36%
Cost-to-Income	70,0%	79,0%	79,0%	71,48%	66,59%
ROE	-1,0%	-1,3%	4,1%	9,08%	8,40%
ROA	-0,2%	-0,2%	0,7%	1,66%	1,44%

Fonte: BCSTP

\*Cálculo BISTP

**Quota do BISTP**

	2019	2020	2021	2022	Var. 2022/2021	
Ativo Total	65,26%	65,3%	60,94%	61,83%	0,90	pp
Capital Próprio	52,76%	52,3%	54,78%	56,48%	1,70	pp
Depósitos	73,15%	74,9%	68,16%	68,37%	0,22	pp
Crédito sobre cliente	62,24%	60,1%	58,30%	61,74%	3,44	pp
Produto Bancário	70,46%	70,1%	63,82%	61,73%	-2,09	pp
Agências	60%	66,7%	70,59%	68,75%	-1,84	pp
ATM	72%	74,2%	78,57%	76,09%	-2,48	pp
POS			61,26%	73,84%	12,58	pp

Fonte: GP



**Doce de Amendoins**  
Feito com Amendoins de Terra

# 5. ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E PRESENÇA GEOGRÁFICA DO BISTP

## 5.1 ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

O Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe é a maior Instituição Financeira que opera em S. Tomé e Príncipe, possuindo uma destacada posição de liderança em termos de produtos e serviços financeiros, segmentos de mercado e de uma ampla cobertura geográfica através da sua rede de agências. Adicionalmente, o banco possui outros canais para distribuição dos seus produtos e serviços (ATM, POS e e-banking).

Enquanto Banco que atua tanto no segmento de retalho como no segmento de empresas e instituições, o BISTP possui em cada segmento uma gama muito heterogenia de clientes e, por isso, na sua estratégia de expansão da sua rede de cobertura geográfica do País, toma em consideração a especificidade e as necessidades dos diferentes nichos. Assim, enquanto o Banco está estendendo a sua presença física pelo País, visando atender o segmento de clientes que privilegia um atendimento mais personalizado, também está promovendo a disseminação dos serviços bancários eletrónico e digital, visando atender o segmento de clientes mais jovens e entusiastas no acesso aos serviços bancários à distância.

O ano de 2022 foi conturbado e de grandes desafios na decorrência de uma

conjuntura adversa nacional e internacional. Não obstante a conjuntura, o modelo de negócios do Banco encontra-se adequadamente diversificado neste mercado, o que confere ao Banco uma maior capacidade de resiliência e de manutenção dos seus principais indicadores em terreno positivo.

As transformações progressivas promovidas pelo Banco, visando adequar a sua estratégia e negócio às exigências/desafios do mercado e das autoridades, são importantes e necessárias para que o banco continue agregando valor e solidez ao seu modelo de negócio.

O foco em alcançar níveis de rendibilidade adequados em face do risco deste mercado, de eficiência operacional e melhor controlo do risco de crédito são indispensáveis para o reforço da posição de liderança neste mercado e assegurar a perenidade do Banco.

A persecução do seu ideal de “Excelência” tem-se materializado na realização de atividades centradas nos quatro eixos estratégicos do Banco: Clientes, Capital Humano, Processos e Resultados.

As ações concretizadas em 2022 permitiram ao Banco dar passos qualitativos em direção ao seu ideal de “Excelência” em cada eixo estratégico.

## CLIENTES

Ao longo do ano de 2022 o Banco deu continuidade ao seu plano de massificação do acesso aos produtos e serviços por via dos canais eletrónicos e digitais, tendo como objetivo central neste plano, assegurar aos clientes um acesso fácil, comodo, seguro e sem limite temporal, aos principais produtos e serviços do Banco. O Banco investiu no aumento do seu parque de ATMs e TPAs/POS. Foi também dada continuidade a difusão de spots publicitários centrados nas vantagens que proporcionam os canais eletrónicos e digitais. Em termos práticos, o Banco foi procurando colocar um cartão de débito a cada nova conta que é aberta, bem como o serviço de internet banking. A combinação dessas ações tem concorrido para uma maior utilização dos canais eletrónicos e digitais, e tem, em consequência, concorrido para dar maior autonomia e satisfação aos clientes na utilização dos nossos produtos e serviços por via desses canais.

## CAPITAL HUMANO

A capacidade demonstrada pelo Banco em obter um bom desempenho ao longo dos anos e, em particular nas conjunturas adversas, é o reflexo do capital humano preparado, focado e determinado em continuar a fazer do BISTP a melhor instituição financeira do mercado em todos os aspetos.

Visando manter a competitividade e ser capaz de acompanhar a contínua mutação do mercado, caracterizada pelo surgimento da concorrência de novas empresas financeiras, como as fintech e aumento de exigências regulamentares, o Banco tem investido na formação contínua dos seus quadros. Em 2022, foi dada uma atenção particular à necessidade de formação

dos quadros do Banco em matérias de compliance, cujo objetivo foi o de reforçar os conhecimentos teóricos e práticos, em face da relevância da conformidade no negócio bancário.

## PROCESSOS INTERNOS

Em 2022, em termos de projetos relevantes visando a melhoria de processos internos, destaca-se a conclusão do projeto de Alta Disponibilidade, que se propunha assegurar um melhor serviço ao cliente, permitindo que os canais eletrónicos funcionassem de forma ininterrupta, mesmo durante o período do fecho do dia. Desta forma foi possível assegurar a disponibilidade dos canais eletrónicos 24h por dia e 7 dias por semana. Este investimento veio também reduzir o tempo médio do fecho, tornando o processo mais célere.

## RESULTADOS

Os efeitos dos constrangimentos económicos gerados pela alta inflação, o conflito militar entre a Rússia e Ucrânia e o receio de um recrudescimento da Covid-19, são visíveis na economia real e foram sentidos ao longo de todo o ano de 2022. Não obstante, o Banco, com empenho de toda a sua equipa, conseguiu uma vez mais demonstrar a sua versatilidade, capacidade de compreensão da conjuntura e rápida adaptação à mesma.

Com um modelo de negócio cuja estratégia está orientada para atender às expectativas de todos (Clientes, Colaboradores, Acionistas e Sociedade em geral) o Banco tem conseguido, de forma consistente, resultados satisfatórios que têm concorrido para o fortalecimento dos seus rácios de solidez e liquidez, permitindo avanços em direção ao seu ideal de “Excelência”.

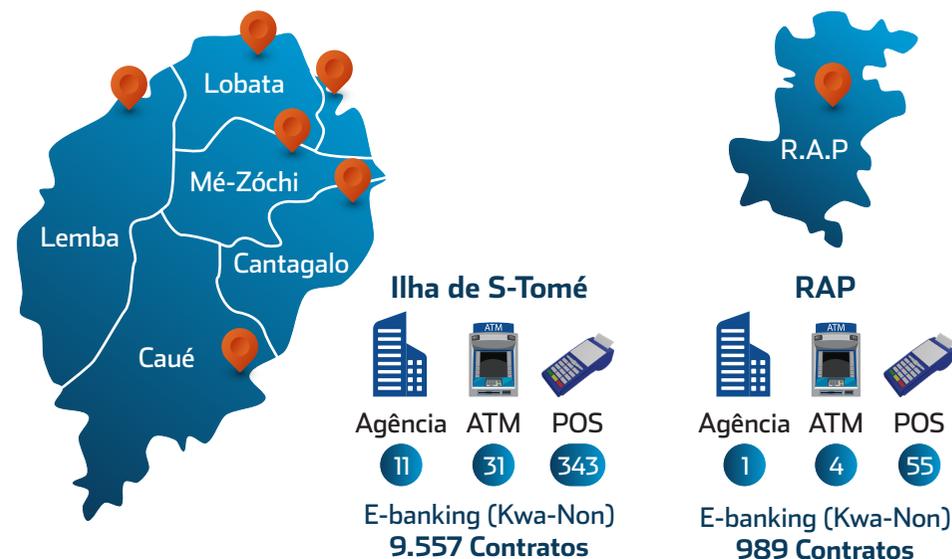
Apesar da contração registada na carteira de crédito, nota-se que a diversificação nas fontes de receitas do Banco permitiram o alcance de um resultado positivo e superior ao registado no ano transato. Os rácios de solidez e de eficiência mantêm-se em níveis positivos assinaláveis, tendo-se fixado, respetivamente, em 42,89% e 59,50%.

## 5.2 PRESENÇA GEOGRÁFICA E CANAL DE DISTRIBUIÇÃO

O BISTP, como a maior instituição financeira do mercado, continua firme na sua missão de levar os serviços financeiros à todo País, permitindo que mais pessoas possam usufruir das vantagens/benefícios que os produtos e os serviços financeiros podem gerar, tanto para empresas (pequenas e médias empresas), bem como, para as pessoas singulares.

O Banco mantém o seu compromisso, no quadro da sua missão e visão, de ser o “Banco de Todos”. Por isso, estar fisicamente presente em todos os distritos do País, levando o serviço financeiro cada vez mais longe e estar cada vez mais perto da população.

### BISTP: Presença no País



Em 2022 foi dada continuidade ao processo visando a concretização da desejada ambição de ter uma agência em todos os distritos do País. Espera-se que em 2023 o Banco possa inaugurar as suas novas agências. Até finais de 2022 o Banco estava presente com uma agência em 4 dos 7 distritos do País, no entanto, apesar de ainda não ter uma agência em todos distritos, a presença do Banco já é visível através das Áreas Automáticas/ATM que estão instaladas do norte ao sul do País, cobrindo já todos os distritos.

Para além da abertura de novas agências, o Banco também tem dado cada vez maior ênfase aos canais eletrónicos e digitais, colocando-os no centro da sua estratégia, sendo canais complementares e com grande potencial para levar os serviços financeiros para locais ainda mais distantes e facilitar o acesso aos serviços financeiros à todos os seus espalhados por todo País. É nesta senda que em 2022 o número de Caixas Automáticas/ATMs passou para 35 unidades e os TPAs/POS para 398 unidades ao serviço do mercado.



**Cuscuz**  
Feito com Milho

## 6. PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2022

### 6.1 BANCA DE RETALHO: PARTICULARES

A economia nacional ainda abalada pelos efeitos da Covid-19, viu-se confrontada com o agravamento das condições macroeconómicas decorrentes da aceleração da inflação para níveis historicamente elevados (desde 2013 que a inflação não atingia os 2 dígitos), e da guerra entre a Rússia e Ucrânia.

Numa conjuntura como esta, os desafios para promover o crescimento da carteira de crédito e outros produtos financeiros são enormes.

As empresas, de uma forma geral já em dificuldades, e as famílias viram o seu poder de compra cair com o aumento da inflação. A visível desaceleração da atividade económica tem potenciado o aumento do risco de crédito.

A contração da carteira de crédito no segmento de particulares na ordem de 11,1% em 2022 comparativamente ao ano transato, é o reflexo do arrefecimento da atividade económica em 2022. Porém, importa frisar que, parte relevante dessa contração decorre do Write-off contabilístico imposto ao BISTP à luz das normas regulamentares emitidas pelo BCSTP. No entanto, se anularmos o efeito do Write-off, a contração da carteira de crédito dos clientes particulares teria sido na ordem de 4,33%.

Em face desta contração, o peso do volume de crédito deste segmento passou a representar 52,83% do crédito global do Banco, contra 58,52% em 2021, sendo esta variação reveladora das dificuldades sentidas pelas famílias e da retração na procura de financiamento bancário. Contudo, importa dar nota que este segmento continua a deter um maior peso na carteira de crédito do BISTP, o que confere, em certa medida, maior estabilidade ao nível da carteira de crédito, caracterizado por ser o segmento em que há maior diversificação do risco, e ser menos volátil em comparação com o segmento de empresas. Por essa razão de menor volatilidade, a Banca de Retalho continua tendo um papel preponderante na garantia de maior capacidade de resiliência ao modelo de negócio do Banco em geral.

A carteira de depósitos para este segmento, conheceu um crescimento na ordem de 8,14%, fazendo com que o seu peso no total da carteira de depósitos (depósitos à ordem e a prazo) se fixa em 42,5%, revelando uma certa estabilidade face ao peso de 2021 que era de 42,8%.

O peso dos clientes particulares no volume total de crédito e depósitos combinados passou a ser de 45,3% contra 47,4% em 2021. Este segmento tem-se revelado muito importante na estratégia de diversificação do risco e no

reforço da capacidade de resiliência da atividade do Banco, em resultado de uma maior heterogeneidade dos clientes particulares.

## DEPÓSITOS

Os depósitos neste segmento registaram uma variação na ordem de +8,14%, sendo que a mesma decorre de um aumento dos depósitos à ordem em +13,76%, contra uma redução registada ao nível dos depósitos a prazo de 13,83%. Os depósitos à ordem, passivos não remunerados, registaram uma relevante expansão em 2022 e o seu peso na carteira de depósitos ficou mais reforçado.

### Particulares (Carteira de Depósitos de Clientes)

	Variação				
	2020	2021	2022	21.vs.21	22.vs.21
Depósitos de Clientes (excluídos juros a pagar)					
Depósitos a Ordem	684.642.749	730.067.198	830.542.440	6,63%	13,76%
Depósitos a Prazo	192.792.798	186.763.132	160.932.363	-3,13%	-13,83%
<b>Total de Depósitos de Clientes</b>	<b>877.435.547</b>	<b>916.830.330</b>	<b>991.474.803</b>	<b>4,49%</b>	<b>8,14%</b>

*Montante em STN*

Os depósitos neste segmento fixaram-se em mSTN 991.475, traduzindo-se num crescimento de mSTN 74.644 face a 2021, ou seja +8,14%.

O crescimento dos depósitos à ordem em +13,76% face a 2021, mesmo numa conjuntura adversa, reflete a estabilidade da carteira de depósitos neste segmento e a confiança que os clientes depositam na solidez da Instituição. Importa salientar que a situação de fragilidade financeira ou falência das

instituições financeiras mais pequenas, que se registou ao longo dos anos em S. Tomé e Príncipe, concorreu também para o reforço da confiança no BISTP.

Com este crescimento, o peso dos depósitos à ordem em 2022, passou a 83,8% no total dos depósitos neste segmento, contra apenas 16,2% dos depósitos a prazo.

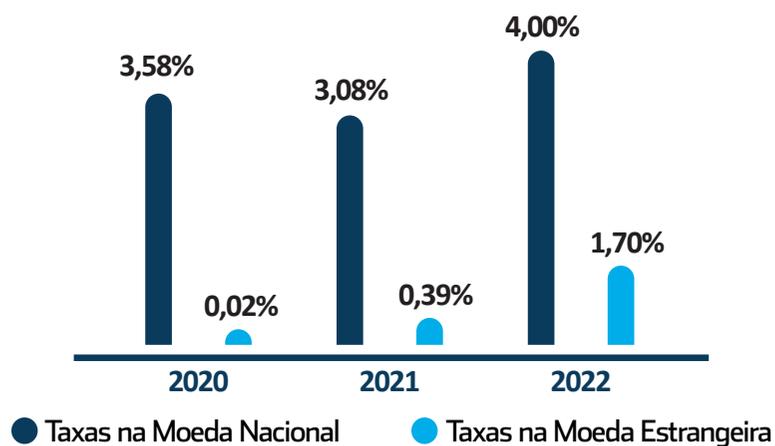
Relativamente aos depósitos à prazo, verifica-se uma contração na taxa média ponderada em moeda nacional, resultante de uma política de aplicação de taxas de captação mais baixas, justificada pela situação de excesso de liquidez no mercado financeiro, sendo que a problemática do excedente de recursos não aplicados agrava-se numa conjuntura de crise em que o crédito bancário regista uma contração. A redução dos depósitos à prazo pode também ser explicada pela necessidade que os clientes vão tendo, num cenário de forte aceleração da inflação, em mobilizar os depósitos à prazo de baixa remuneração para satisfazer as suas necessidades de consumo.

Os depósitos à prazo em curso, com maturidades mais longas, não são impactados pela política de taxas mais baixas, razão pela qual, constata-se que a taxa média ponderada está a ser mais influenciada pelos contratos mais antigos.

Maturidade dos Depósitos a prazo 2022		
Maturidade dos contratos de depósitos a prazo	Capital	Taxa Média Ponderada
Até 6 meses	46.264.378	1,23%
De 6 a 12 meses	2.372.707	1,05%
Mais de 12 meses	112.773.006	4,52%
<b>Total</b>	<b>160.932.363</b>	<b>3,54%</b>

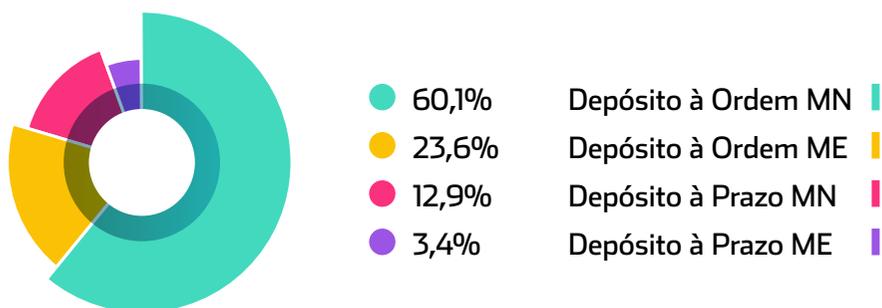
*Montante em STN*

### Taxa de Captação por grupo de moedas (Média Ponderada)



No que toca à composição dos depósitos por moeda, salienta-se a existência de uma maior predominância de depósitos em moeda nacional (73,0% do total dos depósitos) face aos depósitos em moeda estrangeira (27,0%).

### Peso dos depósitos por moeda



## CRÉDITO

O volume da carteira de crédito neste segmento, em 2022, conheceu uma contração na ordem de 11,1% face a 2021, correspondendo a uma redução em termos absolutos de -mSTN 57.481.

Carteira de Crédito	2020		2021		2022		Variação			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	21 Vs. 20		22 Vs. 21	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	4.906	435.122.522	5.227	417.224.846	5.284	391.036.583	6,5%	-4,1%	1,1%	-6,3%
Crédito Irregular	511	102.592.394	224	100.910.037	220	69.965.123	-56,2%	-1,6%	-1,8%	-30,7%
Descobertos	3.304	1.138.265	7.435	758.710	2.653	410.425	125,0%	-33,3%	-64,3%	-45,9%
<b>Total da Carteira de Créditos</b>	<b>8.721</b>	<b>538.853.181</b>	<b>12.886</b>	<b>518.893.593</b>	<b>8.157</b>	<b>461.412.131</b>	<b>47,8%</b>	<b>-3,7%</b>	<b>-36,7%</b>	<b>-11,1%</b>

Montantes em STN

O volume de crédito em situação regular registou uma contração de 6,3%. De igual modo o crédito irregular registou uma contração, mas com uma variação mais significativa 30,7%. Salienta-se que esta maior contração da carteira irregular decorre do write-off contabilístico efetuado em 2022. A maior contração do crédito regular é o reflexo duma conjuntura mais adversa que caracterizou a atividade económica no ano de 2022.

Carteira de Crédito	Carteira de Crédito - Regular						Variação			
	2020		2021		2022		21 Vs. 20		22 Vs. 21	
Crédito Regular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Habituação c/ Garantia Hipotec.	145	94.137.240	134	76.260.057	120	63.868.171	-7,6%	-19,0%	-10,4%	-16,2%
Consumo	1.328	72.401.459	1.559	81.710.489	1.616	88.664.036	17,4%	12,9%	3,7%	8,5%
Automóvel	11	3.547.379	13	4.229.712	11	2.074.073	18,2%	19,2%	-15,4%	-51,0%
Saúde	7	394.810	7	579.927	4	948.451	0,0%	46,9%	-42,9%	63,5%
Outros créditos a particulares	3.415	264.641.635	3.514	254.444.661	3.533	235.481.852	2,9%	-3,9%	0,5%	-7,5%
<b>Total Crédito Regular (1)</b>	<b>4.906</b>	<b>435.122.522</b>	<b>5.227</b>	<b>417.224.846</b>	<b>5.284</b>	<b>391.036.583</b>	<b>6,5%</b>	<b>-4,1%</b>	<b>1,1%</b>	<b>-6,3%</b>

Montantes em STN

Ao nível da carteira de crédito em situação regular, verifica-se uma contração na finalidade de crédito habitação na ordem de 16%. O crédito automóvel, conheceu uma contração em volume na ordem de 51%. “Outros créditos à particulares”, que geralmente inclui os créditos destinados ao investimento em pequenos negócios de particulares, registou uma contração na ordem de 7,5%. Contrariamente, o crédito ao consumo foi o que registou um crescimento + 8,5%. Num ambiente económico menos favorável, a recuperação de crédito em situação de incumprimento tornam-se ainda mais difícil, com um aumento potencial

do risco de novos créditos entrarem em incumprimento. Em face das dificuldades de recuperação, agravadas pela conjuntura e pelo aumento potencial do risco de incumprimento, o Banco tem instituído a política de acompanhamento regular dos clientes ao nível das Agências e Gestores, sendo a ação de recuperação de créditos de complexidade elevada, liderada pelo GJR - Gabinete Jurídico e Recuperação.

O crédito irregular registou uma contração na ordem de 30,7% face a 2021, sendo que esta redução se explica essencialmente pelo write-off contabilístico. Desconsiderando o efeito de Write-off verifica-se que a carteira de crédito classificado como sendo de risco (crédito irregular) teria uma expansão na ordem de 13%.

Importa, contudo, manter sempre presente que a extrema morosidade dos Tribunais (para não dizer inoperacionalidade) no tratamento dos processos em contencioso de crédito tem sido o entrave mais crítico no processo de recuperação de créditos em incumprimento. Decorrente desta ineficiência dos Tribunais nesta matéria, a recuperação de crédito neste mercado torna-se particularmente difícil e desafiadora.

Carteira de Crédito Crédito Irregular	Carteira de Crédito - Irregular						Variação			
	2020		2021		2022		21 Vs. 20		22 Vs. 21	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
<b>Com atrasos &gt; 90 dias</b>										
Habituação com Garantia Hipotecária	27	30.319.714	34	44.421.860	35	42.524.610	25,9%	46,5%	2,9%	-4,3%
Consumo	127	5.204.168	45	2.701.035	66	3.837.561	-64,6%	-48,1%	46,7%	42,1%
Automóvel	3	1.789.955	2	1.005.441	2	935.573	-33,3%	-43,8%	0,0%	-6,9%
Saúde	0	-	1	147.854	2	278.310	-	-	100,0%	88,2%
Outros	320	40.927.921	109	23.851.478	115	22.389.070	-65,9%	-41,7%	5,5%	-6,1%
<b>Total de créditos com atrasos &gt; 90 dias</b>	<b>477</b>	<b>78.241.757,40</b>	<b>191</b>	<b>72.127.667,77</b>	<b>220</b>	<b>69.965.123</b>	<b>-60,0%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>15,2%</b>	<b>-3,0%</b>
<b>Contencioso</b>										
Habituação com Garantia Hipotecária	7	7.103.188,87	6	7.405.815,71	-	-	-14,3%	4,3%	-100,0%	-100,0%
Consumo	9	3.292.084,19	8	3.153.040,07	-	-	-11,1%	-4,2%	-100,0%	-100,0%
Outros	18	13.955.363,50	19	18.223.513,69	-	-	5,6%	30,6%	-100,0%	-100,0%
<b>Total de créditos em contencioso</b>	<b>34</b>	<b>24.350.636,56</b>	<b>33</b>	<b>28.782.369,47</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-2,9%</b>	<b>18,2%</b>	<b>-100,0%</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Total Crédito Irregular (2)</b>	<b>511</b>	<b>102.592.394</b>	<b>224</b>	<b>100.910.037</b>	<b>220</b>	<b>69.965.123</b>	<b>-56,2%</b>	<b>-1,6%</b>	<b>-1,8%</b>	<b>-30,7%</b>

Montante em STN

Do ponto de vista da evolução da qualidade de crédito é possível elencar os seguintes aspetos:

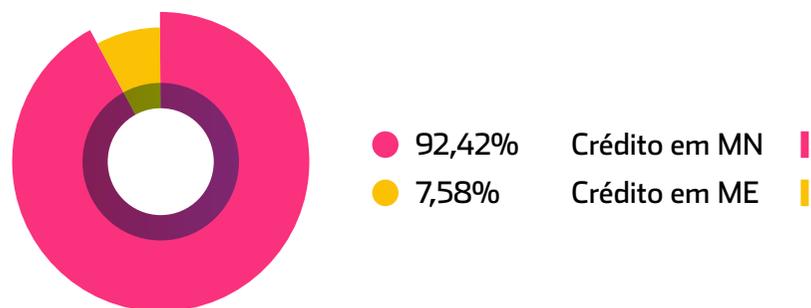
- A redução, do peso do crédito irregular no total do crédito deste segmento, passando de 19,45% em 2021 para 15,16% em 2022, justificado em grande medida pelo write-off contabilístico.
- Com o write-off dos créditos de risco mais elevado, registou-se uma melhoria ao nível da qualidade da carteira. A redução do nível de cobertura do crédito

total (Regular e Irregular) pela provisão, neste segmento, situando-se em 11,1%, contra 17,0% em 2021, é reveladora dessa melhoria.

- O total do crédito irregular em 2022 situou-se em mSTN 69.965, na sequência do write-off, contra mSTN 100.910 em 2021.
- Com esta redução do crédito irregular, em particular os que em 2021 já se encontravam na classe de risco mais elevada (com 180 e 360 dias de incumprimento), registou-se como consequência uma melhoria ao nível do risco da carteira, com a permanência de créditos que encontram no nível de risco menos elevado. Por este motivo, o rácio de cobertura de provisão do crédito de risco em carteira, passou de 78% em 2021 para 65% em 2022.
- Não obstante esta redução do risco da carteira de crédito, o Banco tem mantido uma política de provisão muito prudente e rigorosa, tendo no essencial de crédito em situação irregular devidamente provisionado.

Relativamente à evolução do crédito por moeda, a estratégia continua sendo a de ajustar a moeda em que o financiamento é concedido à moeda de rendimento do cliente. Como o essencial do rendimento dos clientes está na moeda local (Dobra), tem-se registado um maior peso do crédito na moeda nacional em detrimento da moeda estrangeira.

## Peso dos Créditos por moeda



## 6.2 BANCA CORPORATIVA: EMPRESAS E INSTITUIÇÕES

Apesar de uma tímida retoma da atividade turística, com aumento da afluência de turistas ao País, principalmente em finais de 2022, não se verificou durante o ano muito otimismo por parte dos investidores, que pode ser traduzido pelo fraco investimento direto estrangeiro ou interno neste setor e noutros, contrastando com os anos anteriores à 2020, em que havia uma grande euforia e expectativa quanto ao crescimento do setor turístico e de outros sectores conexos. De facto, o fraco otimismo do capital estrangeiro e nacional e o arrefecimento do investimento explica-se, em certa medida, pelas consequências, económicas e sanitárias ainda marcantes, causadas pela pandemia, pelo conflito armado que opõe a Rússia e a Ucrânia e por uma espiral inflacionista que há muito não se via. Todos estes eventos acumulados criaram uma conjuntura macroeconómica muito adversa e de risco muito elevado, em particular para mercados mais vulneráveis aos choques externos, como é o de S. Tomé e Príncipe.

Em face de uma conjuntura pouco favorável, as empresas reduziram também a procura de financiamento bancário, quer para rotação do stock quer para investimento/expansão de negócios. Em face deste cenário mais adverso e de risco tendencialmente crescente, o Banco tem mantido a sua estratégia de concessão de créditos, mas ajustada às necessidades e ao momento das empresas.

O segmento Empresas e Instituições tem um peso respetivamente de 47,2% e 57,4% do total da carteira de crédito e de depósitos em 2022.

## DEPÓSITOS

O volume de depósitos para este segmento conheceu em 2022 uma expansão na ordem de +9,5%, sustentado pelo aumento dos depósitos à ordem em torno de +9,7%, contrastando com uma redução dos depósitos à prazo na ordem de 52,6%.

Esta magnitude de variação dos depósitos verificada, evidencia uma certa concentração e menor estabilidade dos depósitos a prazo neste segmento.

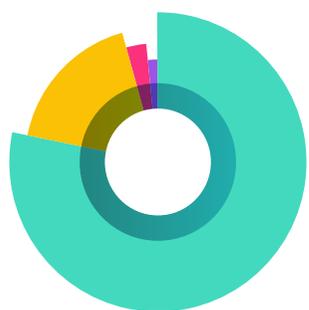
### Empresas (Carteira de Depósitos de Clientes)

Carteira de Depósitos (excluído os juros a pagar)				Variação	
	2020	2021	2022	21.vs.20	22.vs.21
Depósitos a Ordem	1.504.653.357	1.222.229.779	1.341.188.037	-18,77%	9,73%
Depósitos a Prazo	5.639.651	4.571.150	2.166.115	-18,95%	-52,61%
<b>Total de Depósitos de Clientes</b>	<b>1.510.293.009</b>	<b>1.226.800.929</b>	<b>1.343.354.152</b>	<b>-18,77%</b>	<b>9,50%</b>

Montante em STN

No que se refere à composição dos depósitos por moeda, nota-se que os depósitos em moeda nacional continuam a representar o essencial dos depósitos neste segmento, com um peso de 80,1%, contra 72,4% em 2021.

### Peso dos depósitos por moeda



80,08%	Depósito à Ordem MN
19,76%	Depósito à Ordem ME
0,14%	Depósito à Prazo MN
0,02%	Depósito à Prazo ME

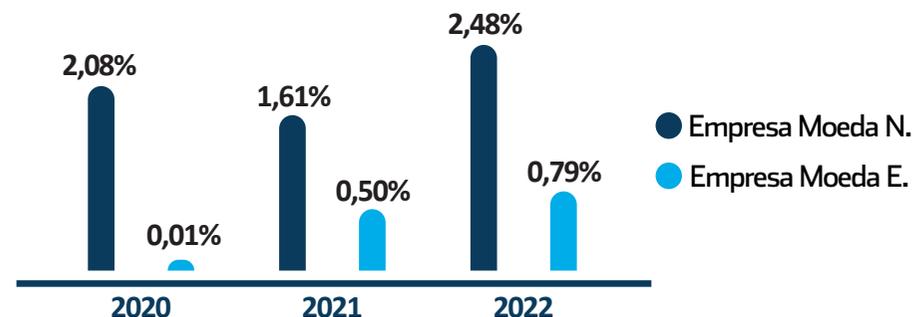
As taxas médias de captação para este segmento mantêm-se baixas. Porém, com a saída/vencimento de aplicações à prazo, acaba-se, tendencialmente, por obter uma taxa média mais elevada decorrente do facto de os depósitos que permanecem em carteira, contratados para um prazo mais longo, são objeto de taxas mais elevadas. Os depósitos a prazo deste segmento são mais voláteis e os seus titulares tendem, geralmente, ir à procura de melhores rentabilidades.

### Maturidade dos depósitos a prazo 2022

Maturidade dos contratos de depósitos a prazo	Capital	Taxa Média Ponderada
Até 6 meses	-	-
De 6 a 12 meses	-	-
Mais de 12 meses	2.643.843	2,25%
<b>Total</b>	<b>2.643.843</b>	<b>2,25%</b>

Montante em STN

### Taxa de Captação por grupo de moedas (Média Ponderada)



## CRÉDITO

O crédito à economia conheceu uma expansão (+12,02%), o que em termos absolutos representou um incremento de mSTN 44.221. Apesar da conjuntura ter sido, em termos gerais, adversa, ainda assim foi possível aumentar a

carteira de créditos, tendo os créditos concedidos ao Estado em 2022 servido de alavanca para este aumento.

O crédito às empresas, em termos gerais, registou uma importante contração. Esta evolução vem evidenciar o impacto da conjuntura adversa na procura de crédito bancário por parte das empresas.

Não obstante a conjuntura, o BISTP tem estado atento às poucas oportunidades de negócios que surgem e tem dado uma atenção particular a este segmento, procurando soluções de financiamento mais adequadas ao contexto económico e à situação de cada empresa, em particular.

Carteira de Crédito	2020		2021		2022		Variação			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	21 Vs. 20		22 Vs. 21	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	63	295.024.113	54	227.172.230	49	281.034.048	-14,3%	-23,0%	-9,3%	23,7%
Crédito Irregular	42	152.558.391	53	138.019.645	18	14.963.340	26,2%	-9,5%	-66,0%	-89,2%
Descobertos	90	16.977.259	142	2.629.650	17	116.044.993	57,8%	-84,5%	-88,0%	4312,9%
<b>Total da Carteira de Créditos</b>	<b>195</b>	<b>464.559.763</b>	<b>249</b>	<b>367.821.525</b>	<b>84</b>	<b>412.042.381</b>	<b>27,7%</b>	<b>-20,82%</b>	<b>-66,3%</b>	<b>12,02%</b>

Montante em STN

Carteira de Crédito	Carteira de Crédito - Regular						Variação			
	2020		2021		2022		21 Vs. 20		22 Vs. 21	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
<b>Crédito Regular</b>										
Comercio	26	52.851.735	20	46.685.710	14	24.379.615	-23,1%	-11,7%	-30,0%	-47,8%
Construção	7	33.493.924	5	44.199.544	11	33.566.764	-28,6%	32,0%	120,0%	-24,1%
Serviços	16	44.756.272	18	34.684.464	7	8.022.744	12,5%	-22,5%	-61,1%	-76,9%
Agricultura	3	2.055.503	3	1.546.313	-	-	0,0%	-24,8%	-100,0%	-100,0%
Outros (Empresas; instituições Públicas e Outras empresas privadas)	11	161.866.680	8	100.056.199	17	215.064.925	-27,3%	-38,2%	112,5%	114,9%
<b>Total Crédito Regular</b>	<b>63</b>	<b>295.024.113</b>	<b>54</b>	<b>227.172.230</b>	<b>49</b>	<b>281.034.048</b>	<b>-14,3%</b>	<b>-23,0%</b>	<b>-9,3%</b>	<b>23,7%</b>

Montante em STN

Denota-se uma contração de crédito em todos os setores com exceção do crédito às “Instituições Públicas e Outras Empresas Privadas”, evidenciando uma conjuntura económica adversa e transversal a quase todos os setores de atividade. Os créditos concedidos às Instituições Públicas em 2022, registaram um crescimento na ordem de 114,9%, e foram responsáveis pelo aumento da carteira de crédito neste segmento na ordem de 23,7%.

Carteira de Crédito Crédito Irregular	Carteira de Crédito - Irregular						Variação			
	2020		2021		2022		21 Vs. 20		22 Vs. 21	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
<b>Com atrasos &gt; 90 dias</b>										
Comercio	5	4.303.038	17	17.731.648	8	7.827.526	240,0%	312,1%	-52,9%	-55,9%
Construção	3	2.907.185	5	4.198.803	4	4.347.843	66,7%	44,4%	-20,0%	3,5%
Serviços	4	3.309.240	4	1.885.134	-	-	0,0%	-43,0%	-100,0%	-100,0%
Agricultura	1	684.746	3	1.397.895	3	2.079.619	200,0%	104,1%	0,0%	48,8%
Outros	3	976.015	1	393.310	3	708.352	-66,7%	-59,7%	200,0%	80,1%
<b>Total de créditos com atrasos &gt; 90 dias</b>	<b>16</b>	<b>12.180.224</b>	<b>30</b>	<b>25.606.790</b>	<b>18</b>	<b>14.963.340</b>	<b>87,5%</b>	<b>110,2%</b>	<b>-40,0%</b>	<b>-41,6%</b>
<b>Contencioso</b>										
Comercio	17	103.633.461	14	75.493.232	-	-	-17,6%	-27,2%	-100,0%	-100,0%
Construção	2	23.120.326	2	23.120.326	-	-	0,0%	0,0%	-100,0%	-100,0%
Serviços	5	9.093.531	5	9.268.448	-	-	0,0%	1,9%	-100,0%	-100,0%
Agricultura	1	184.688	1	184.688	-	-	0,0%	0,0%	-100,0%	-100,0%
Outros	1	4.346.160	1	4.346.160	-	-	0,0%	0,0%	-100,0%	-100,0%
<b>Total de créditos em contencioso</b>	<b>26</b>	<b>140.378.167</b>	<b>23</b>	<b>112.412.855</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-11,5%</b>	<b>-19,9%</b>	<b>-100,0%</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Total Crédito Irregular (2)</b>	<b>42</b>	<b>152.558.391</b>	<b>53</b>	<b>138.019.645</b>	<b>18</b>	<b>14.963.340</b>	<b>26,2%</b>	<b>-9,5%</b>	<b>-66,0%</b>	<b>-89,2%</b>

Montante em STN

Em termos gerais o crédito irregular conheceu uma contração na ordem de -89,2% decorrente do Write-off contabilístico que ocorreu em 2022.

Apesar da redução do nível de risco ao nível da carteira de crédito neste segmento pela via do write-off, importa salientar que os esforços investidos num melhor acompanhamento e recuperação do crédito, as condições do mercado (fraca atividade económica) e fraco desempenho judicial (excesso de morosidade/inoperacionalidade no tratamento judicial do contencioso) continuam a condicionar melhores resultados em termos de recuperação do crédito em situação irregular.

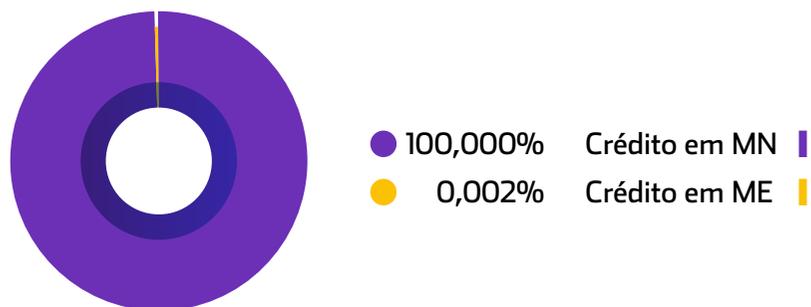
Em termos de provisão, destaca-se a manutenção de uma política prudencial e rigorosa com a provisão para cobrança duvidosa a cobrir cerca de 80,5% do crédito irregular (crédito em atraso superior a 90 dias), traduzindo-se numa redução do rácio de cobertura em 18 pontos percentuais, quando comparado com 2021, quando a carteira de crédito irregular reduziu em 89%.

No tocante à composição do crédito por moeda, nota-se que em 2022, o crédito em moeda nacional teve um peso de aproximadamente de 100,0% contra 94,38% em 2021. Este peso do crédito na moeda nacional resulta da política do BISTP em fortalecer a confiança dos agentes económicos na moeda nacional, relacionar a

moeda em que os financiamentos são concedidos com a moeda dos rendimentos dos clientes, mas, também, para reduzir a exposição do Banco às flutuações das taxas indexantes (Euribor e Libor).

TPA/POS), lançamento de uma APP do serviço de internet banking, produção de campanhas publicitárias sobre as vantagens que proporcionam estes serviços, em particular no que diz respeito à comodidade e rapidez num período em que a mobilidade das pessoas estava restringida por questões de segurança.

### Peso dos créditos por natureza da moeda



### 6.3 BANCA ELETRÓNICA (CARTÃO DE DÉBITO E E-BANKING)

Ao longo do ano de 2022, o BISTP intensificou as suas ações visando a disseminação dos meios eletrónicos e digitais como uma alternativa cómoda, segura e fácil para aceder aos serviços financeiros. Os condicionalismos impostos pela pandemia da Covid-19, e mais recentemente com o Decreto Governamental nº16/2021 orientando para a obrigatoriedade de instalação de POS/TPA por parte das instituições públicas e privadas, foram relevantes para acelerar uma maior adoção por parte dos clientes dos meios eletrónicos e digitais como vias alternativas cada vez mais válidas para aceder aos serviços financeiros.

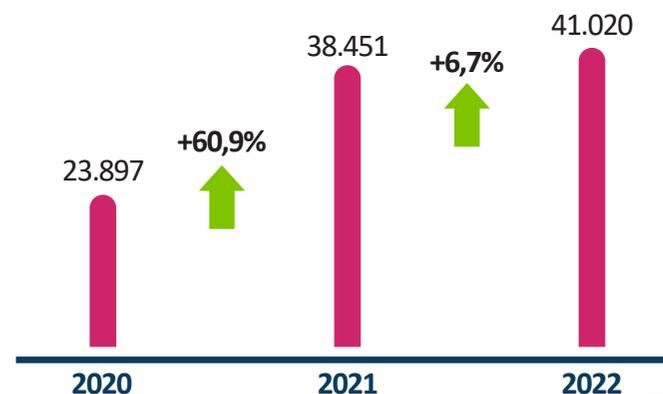
De forma a responder ao crescente interesse no serviço de banca eletrónica, o BISTP intensificou os seus investimentos na compra de equipamentos (ATM e

### CARTÃO DE DÉBITO – “DOBRA 24”

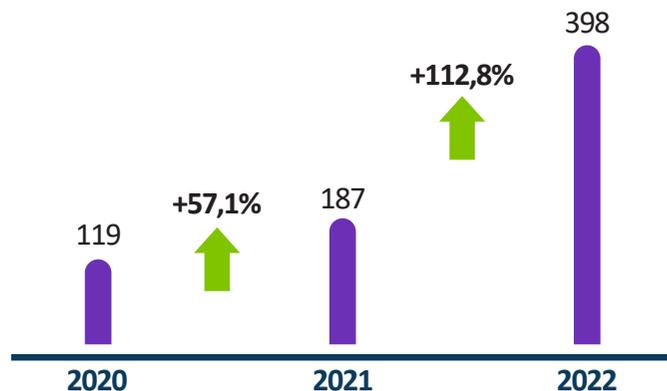
A adesão ao cartão de débito, TPA/POS e internet banking tem sido estimulada no ato de abertura de conta e também através de venda cruzada, em particular com as operações de crédito.

A dinamização comercial e marketing associada à atual disposição legal que obriga a instalação de POS/TPA, visando maior disseminação dos serviços eletrónicos, têm concorrido para o aumento gradual do número de clientes utilizadores da banca eletrónica. Em 2022, o número de equipamentos POS instalados cresceu na ordem de 112,8% face a 2021.

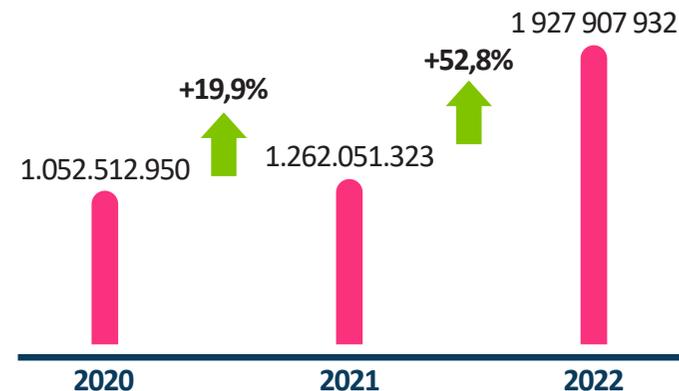
### Cartões de Débito (número)



### TPA/POS (número)



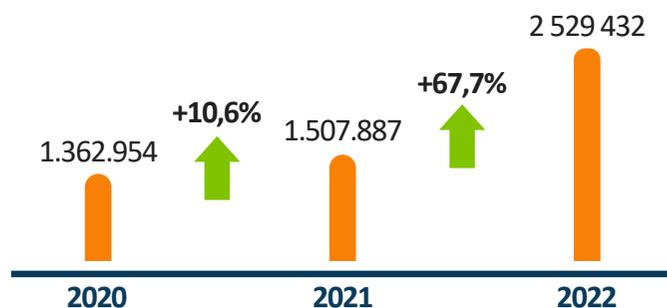
### Volume de Transações (ATM e POS)



O número de transações feitas nestes canais tem vindo a aumentar de forma significativa ao longo desses últimos anos . O número total de transações efetuadas nas ATM e TPA/POS foram de 2.529.432, representando um crescimento de 67,7% e o volume transacionado foi de mSTN 1.927.907.932, isto é, mais 52,8% que no ano de 2021.

Para além deste serviço oferecer maior comodidade ao cliente, tem o grande potencial de ir permitindo ao Banco reduzir o atual nível elevado de afluência dos clientes aos balcões para realizarem operações de levantamento, transferências, consultas de saldos e de movimentos na conta.

### Número de Transações (ATM e POS)



### E-BANKING (KWA-NON)

Estimulando a adesão deste serviço no ato de abertura de conta e, também, através de vendas cruzadas, verifica-se que o número de usuários do serviço internet banking (kwa-Non) tem, de igual modo, vindo a crescer, assim como o número e o volume de transações realizadas neste canal.

O lançamento do aplicativo móvel deste serviço está a concorrer para a maior utilização deste canal nos próximos tempos em aceder aos serviços bancários.

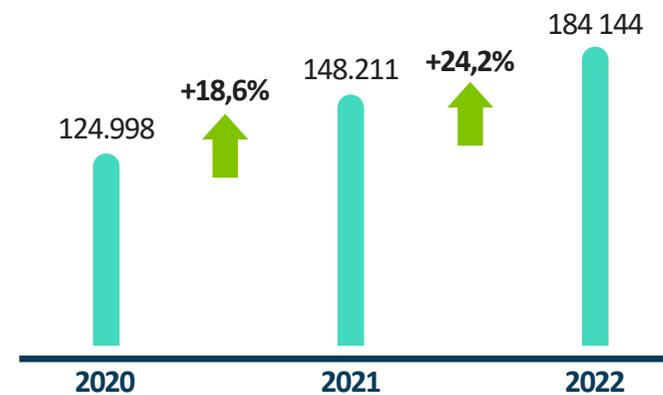
Em termos de utilizadores regista-se um crescimento na ordem de 25,0,4% em

2022, quando comparado com 2021 e o volume de transações efetuadas a partir deste canal cresceu na ordem de 32,1% face a 2021.

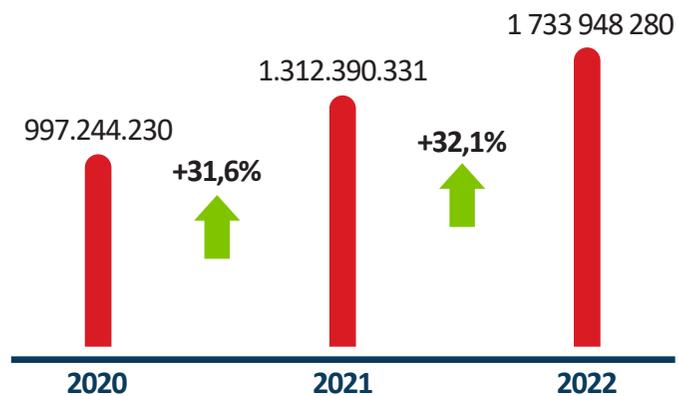
## Contratos e-Banking



## Número de Transações



## Volume de Transações (em STN)





**Doce de Gengibre**  
Feito com Gengibre

# 7. GESTÃO DE RISCO

## GABINETE DE RISCOS, ORGANIZAÇÃO E NORMAS (GRN)

Ao longo do ano 2022, não obstante a pandemia COVID-19, o Banco continuou o processo de disseminação e aperfeiçoamento do Sistema de Controlo Interno, visando responder às exigências do sistema financeiro nacional, bem como internacional.

## APETÊNCIA PELO RISCO

O BISTP tem por princípio desenvolver as suas atividades de negócios com prudência e de forma controlada e sustentável, e, procura sempre adequar e compatibilizar os objetivos fixados para o negócio e os níveis de tolerância ao risco definidos em função da sustentabilidade e rentabilidade de médio-longo prazos, adotando estratégias que visam compatibilizar os objetivos do plano estratégico do Banco com a introdução de medidas conducentes à sua materialização. O período de incerteza que o mundo continua a atravessar, muito por conta da pandemia da COVID-19 que teima em permanecer com impactos incalculáveis na vida de pessoas e das empresas, bem como os efeitos colaterais da guerra entre a Rússia e Ucrânia, que têm levado o Banco a afinar

cada vez mais o seu nível de exigências.

O Banco tem vindo a definir e a implementar controlos e limites para os riscos que considera serem materialmente relevantes para os quais a sua atividade se encontra exposta. Este processo é suportado a partir da “Declaração de Apetência pelo Risco” – o RAS (Risk Appetite Statement) cujos princípios gerais assentam em declarações qualitativas que definem a estratégia de risco do Banco. Estes princípios estão alinhados com a estratégia de negócio e do entendimento dos trade-offs de risco-benefício resultantes e, fazem parte da cultura e estratégia do Banco, suportando todas as suas atividades.

A Apetência pelo Risco está especificada por declarações qualitativas e por métricas quantitativas, quer no global quer em cada categoria de risco.

Para cada métrica, são definidos até quatro valores: Objetivo – define o nível ótimo de risco que cada unidade de negócio pode incorrer por forma a cumprir com os objetivos estratégicos estabelecidos; Tolerância - determina um nível de risco preocupante que deve resultar na consideração de medidas corretivas; Limite - representa um nível de risco que constitui ameaça séria ao negócio e que, portanto, requer ação imediata; Trigger do Plano de Recuperação: define

um nível associado à avaliação da necessidade de lançamento, por parte da gestão do Banco, de medidas de recuperação.

Todos os limites de risco são aprovados pelos órgãos de Governance competentes definidos nos normativos internos, sendo necessariamente revistos sempre que se justificar.

## ESTRATÉGIA DE RISCO

A delimitação do apetite de risco, traduzida no RAS, enquanto o conjunto primordial de indicadores que traduzem e materializam o apetite pelo risco, constitui um dos vetores orientadores da “Estratégia de Risco” do BISTP, sendo esta aprovada pelo Conselho de Administração do Banco, sob proposta do Gabinete Risco, Organização e Normas, depois de previamente apreciada pela Comissão Executiva (CE) e pela Comissão de Riscos (CR). Com efeito, a partir do RAS, são estabelecidas as principais linhas de ação a desenvolver pelo Banco por forma a endereçar a mitigação ou o controlo de todos os riscos materiais identificados. O conjunto destas linhas de ação constitui, formalmente, a Estratégia de Risco do Banco.

Logo, o RAS e o Modelo de Governação da Apetência pelo Risco (Risk appetite Framework) continuam sendo elementos indissociáveis e fulcrais da gestão de risco do BISTP, ambos visando o controlo e mitigação dos riscos classificados no âmbito do processo de identificação de riscos.

## CONTROLO INTERNO

A função de Gestão de Risco continua sendo parte integrante do Sistema de

Controlo Interno (SCI) do Banco, a par das funções de Compliance e de Auditoria Interna, concorrendo desta forma para um ambiente de controlo interno sólido e delimitação de riscos que envolvem o negócio bancário .

No âmbito do SCI, as funções de Gestão de Risco e de Compliance formam o sistema de gestão de risco (SGR) do Banco, que se materializa num conjunto integrado de recursos, normas e processos que contribuem para assegurar um enquadramento apropriado às diferentes naturezas e materialidade dos riscos subjacentes às atividades desenvolvidas, visando alcançar os objetivos de negócio do Banco de forma sustentável e prudente.

Neste âmbito, o SCI e o SGR proporcionam ao BISTP a capacidade para identificar, avaliar, acompanhar e controlar os riscos – internos e/ou externos – a que o Banco se encontra exposto, visando garantir que os mesmos se mantêm em níveis aceitáveis, bem como dentro dos limites definidos pelo Conselho de Administração.

Assim, o SGR corporiza a chamada “2ª Linha de defesa” em relação aos riscos a que as atividades do Banco se encontram expostas. Importa ainda referir que, a 1ª Linha de defesa é assegurada, no dia-a-dia, por todas as unidades organizacionais do Banco – suportado por um processo de formação e consciencialização quanto aos riscos, bem como na delimitação das atividades através de um sistema de normas internas (SNI) completo e detalhado – e por último, mas não menos importante, a 3ª Linha de defesa desenvolvida pela função de Auditoria Interna, de forma transversal e independente.

## COMISSÃO DE RISCOS

A Comissão de Riscos, nomeada pelo CA, é composta por dois Administradores não Executivos e um representante indigitado pelo Acionista BAI, tendo ao seu cargo um conjunto de competências, das quais se realça:

- Aconselhar o Conselho de Administração sobre a apetência para o risco do BISTP e a estratégia de risco, gerais, atuais e futuras, da instituição, tendo em conta todos os tipos de riscos, financeiros e não financeiros, a fim de assegurar que estão harmonizados com a estratégia empresarial, os objetivos, a cultura e os valores empresariais da instituição;
- Supervisionar a coerência entre todos os produtos e serviços importantes oferecidos aos clientes, bem como o modelo de negócio e estratégia de risco da Instituição, apresentando ao Conselho de Administração planos de correção, quando daquela análise resulte que as referidas condições não refletem adequadamente os riscos;
- Acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos conexos com a atividade do BISTP, financeiros e não financeiros, designadamente os riscos de negócio e estratégia, de solvência, de liquidez, de taxa de juro, de crédito, de mercado, operacional, de IT, de Compliance e de reputação, cambial e político;
- Avaliar e promover a eficácia e eficiência dos processos de controlo interno do BISTP, nomeadamente através da avaliação das recomendações dos auditores internos ou externos, e monitorizar a implementação das medidas adotadas;
- Monitorizar a estratégia de risco e a apetência pelo risco do BISTP.

## COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO INTERNO

A Comissão de Auditoria e Controlo Interno (CACI), eleita pelo Conselho de Administração, é composta por dois Administradores não Executivos e um representante indigitado pelo Acionista BAI, tendo ao seu cargo um conjunto de competências, das quais se realça:

- Promover e acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, dos Estatutos do BISTP, das normas e recomendações emitidas pelas entidades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente;
- Avaliar e promover a eficácia e eficiência da Função de Auditoria Interna, assegurando o reporte funcional direto desta função;
- Promover a prossecução dos objetivos fundamentais fixados, em matéria de controlo interno e gestão de riscos pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), bem como nas diretivas de supervisão dirigidas às instituições de crédito e sociedades financeiras;
- Acompanhar a atividade da Comissão Executiva;
- Proceder à apreciação crítica do Sistema de Controlo Interno do Banco, acompanhando as avaliações autónomas complementares que são atribuídas à Função de Auditoria Interna, conforme emanações das autoridades de supervisão e zelando para que a sua eficácia e completude contribuam para a própria eficácia e eficiência do Sistema de Controlo Interno.

A natureza e a forma de composição das duas comissões especializadas do CA (não integrem Administradores Executivos), visa garantir-lhes a necessária independência de monitorização, bem como a salvaguarda de conflitos de

interesse (quem gere o negócio não deve gerir o controlo).

## RISK OFFICE

O Risk Office é a unidade de estrutura responsável pela função de controlo de risco a nível transversal do BISTP. A função é desenvolvida por um Órgão de Estrutura, nomeadamente, o Gabinete de Risco, Organização e Normas – GRN, exceto o risco de Compliance que é tratado na unidade de estrutura própria p (Gabinete de Compliance). Compete ao GRN informar a Comissão de Riscos do nível de risco, propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar os mecanismos que assegurem o cumprimento dos limites aprovados. As funções do GRN, resumidamente descritas e enumerados, são as seguintes:

- Assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências ou melhorar o sistema;
- Aconselhamento e apresentação à Comissão Executiva e à Comissão de Riscos da situação resultante do acompanhamento periódico feito aos riscos em processo de monitorização, bem como indicar se foram tomadas as medidas adequadas para corrigir eventuais deficiências;
- Divulgação de orientações e metodologias de gestão dos riscos aos Órgãos de Estrutura;
- Definição de modelos de reporte para as funções congéneres;
- Monitorização dos riscos e a aplicação das metodologias partilhadas e divulgadas.

- Com a aglutinação da componente de normas, o gabinete passou, também, a desenvolver e atualizar o sistema de normas do Banco, com a introdução de novas normas, bem como atualização das que se mostrarem necessárias. A aglutinação resultou, essencialmente, da unificação da função que vinha sendo assegurada pela responsável da Gestão de Riscos.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E REALIZAÇÕES EM 2022

Em 2022, a função de gestão de riscos manteve o enfoque no processo de implementação das métricas programadas, bem como no aperfeiçoamento contínuo do sistema de controlo de riscos já implementado, nomeadamente na monitorização permanente dos níveis de risco a que o Banco está exposto em relação aos limites de tolerância do RAS assegurado, e, ao mesmo tempo, manter o Banco em total conformidade com os requisitos regulamentares e/ou de supervisão e conseqüentemente, mantendo atualizada a estrutura de regulamentação interna que se adequa ao controlo e gestão de riscos, esta última desenvolvida pelo Compliance.

As atividades mais relevantes desenvolvidas em 2022 foram, grosso modo, as seguintes:

- Participação na atualização contínua do Plano de Contingência do BISTP face à pandemia da COVID-19;
- Melhoria Contínua do modelo de governo, medição e controlo de risco ao nível do Banco;
- Melhoria na eficácia do sistema de Controlo Interno;
- Melhoria no sistema de controlo de risco de liquidez;

- Atualização de normas internas, resultante do processo de aglutinação departamental, tendo como princípio aglutinações passíveis de proporcionar maior eficiência operacional;
- Participação no processo de implementação da NAP sobre provisão, o que conduziu a redução significativa do rácio NPL. Não obstante tratar-se de melhoria ao nível de dados para reporte, pois, os créditos que foram alvo de write-off contabilístico, permitiram a redução do nível de NPL mas não conduziram a recuperação efetiva desse valor abatido do ativo que, aquando da 1ª execução fixou-se em torno de 139 milhões de dobras.

## RISCO DE CRÉDITO

Este risco consubstancia-se em perdas registadas na carteira de crédito, quer seja por incapacidade dos devedores principais da operação de crédito (Mutuários), ou pelos garantes da operação, dos emissores de títulos ou, ainda, das contrapartes de contratos, em cumprir com as suas obrigações creditícias. Por conseguinte, este tipo de risco acaba sendo o mais relevante, representando, no global, a maior fatia da exposição global ao risco do Banco.

### Risco de Crédito - Concentração

Unid: STN

Maiores Clientes em relação à carteira total com característica de Crédito - Últimos 4 Trimestres								
STN	4º Trim - 2022.		3º Trim - 2022.		2º Trim - 2022.		1º Trim - 2022.	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
20 maiores clientes*	50%	436.393.145,81	45%	368.886.107,45	33%	237.624.049,32	37%	317.150.382,66
50 maiores clientes*	57%	494.472.010,36	52%	427.715.842,42	42%	300.802.175,90	48%	413.923.719,37
100 maiores clientes*	62%	539.801.346,47	57%	467.787.050,14	48%	344.476.558,62	56%	481.397.748,82
<b>Total da Carteira*</b>	-	<b>873.454.511,92</b>	-	<b>824.855.674,31</b>	-	<b>715.853.353,76</b>	-	<b>863.204.203,94</b>

\*Para clientes com relação de domínio, foram criados grupos económicos.

No capítulo sobre concentração do risco de crédito, o BISTP, ao longo do ano 2022 apresentou níveis de concentração conforme espelhado no quadro acima para cada um dos segmentos, sendo que os 20 maiores clientes (definido por grupo económico) representavam 50% da carteira de crédito do Banco no 4º trimestre. No entanto, esse peso é justificado pela dimensão e especificidade do nosso mercado, que grosso modo não permite maior diversificação.

## Risco de Crédito - Provisão

Unid: STN

Nível de Provisão da Carteira de Crédito - Últimos 4 Trimestres														
Classe de Risco Final - Provisão no Banka + Provisão Económica			4º Trim - 2022.			3º Trim - 2022.			2º Trim - 2022.			1º Trim - 2022.		
			Créditos Gerais Total STN	Provisão		Créditos Gerais Total STN	Provisão		Créditos Gerais Total STN	Provisão		Créditos Gerais Total STN	Provisão	
Tipo/Categoria	Nível	Percentual		Absoluto	% (média)		Absoluto	% (média)		Absoluto	% (média)		Absoluto	% (média)
<b>Crédito por Desembolso (A)</b>			<b>873.454.511,92</b>	<b>68.396.026,09</b>	<b>8%</b>	<b>824.855.674,31</b>	<b>78.378.045,94</b>	<b>10%</b>	<b>715.853.353,76</b>	<b>89.746.213,52</b>	<b>13%</b>	<b>863.204.203,94</b>	<b>228.288.221,51</b>	<b>26%</b>
Normal	I	≥ 2% até 9,99%	774.221.165,66	9.419.349,81	1%	710.729.397,56	9.440.505,04	1%	581.846.504,33	9.795.463,38	2%	596.818.167,45	9.867.490,08	2%
Sob Supervisão	II	≥ 10% até 24,99%	14.097.369,45	1.409.736,95	10%	15.212.444,76	1.521.244,48	10%	29.380.280,09	2.938.028,01	10%	21.061.365,15	2.106.136,52	10%
Abaixo do Normal	III	≥ 25% até 49,99%	15.033.915,89	3.765.930,14	25%	18.575.796,35	4.652.458,05	25%	16.926.029,50	4.240.715,49	25%	14.962.351,87	3.759.698,69	25%
Duvidoso	IV	≥ 50% até 99,9%	68.199.479,34	51.898.427,60	76%	71.608.567,35	54.034.370,08	75%	36.989.649,27	22.061.116,06	60%	45.287.718,94	27.480.295,69	61%
Perda	V	100%	1.902.581,59	1.902.581,59	100%	8.729.468,30	8.729.468,30	100%	50.710.890,58	50.710.890,58	100%	185.074.600,54	185.074.600,54	100%
<b>Crédito por Assinatura (B)</b>			<b>61.509.285,78</b>	<b>927.253,48</b>	<b>2%</b>	<b>25.638.250,09</b>	<b>4.984.567,01</b>	<b>19%</b>	<b>25.638.250,09</b>	<b>466.245,72</b>	<b>2%</b>	<b>24.816.789,27</b>	<b>496.335,79</b>	<b>2%</b>
Garantia Prestadas			40.968.407,18	532.184,07	1%	40.985.884,99	532.358,85	1%	15.461.571,91	309.231,44	2%	13.050.932,12	261.018,64	2%
Créd. Documentário de Import.			20.540.878,59	395.069,41	2%	224.884.026,98	4.452.208,16	2%	10.176.678,18	157.014,28	2%	11.765.857,14	235.317,14	2%

**Nota:** A média de provisão na classe I é inferior a 2% porque os créditos do Estado em situação Normal não devem ser provisionados (NAP 13/2021).  
E a média de provisão de garantias prestadas está com forme a ponderação de apuramento.

No capítulo das provisões, o BISTP tem mecanismos internos de monitorização dos níveis de provisão. O processo é feito mensalmente, sendo analisada a situação de cada cliente em função do comportamento registado, quer no relacionamento com o Banco quer na atuação do setor e/ou segmento em que se insere. Cerca de 89% da carteira de crédito está no nível mais baixo de risco (nível I), do lado oposto temos 0,22% da carteira no nível V, sendo este nível composto essencialmente por operações já em processo de execução contenciosa (Tribunal) que ainda aguardam o desfecho judicial, ou, operações que por força do descarrilamento do mutuário, registaram degradação e aguardam pelo write-off contabilístico, caso se mantenham na classe V por um período superior a 12 meses.

## Risco de Crédito – Exposição por agente económico

Unid: STN

Exposição por Agente Económico - Últimos 4 Trimestres																
Agentes Económicos	4º Trim - 2022.				3º Trim - 2022.				2º Trim - 2022.				1º Trim - 2022.			
	Valor Crédito Aplicação em STN (a)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída	Valor Crédito Aplicação em STN (b)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída	Valor Crédito Aplicação em STN (c)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída	Valor Crédito Aplicação em STN (d)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída
(A) ESTADO (Créditos Empresa + Organ. Públicos)	303.254.117	59%	-	N.A.	238.704.311	50%	-	N.A.	238.704.311	51%	33%	N.A.	103.455.653	22%	12%	N.A.
(B) FAMÍLIAS	461.412.131	89%	53%	53.991.992	476.791.258	99%	58%	56.398.784	492.383.859	106%	69%	60.367.238	520.452.346	108%	60%	88.779.891
(C) EMPRESAS PRIVADAS	108.788.264	21%	12%	14.404.026	109.360.105	23%	13%	21.979.258	131.396.160	28%	18%	29.378.976	239.296.205	50%	28%	139.502.412
(D)** BILHETES DE TESOIRO + CERTIFICADO DE DEPÓSITOS	401.652.321	78%	N.A.	N.A.	521.496.264	109%	N.A.	N.A.	521.496.264	112%	N.A.	N.A.	375.842.530	78%	N.A.	N.A.
<b>Total de Exposição Direta (expresso em STN) = A+B+C+D</b>	<b>1.275.106.833</b>	<b>246%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.346.351.938</b>	<b>281%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.383.980.594</b>	<b>297%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.239.046.734</b>	<b>258%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total da Exposição Direta (Expresso em EUR)</b>	<b>52.045.177</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>54.953.140</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>56.489.004</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.573.336</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

BT = Bilhete Tesouro / CD = Certificado Depósito

\*\* A exposição reportada de BT e CD, não contempla os juros a serem pagos na maturidade.

Nota: Certificado de depósitos contam para RMC, por essa razão constam do mapa como mera informação e não propriamente uma exposição.

No capítulo da afetação dos seus recursos disponíveis, a função de risco faz periodicamente a monitorização das nossas exposições para aferir se estão dentro dos limites internamente definidos e, tem a incumbência de gerar alertas em caso de eventual ultrapassagem dos referidos limites. Os Certificados de Depósitos apesar de não consubstanciarem exposição, pela sua natureza, são considerados para o processo de monitorização

## Composição da carteira por segmento de crédito (crédito por assinatura)

Unid: STN

Crédito por Assinatura - Distribuição por Tipo de Crédito - Últimos 4 Trimestres								
STN	4º Trim - 2022.		3º Trim - 2022.		2º Trim - 2022.		1º Trim - 2022.	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
Garantia Prestada	67%	40.968.407,18	15%	40.985.884,99	60%	15.461.571,91	53%	13.050.932,12
Crédito Documentário de Importação	33%	20.540.878,59	85%	224.884.026,98	40%	10.176.678,18	47%	11.765.857,14
<b>Total da Carteira</b>	<b>100%</b>	<b>61.509.285,78</b>	<b>100%</b>	<b>265.869.911,97</b>	<b>100%</b>	<b>25.638.250,09</b>	<b>100%</b>	<b>24.816.789,27</b>

Neste capítulo é notável a volatilidade da sua composição, quer referente ao tipo, bem como aos montantes. Todavia, encontram-se devidamente provisionadas, como se pode verificar no capítulo das provisões.

A volatilidade, é justificada, essencialmente, pelo facto de poucas empresas fazerem uso de CDI, e, os montantes contratados não serem constantes. Importa referir, também, que o maior crescimento do crédito documentário no 3º trimestre de 2022, decorre de uma operação pontual de CDI realizada para importação de combustível. Quanto as garantias, são essencialmente prestadas ao Estado, no âmbito das obras do Estado (infraestruturas, etc.).

### A PANDEMIA DA COVID-19

O ano de 2022 foi impactado pelos efeitos negativos resultantes da pandemia da COVID-19, embora já se ter registado indícios de alguma recuperação, sobretudo por parte das empresas ligadas ao setor do turismo.

A operacionalidade do Banco, bem como a proteção dos Colaboradores e Clientes, durante o período mais crítico, foi assegurada (continua sendo) através da ativação do Plano de Contingência para Continuidade do Negócio (PCN) do Banco, que implicou a adoção de um conjunto de medidas para fazer face aos constrangimentos provocados pela pandemia.

### GUERRA RÚSSIA / UCRÂNIA

Por ser um país predominantemente importador, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia tem impactado negativamente nos preços das mercadorias em STP, principalmente no preço dos combustíveis. O Banco, como parte do tecido empresarial nacional, tem adotado medidas visando conter e/ou mitigar os efeitos decorrentes dessa situação, tendo iniciado muito recentemente um processo piloto e de testes ao sistema fotovoltaico que poderá conduzir à melhor otimização dos recursos naturais (no caso o Sol).

### GESTÃO DE CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

A gestão da continuidade do negócio do BISTP está versada no Plano de Continuidade do Negócio que se encontra segmentado em dois grandes grupos - Plano de Continuidade Operacional e Plano de Recuperação Tecnológica. O processo de disseminação e aperfeiçoamento de cada um dos segmentos continua sendo uma tarefa atual, principalmente no capítulo das novas tecnologias, que devem permitir uma defesa robusta às situações de crise.

Para o ano de 2023, o GRN prevê a prossecução e melhoria dos processos e a continuação da disseminação da cultura de risco no BISTP.



**Banana Seca**  
Feito com Banana Prata

# 8. RECURSOS HUMANOS

Em 2022 o foco foi dado à formação do pessoal ao nível de compliance visando o fortalecimento da capacidade de toda a equipa do Banco nesta matéria cada vez mais relevante na atividade bancária. Tomaram parte nestas sessões de formação todos os colaboradores, com particular destaque para a equipa da área comercial.

## DISTRIBUIÇÃO POR VÍNCULO JURÍDICO

Em 2022 o quadro de pessoal do BISTP estava composto por 144 colaboradores, dos quais 2 em comissão de serviço público, 2 com contrato temporário e 140 com vínculo efetivo.

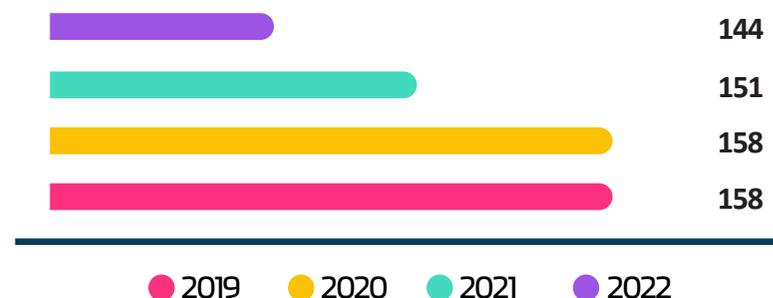
### VINCULO JURÍDICO DO EFECTIVO 2022



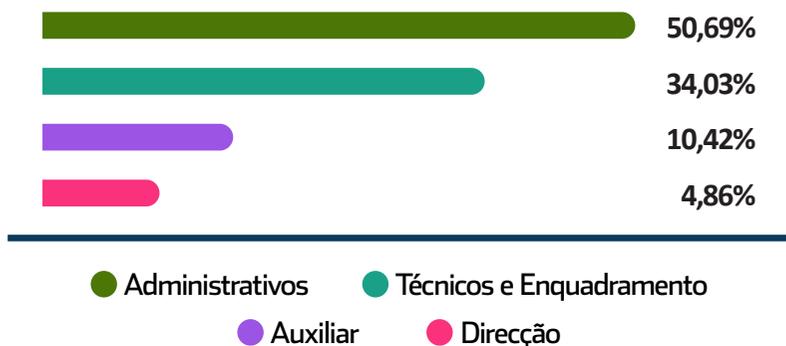
## DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL

De acordo com o novo Plano de Carreiras, os Administrativos continuam a ser o grupo profissional mais representativo, com maior número de empregados (73), representando 50,69% do total do efetivo. Os colaboradores do quadro técnico e com funções de enquadramento, representavam cerca de 34,03% do efetivo. O grupo profissional com funções de direcção (7 elementos) representa cerca de 4,86% do total do efetivo.

### EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS NOS ÚLTIMOS 4 ANOS



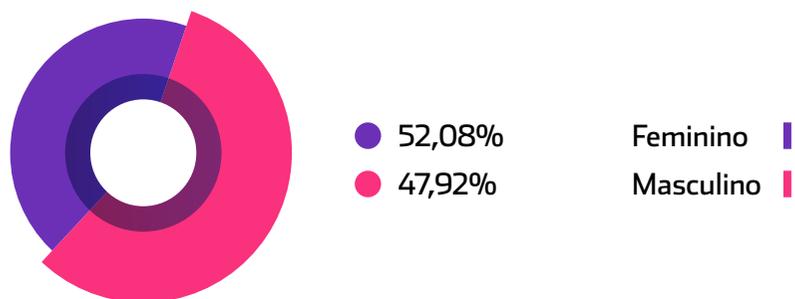
EFFECTIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL



DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO GÉNERO

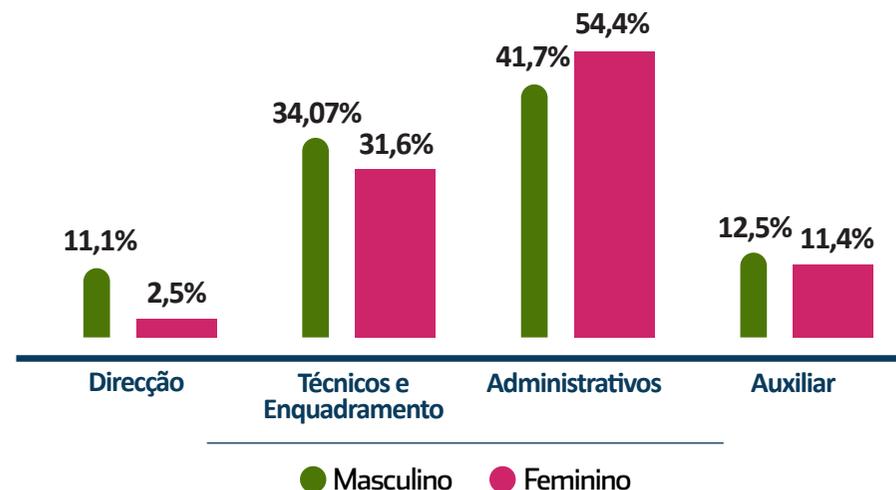
Na distribuição por género, mantém-se a tendência percentual do ano anterior, sendo que, o número dos empregados de sexo feminino é de 52,08%, superior ao masculino (47,92).

COLABORADORES SEGUNDO GÉNERO



Como se pode verificar no gráfico seguinte, existe uma notória diferença de género, no grupo dos administrativos.

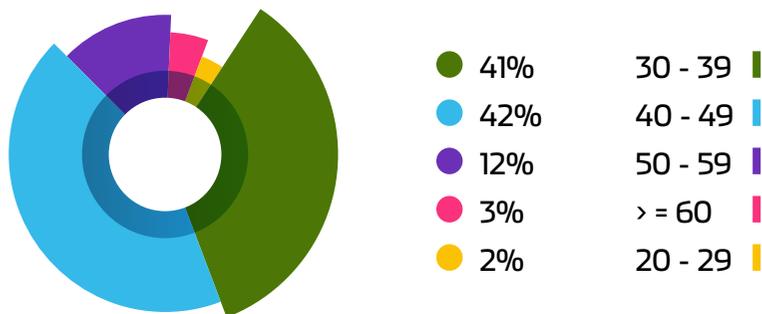
GRUPO PROFISSIONAL POR GÉNERO



DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

O escalão etário com maior número de empregados é o de 40 a 49 anos, que em 2022 representou 42% do total do efectivo do BISTP. O escalão de 30 a 39 anos representou 41% do efectivo total.

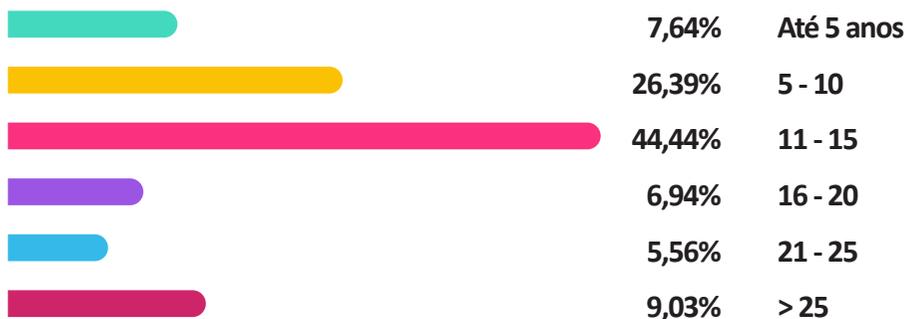
### EFFECTIVOS POR ESCALAÇÃO ETÁRIO



### DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

No BISTP, em termos de antiguidade, cerca de 44,44% do total dos colaboradores têm entre “16 a 20 anos” de serviço.

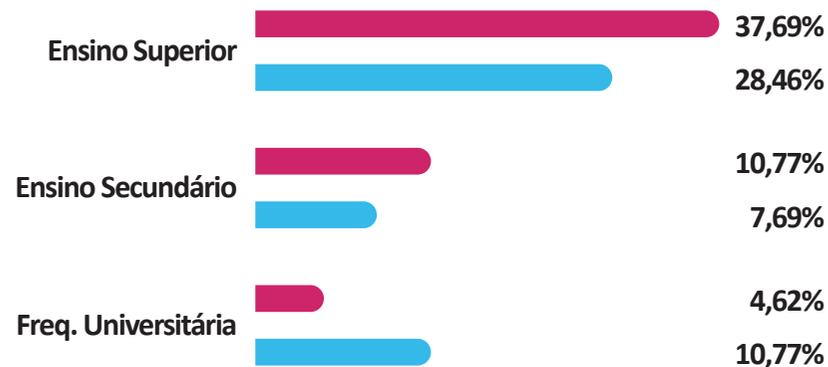
### ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE



### DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

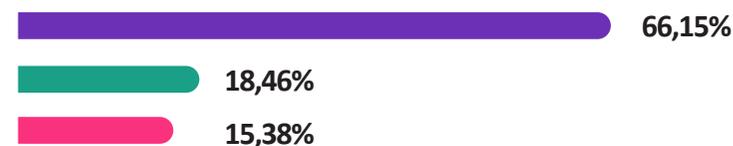
A forte aposta do BISTP na contratação de jovens licenciados nos últimos anos, permitiu o aumento do índice de habilitações dos empregados. Assim, em 2022 o número de colaboradores com habilitações ao nível do Ensino Superior atingiu 66,15% do efectivo total do Banco (profissionais com funções bancárias).

### DISTRIBUIÇÃO POR HABITAÇÃO LITERÁRIA POR GÉNERO



● Feminino ● Masculino

### DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÃO LITERÁRIA



● Ensino Superior ● Ensino Secundário  
● Freq. Universitária



**Marmelada de mamão**  
Feito com Mamão

## 9. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade Social (RS) é um conceito que engloba as ações voluntárias de empresas em benefício do seu público, tanto interno quanto externo. As organizações socialmente responsáveis são aquelas em cuja postura, comportamentos e conduta atuais se estruturam para colocar em prática **atitudes que promovam o bem-estar** dos envolvidos

Como sempre, o BISTP tem norteado o seu modelo de gestão ao longo dos anos não apenas por interesses financeiros – visando o lucro, mas também, no apoio a iniciativas de inclusão e responsabilidade social, revelado-se como fator decisivo para o desenvolvimento e crescimento da sociedade São-Tomense nas suas várias vertentes (económico-financeira e social).

O ano de 2022 foi marcado pelo início da Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, com consequências e repercussões sociais a nível mundial, pelo que, São Tomé e Príncipe e o BISTP não foram exceções, tendo em conta a diminuição do volume de negócios. Neste campo da Responsabilidade Social (RS), o BISTP deu continuidade ao seu contributo anual a Associação dos Cegos e Ambíopes de São Tomé e Príncipe (ACASTEP) e a Associação dos Deficientes de S.T.P (ADSTP) que têm desenvolvido um trabalho excecional nestas áreas, continuou Zapoando mensalmente o lar de crianças da Fundação Novo Futuro

anualmente na compra de materiais escolares , assim como, a Fundação da Criança e Juventude, através da concessão de um apoio mensal, para o desenvolvimento de ações que têm como objetivo a proteção e o acompanhamento de menores e jovens carenciados, nas áreas sociais e cívicas, culturais, pedagógicas, lúdicas e materiais.

### EDUCAÇÃO

A educação é o processo de facilitação da aprendizagem ou a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores, crenças e hábitos. Os métodos educacionais incluem o ensino, treinamento, narração de histórias, discussão e pesquisa direcionada. O direito à educação foi reconhecido por alguns governos e pelas Nações Unidas como um direito fundamental.

Como tem sido referido, um dos principais pilares de uma sociedade e um dos meios para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, o BISTP em 2022, manteve os contratos com as Universidades de STP – USTP, em que atribui prémios aos melhores alunos finalistas de cada uma das 3 Unidades Orgânicas, a atribuição de bolsa de estudo ao aluno mais carenciado, de cada uma das 3 Unidades Orgânicas com média superior ou igual a 14 valores e a contribuição

para o Investimento em Laboratórios. O Banco renovou o acordo com a Universidades de Évora STP, com vantagens para os melhores alunos.

### DESPORTO

Toda a forma de prática da atividade física de forma metódica, com objetivos competitivos, quer por meio de participação casual ou organizada, procure usar, manter ou melhorar as habilidades físicas, proporcionando diversão aos participantes e, em alguns casos, entretenimento para os espectadores. Os objetivos do desporto podem ser, além da competição, também recreativos, ou de melhoria da condição física e de saúde, ou ainda da melhoria da aptidão mental.

Nesta área, em 2022, denotou-se uma retoma das atividades, apesar de ainda muito tímida. O BISTP, em julho, patrocinou a **FEDERAÇÃO DE XADREZ DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – FEXA-STP**, para sua participação na 44ª edição das Olimpíadas de Xadrez com duas seleções nacionais olímpicas, feminina e masculina.

### CULTURA

É um conceito de várias aceções, sendo a mais corrente, especialmente na antropologia, a definição genérica formulada por Edward B. Tylor segundo a qual cultura é "todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".

Em 2022, o BISTP concedeu patrocínio ao **MINISTÉRIO DO TURISMO E CULTURA** para o **“PROJETO RECITE”** (rede de Centro de Intercâmbio Teatral nos Países Africanos de Língua Portuguesa), no âmbito do PROCULTURA, financiado

pela União Europeia e gerido pelo C.C. Camões, I.P. cujo objetivo foi fomentar o intercâmbio teatral entre os PALOP; e apoiou o INSTITUTO DE DIREITO E CIDADANIA (IDEC) do Professor de Direito, Msc. Jonas Gentil e J. Jhúnior de Ceita, para atualização da publicação da **Constituição da República São-Tomense**, dado que a nossa constituição completou 20 anos.

De referir que o BISTP tem há mais de 14 anos um protocolo de parceria com o Centro Cultural Português para a promoção de atividades em conjunto, a partilha de acervo e apoio à concretização de eventos nas áreas da cultura, economia, sociedade civil, ciências, educação e saúde.

### Outros apoios importantes atribuídos em 2022:

- Destaque vai para o Financiamento para a **Câmara de Comércio CCIAS-STP**, para realização da **Cimeira de Negócios da CPLP** que teve lugar no Palácio dos Congressos;
- Apoio à **Ordem dos Advogados de STP** para a realização do XIV Congresso Ordinário, cujo tema foi: **“Os Desafios da Advocacia Face ao Código de Trabalho**;
- Apoio à **Ordem dos Médicos – ORMED-STP**, para participação no Congresso das Comunidades Médicas de Língua Portuguesa (CMLP) em Bissau – Guiné-Bissau;
- Patrocínio ao **COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL** para celebração do 47º Aniversário da sua institucionalização ;
- Apoio ao Empresário/Agricultor **Abel Bom Jesus**, para sua deslocação como vencedor do **prémio Figura Africana do Biénio 2020/2022**, no âmbito da Coligação da Juventude dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;
- Patrocínio a **ONG MOVE** para realização de duas Feiras do Empreendedor (em dezembro).



**Biscoito de Coco**  
Feito com Coco e Farinha trigo

# 10. ANÁLISE FINANCEIRA

## 10.1 COMPONENTES DO BALANÇO

Quando ainda se estava a tentar conviver com efeitos económicos e sociais negativos decorrentes da pandemia, a Rússia entra em guerra com a Ucrânia, os preços sobem de forma muito acelerada, criando uma conjuntura particularmente difícil em 2022. As dificuldades para realização de negócios acentuaram-se, as empresas continuam adiando suas intenções de investimento em face do aumento de incerteza à volta do ambiente macroeconómico e geopolítica.

Não obstante este contexto, e, na sequência de racionalizações/reestruturações encetadas em anos anteriores, o BISTP evidenciou uma vez mais a sua grande resiliência, e capacidade de manter os principais indicadores de negócio em terreno positivo e agregar valor ao capital dos Acionistas.

Assim, em 2022 o ativo total do BISTP fixou-se em mSTN 3.002.729 o que traduz-se num aumento na ordem de +8,83%, sustentado essencialmente pelo aumento de disponibilidades junto do Banco Central e aumento de aplicação em Bilhetes de Tesouro. O passivo também registou uma expansão (+8,0% face

a 2021), em resultado do crescimento dos depósitos de clientes.

O capital próprio registou um crescimento na ordem de 13,07%, decorrente do crescimento do resultado líquido do exercício em +51,44% e dos resultados transitados em +11,6%.

O volume de crédito bruto sobre clientes registou uma ligeira contração na ordem de -1,43%, o que, em termos absolutos, representa uma queda de mSTN 12.699, quando comparado com o ano de 2021, sendo explicado, por um lado, por uma maior dificuldade em fazer novos créditos, em particular crédito à economia.

Relativamente à qualidade da carteira salienta-se que, o write-off contabilístico efetuado em 2022, que resume na retirada do balanço os créditos classificados como perda com uma antiguidade igual ou superior a 360 dias, levou a uma importante redução do rácio de incumprimento, dado pelo rácio de crédito irregular sobre a carteira global, que fixou-se em 9,7%, contra 26,88% no ano anterior. O volume de crédito em situação irregular fixou-se em mSTN 85.136, contra mSTN 239.400 em 2021.

Perante uma conjuntura que tem concorrido para um aumento potencial de risco de crédito, o Banco tem mantido uma postura conservadora, mantendo elevado o seu nível de cobertura de provisão. Em 2022 as provisões criadas para cobrir o crédito irregular elevam-se a mSTN 57.567, representando uma cobertura na ordem de 67,6% evidenciando uma política de provisionamento bastante conservadora.

As “Aplicações em Instituições de Crédito”, essencialmente em dólares americanos, conheceram uma pequena contração na ordem de -2,9% (mSTN 9.822). Não obstante esta ligeira contração, o aumento das taxas de remuneração ao longo do ano de 2022 permitiram um aumento importante dos juros recebidos sobre estas aplicações.

As “Aplicações em Títulos” conheceram uma expansão na ordem de +16,1%, sendo um incremento em termos absolutos de mSTN 58.370, em resultado de um aumento da capacidade do Banco em subscrever os Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado, mas também de uma maior procura de financiamento manifestada pelo Estado, através de uma maior emissão de dívida pública em 2022. Em face da deterioração da situação financeira do Estado, e consequentemente do risco desta entidade, o mercado tem exigido uma taxa de juros mais alinhada com o atual nível de risco que o Estado apresenta.

Relativamente à captação de recursos, verifica-se um notável aumento na ordem de 8,85%, impulsionado pelos depósitos à ordem que cresceram na ordem de +11,2%. Os depósitos a prazo conheceram pelo contrário uma contração na ordem de -14,8%, justificada em parte, pelo facto de o Banco oferecer um nível de taxa relativamente baixa na remuneração dos passivos. Não obstante esta contração dos depósitos a prazo, verifica-se, contudo que

os depósitos de clientes no Banco têm demonstrado ao longo dos anos uma adequada estabilidade em resultado da imagem de solidez, rigor e confiança que o Banco consegue transmitir aos seus clientes. A evidência de uma adequada estabilidade dos depósitos está expressa num nível confortável de liquidez.

## 10.2 COMPONENTES DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Não obstante uma conjuntura macroeconómica adversa, em termos mundial e nacional, foi possível aumentar a margem financeira na ordem de 13,7%, em resultado de um aumento dos juros recebidos e proveitos equiparados em +12,8%, e, pela contração dos juros e custos equiparados em 4,9%.

Os juros recebidos de crédito tiveram um crescimento em +6,7%, em resultado de realização de muitas operações de curto prazo de valores mais significativos, em particular as operações de descobertos.

Os juros recebidos sobre as Aplicações em Instituições de Crédito conheceram um crescimento na ordem de +475,4%, decorrente do aumento da taxa de juro em dólar americano no mercado internacional, decorrente das medidas tomadas pelas Autoridades Americanas para combater a inflação, através do aumento da taxa diretora. As aplicações passaram de uma taxa média ponderada de 0,2% ao ano em 2021, para uma taxa de 3,2% ao ano em 2022.

Os juros de títulos conheceram uma expansão na ordem de +33,2%, em resultado de um maior volume de aplicação comparativamente com o ano de 2021, mas também do aumento de taxa de remuneração, que passou de uma taxa média ponderada de 3,7% para 4,6%, em 2022, sendo uma variação da

taxa em 25%.

Os juros pagos sobre os depósitos a prazo dos clientes conheceram uma contração na ordem de 4,9%, decorrente em grande medida da contração da carteira de depósitos a prazo em 14,8%. Esta redução dos juros pagos resulta da necessária manutenção de taxas de remuneração dos depósitos a prazo em níveis baixos, combinada com a fixação de um montante máximo aceite para a constituição de um depósito a prazo. Estas medidas são justificadas pelo excesso de liquidez existente no mercado e a poucas alternativas para rentabilizar adequadamente esses depósitos captados.

Com a valorização do dólar americano no mercado internacional ao longo de 2022, e dispondo o banco de uma posição longa nesta moeda, registou-se maiores resultados de reavaliação cambial em 2022, tendo este fixado em mSTN49.116, contra mSTN28.161 em 2021, traduzindo-se num crescimento na ordem de 74%.

As comissões líquidas conhecerem um crescimento na ordem de 20,1%. Este crescimento foi sustentado essencialmente pelas comissões obtidas nas operações de crédito documentário, emissão de ordens de pagamento para o exterior e proveitos obtidos na emissão de cartões de débito e anuidades dos cartões e comissões cobradas sobre os TPA/POS.

O crescimento dos proveitos cambiais e das comissões líquidas, permitiram que a margem complementar crescesse na ordem de 29,7%.

Em resultado do crescimento da Margem Complementar e da Margem Financeira, o Produto Global de Atividade conheceu, de igual modo, um crescimento na ordem de 22,2%.

O Custo Operativo registou um crescimento na ordem de 13,3%, levado pelo crescimento do custo com pessoal neste ano em 14,4% e das despesas com “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” na ordem de 10,04% e pelo custo com pessoal na ordem de 11,6%.

No ano de 2022, com o registo de reversão de provisão, em resultado de uma carteira de crédito que contraiu, e, de um aumento de crédito concedido às instituições pública, que, de acordo com a norma em vigor, estão isentas de provisão enquanto estiverem em situação regular. Assim, a reversão registada foi de STN -556.300,50.

O Resultado Líquido para o ano de 2022, apesar de muitos condicionalismos e desafios macroeconómicos, registou um crescimento face ao ano de 2021, na ordem de 51,44%, sendo um incremento de mSTN 32.325.

Importa destacar que, não obstante os diversos constrangimentos, foi possível, um ano mais a melhorar os resultados, o que, uma vez mais, evidencia a grande capacidade de resiliência do modelo de negócio do banco, bem como uma rápida capacidade de adaptação às novas condições do mercado.



**Doce feito  
de arroz e milho**  
Feito com Arroz e Milho

# 11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Em analogia e idêntica proporção em relação aos anos anteriores, o Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido de STN 95.170.171 (Noventa e Cinco Milhões, Cento e Setenta Mil, Cento e Setenta e Uma Dobras), referente ao exercício de 2022, tenha a seguinte aplicação:

Rúbricas	Percentagem	Montante (STN)
Reservas Legais	10%	9.517.017
Reservas Livres	30%	28.551.051
Acionistas	60%	57.102.102
Resultado Líquido	100%	95.170.171



**Filipote**  
Feito com Milho e fuba

## Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Registo na OROC n.º 43  
Registo na CMVM n.º 20161389  
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7  
1070-100 Lisboa  
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500  
www.deloitte.pt

## Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Registo na OROC n.º 43  
Registo na CMVM n.º 20161389

Página 2 de 3

### RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em Dobras de São Tomé Príncipe – STN)

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (“Banco”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 3 002 729 156 STN e um total de situação líquida de 520 630 545 STN, incluindo um resultado líquido de 95 170 171 STN), as demonstrações dos resultados, das alterações na situação líquida e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o setor bancário (Nota 2.2).

##### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em São Tomé e Príncipe e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### Outras matérias

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentadas pelo Conselho de Administração para efeitos comparativos, foram auditadas por outro auditor, cujo Relatório de Auditoria, datado de 6 de abril de 2022, não continha reservas ou ênfases.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000  
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa  
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2023. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o setor bancário e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando preparar as demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que tenha intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;

## Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Registo na OROC n.º 43  
Registo na CMVM n.º 20161389

Página 3 de 3

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 27 de abril de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Pedro Miguel Lopes Matos, ROC  
Registo na OROC n.º 1293  
Registo na CMVM n.º 20160903



**Biscoito Aranha**  
Feito com lascas de coco

# 13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Balanços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)

ATIVO	Notas	2022		2021		PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2022	2021
		Ativo bruto	Amortizações e provisões	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa e disponibilidade no Banco Central	3	1 072 700 906	-	1 072 700 906	1 017 260 344	Depósitos:			
Disponibilidades à vista sobre instituições de	4	93 787 702	-	93 787 702	94 997 598	À vista	11	2 171 731 317	1 952 296 978
Outros créditos sobre instituições de crédito	5	324 272 216	-	324 272 216	334 094 005	A prazo ou com pré-aviso	11	164 317 958	193 832 150
Créditos sobre clientes	6	877 808 614	(57 842 435)	819 966 179	675 547 892	Recursos de outras entidades	12	9 764 497	9 250 476
Títulos de investimento	7	420 128 205	-	420 128 205	361 758 555	Outros passivos	13	56 059 658	73 049 889
Imobilizações corpóreas	8	415 083 433	(206 094 022)	208 989 411	217 662 473	Contas de regularização	14	80 225 181	70 127 120
Imobilizações incorpóreas	8	46 122 849	(41 002 650)	5 120 199	5 226 155	Total do Passivo		<b>2 482 098 611</b>	<b>2 298 556 612</b>
Imobilizações em curso	8	8 416 564	-	8 416 564	9 958 711	Capital	16	166 600 000	166 600 000
Imobilizações financeiras	8	2 940 000	(2 940 000)	-	-	Reservas	16	241 583 576	215 511 998
Outros ativos	9	64 445 717	(21 586 051)	42 859 666	37 936 868	Provisões diversas	16	17 276 799	14 579 210
Contas de regularização	10	6 488 109	-	6 488 109	4 583 348	Resultado do exercício	16	95 170 171	62 844 253
						Total de Situação Líquida		<b>520 630 545</b>	<b>460 469 337</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3 332 194 315</b>	<b>(329 465 158)</b>	<b>3 002 729 156</b>	<b>2 759 025 950</b>	<b>Total do Passivo e da Situação Líquida</b>		<b>3 002 729 156</b>	<b>2 759 025 950</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares	20	140 280 064	124 335 878
Juros e encargos similares	20	(5 602 055)	(5 890 589)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>134 678 010</b>	<b>118 445 290</b>
Rendimentos de serviços e Comissões	21	119 214 089	101 327 418
Encargos com serviços e Comissões	21	(21 488 336)	(19 944 621)
Resultado Líquido de Operações Cambiais	22	49 116 257	28 161 376
Outros Resultados de Exploração	23	26 515 764	24 125 735
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>308 035 784</b>	<b>252 115 197</b>
Custos com o Pessoal	24	(98 157 451)	(85 826 313)
Gastos Gerais Administrativos	25	(57 084 342)	(51 152 390)
Amortizações do Exercício	8	(22 444 880)	(24 189 510)
Provisões para crédito líquidas de reposições e anulações	15	8 961 879	797 016
Outras provisões líquidas de reposições e anulações	15	(8 973 812)	(6 863 998)
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>130 337 178</b>	<b>84 880 003</b>
Imposto sobre o rendimento	19	35 167 007	22 035 750
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>95 170 171</b>	<b>62 844 253</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstrações de alterações na Situação Líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Reservas					Total	Provisões diversas	Resultado líquido do exercício	Total
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras				
Saldos em 31-12-2020	166 600 000	44 552 461	892 214	31 139 164	125 617 727	202 201 566	21 360 589	35 610 772	425 772 927
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	3 561 077	-	-	10 683 231	14 244 309	-	(14 244 309)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(21 366 463)	(21 366 463)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	62 844 253	62 844 253
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(6 781 379)	-	(6 781 379)
Saldos em 31-12-2021	166 600 000	48 113 538	892 214	31 139 164	136 300 958	216 445 874	14 579 210	62 844 253	460 469 337
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	6 284 425	-	-	18 853 276	25 137 701	-	(25 137 701)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(37 706 552)	(37 706 552)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	95 170 171	95 170 171
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	2 697 588	-	2 697 588
Saldos em 31-12-2022	166 600 000	54 397 963	892 214	31 139 164	155 154 234	241 583 576	17 276 799	95 170 171	520 630 545

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Fluxo de Caixa	Nota	2022	2021
<b>Actividades Operacionais</b>			
Resultado Líquido do exercício		95 170 171	62 844 253
Ajustamentos:			-
Amortizações do Exercício	8	22 444 880	24 189 510
Provisões e Imparidade		11 933	6 066 982
(Aumento) / diminuição de aplicações em instituições de crédito	5	9 821 789	(17 438 924)
(Aumento) / diminuição de crédito a clientes	6	(153 547 991)	99 527 927
(Aumento) / diminuição de outros activos	9	2 707 180	(18 555 235)
Aumento / (diminuição) de recurso de clientes e outros empréstimos	11	189 920 147	(252 537 586)
Aumento / (diminuição) de outros passivos	13	1 459 055	40 954 872
Pagamento por Conta IRC 2022	19	(16 526 813)	(3 126 791)
<b>Fluxo de Actividades Operacionais</b>		<b>151 460 351</b>	<b>(58 074 991)</b>
<b>Actividades de Investimento</b>			
(Pagamentos) / Recebimentos respeitantes a:			
Obrigações e outros títulos	7	(49 428 016)	56 435 702
Imobilizações Corpóreas	8	(7 134 807)	(23 316 945)
Imobilizações Incorpóreas	8	(2 960 310)	(1 932 624)
<b>Fluxo da Actividade de Investimento</b>		<b>(59 523 134)</b>	<b>31 186 133</b>
<b>Actividade de Financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos distribuídos	16	(37 706 552)	(15 597 518)
<b>Fluxo da Actividade de Financiamento</b>		<b>(37 706 552)</b>	<b>(15 597 518)</b>
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes		54 230 666	(42 486 376)
Caixa e seus equivalente no início do período		1 112 257 942	1 154 744 318
<b>Caixa e seus equivalente no final do período</b>		<b>1 166 488 608</b>	<b>1 112 257 942</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista

O Conselho de Administração



**Bleguê**  
Feito com Mandioca

# 14. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores em Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BISTP”), tem sede em São Tomé, e foi constituído por Escritura Pública de 3 de março de 1993.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos a clientes, depósitos no Banco Central de São Tomé e Príncipe, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros ativos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários, dispondo para o efeito, em 31 de dezembro de 2022, de uma rede nacional de doze balcões, localizados na cidade de São Tomé (9), na cidade da Trindade (1), na cidade de Santana (1) e na Ilha do Príncipe (1), além de dispor ainda de 3 áreas automáticas com ATM na capital dos distritos de Lobata, Lembá e Caué.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

### 2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente (NAP) nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Banco operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Banco dispõe de níveis de capital e liquidez adequados para

manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

O PCIF, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010, representa uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), contendo um conjunto alargado de adaptações à realidade São-tomense.

Através de comunicação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, datada de 3 de dezembro de 2010 e cujas orientações foram prorrogadas em novas comunicações de 24 de abril de 2015, de 8 de dezembro de 2015, de 10 de março de 2017 e de 26 de março de 2018, foram autorizadas, para o sector bancário, as seguintes exceções às disposições definidas no PCIF:

o diferimento das comissões associadas a crédito foi efetuado pelo método linear, e não pela taxa de juro efetiva;

os títulos em carteira foram registados pelo seu valor nominal, não sendo deste modo aplicado o conceito de justo valor na sua valorização;

as provisões para crédito concedido foram determinadas com base nas regras previstas na NAP nº 7/2007 (revogada pela NAP nº 13/2021), não sendo deste modo calculada imparidade de acordo com a IFRS 9;

a apresentação de divulgações de acordo com a Norma IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” apenas será obrigatória após a implementação das disposições acima definidas.

Em 5 de Março de 2019 e 21 de janeiro de 2020, o Banco Central de São Tomé e Príncipe emitiu novas comunicações que prorrogavam todas as exceções, acima listadas, às disposições definidas no PCIF para os exercícios de 2018 e

2019, com exceção do reconhecimento dos títulos em carteira, em que as instituições tem no momento inicial determinar se os títulos são valorizados ao justo valor ou destinados ao investimento (ponto 6 do capítulo “III. NORMAS ESPECÍFICAS DE CONTABILIZAÇÃO” do PCIF).

Foi ainda clarificado que as NIRF não previstas no PCIF não são de aplicação obrigatória. Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as NIRF de forma plena, desde que os procedimentos adotados sejam divulgados nas notas às contas e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

Em janeiro de 2022 e em fevereiro de 2023, o Banco Central de S. Tomé e Príncipe emitiu novas comunicações prorrogando todas condições de procedimentos contabilísticos mencionadas na comunicação de 5 de Março de 2019 e 21 de Janeiro de 2020. Tendo reiterado na comunicação de fevereiro de 2023 que essas condições irão permanecer até a comunicação oficial em contrário.

As demonstrações financeiras estão expressas em dobras (STN), arredondadas à unidade mais próxima.

As políticas contabilísticas e cálculos foram aplicadas de forma consistentes com as utilizadas nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do BISTP aquando da sua reunião a 19 de Abril de 2023 e estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, é do entendimento do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2.2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

### a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

### b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontram-se expressas na moeda funcional, em Dobras de São Tomé e Príncipe, tendo os ativos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio de compra indicativo publicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe naquelas datas, no seguimento do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho.

Através da entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 17/09, de 31 de dezembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, foi fixada a paridade cambial com o Euro (EUR) a partir de 1 de janeiro de 2010, tendo o câmbio sido fixado em 1 Euro/24,5 Dobras de São Tomé e Príncipe (STN). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2022	2021
1USD	23,0069 STN	21,6757 STN

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respetivas moedas de denominação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira encontram-se convertidos para STN ao câmbio de compra comunicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe diariamente. Por sua vez, os ativos e passivos não monetários são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data do final de dia da transação.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais resultantes da conversão, registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica “Resultado líquido de operações cambiais”.

A conversão dos réditos e custos em moedas estrangeiras é efetuada numa base diária ao câmbio do final do dia.

De acordo com a Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, as instituições financeiras que realizaram o seu capital em moeda estrangeira estão autorizadas a constituir uma provisão para riscos cambiais, destinada à manutenção do valor do capital. Admite-se ainda que as instituições financeiras constituam uma provisão destinada à reavaliação do ativo imobilizado. Estas duas provisões destinam-se exclusivamente a ser incorporadas no capital das instituições, mediante aprovação do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

### c) Provisões para riscos de crédito

Conforme definido no PCIF, as provisões para crédito devem

transitoriamente corresponder ao maior de entre as provisões regulamentares e a imparidade. Tal como descrito na Nota 2.1, relativamente aos exercícios de 2022 e 2021 o Banco Central de São Tomé e Príncipe autorizou que não fosse calculada a imparidade de acordo com a IFRS 9.

Contudo, nos termos do nº 7 do capítulo III do PCIF, o Banco realizou uma análise individual de imparidade sobre Grupos Económicos individualmente significativos para aferir da suficiência das provisões regulamentares face à estimativa do valor dos créditos que se considera recuperável, tendo para esses registado o maior entre o valor de imparidade (provisões económicas) e de provisões regulamentares.

Para as exposições não significativas, o Banco calculou as provisões para riscos de crédito de acordo com as disposições da NAP nº 13/2021.

Para as exposições extrapatrimoniais, o Banco constitui provisões sobre o montante de exposição apurado com base na norma que consta no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3, bem como a NAP n.º 13/2021.

Nos termos destas Normas, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Normal
- b) Sob supervisão
- c) Abaixo do normal
- d) Crédito duvidoso
- e) Perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos

de constituição de provisões, é efetuada na categoria que apresentar maior risco e é independente das garantias associadas a cada operação.

O crédito irregular é classificado nas categorias de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a seguinte tabela:

Categoria	Normal	Sob supervisão	Abaixo do normal	Crédito duvidoso	Perda
% de provisão	2%	10%	25%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 30 dias	de 30 a 89 dias	de 90 a 180 dias	de 180 dias a 360 dias	mais de 360 dias

Os juros vencidos, bem como os créditos em cobrança coerciva, são integralmente provisionados. Adicionalmente, foram registadas provisões específicas adicionais para algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos, incluindo créditos reestruturados.

O Conselho de Administração do Banco considera que as dotações para as provisões supramencionadas são integralmente dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento, em virtude de serem inerentes/indispensáveis para a realização dos proveitos sujeitos a imposto.

As provisões apuradas pela análise individual e para os clientes nas categorias “Abaixo do normal”, “Crédito duvidoso” e “Perda” são registadas a crédito na rubrica de “Crédito sobre clientes” no ativo.

As provisões para as categorias “Normal” e “Sob supervisão” e as para as exposições extrapatrimoniais são registadas na rubrica de “Provisões diversas” na situação líquida.

Nos termos do artigo 5.º da NAP nº 13/2021, as exposições sobre o Estado de São Tomé e Príncipe e sobre o Banco Central de São Tomé e Príncipe, bem como os ativos que por estes se encontrem garantidos, ou ainda, as operações extrapatrimoniais, negociadas por sua conta ou com a sua garantia, apresentam um tratamento diferenciado. Desta forma, as exposições àquelas entidades devem ser classificadas na categoria de risco “Normal”, observadas as condições previstas no referido artigo 5.º. Nos termos do artigo 5.º da NAP nº 13/2021, o Banco não constituiu provisões para aquelas exposições.

#### d) Bens em dação de pagamento

Os imóveis e outros bens recebidos em dação de pagamento por recuperação de créditos irregulares, são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 9), de acordo com o artigo nº 8 da NAP nº 7/07, de 6 de agosto.

O recebimento dos bens ou valores em dação de pagamento de crédito irregular é feito pelo mínimo entre o valor do crédito ou ativo a receber, acrescido de eventuais despesas incorridas com processos judiciais e o justo valor estimado pelos avaliadores independentes.

Desde 2019, o Banco constitui provisões adicionais específicas para esses imóveis, em função da sua antiguidade, tendo para o efeito utilizado uma taxa de depreciação de 12,5% por ano de antiguidade.

Esta metodologia de determinação do valor líquido do imóvel recebido em dação no balanço passou a vigorar a partir do exercício de 2019.

As provisões para Bens em dação de pagamento são registadas na rubrica “Outros ativos” (Nota 9).

#### e) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1998 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com a legislação em vigor, deduzidas das respetivas depreciações. As adições posteriores de imobilizado corpóreo encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das respetivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas de amortização definidas na Lei nº 5/93, de 10 de agosto, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	2 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Instalações interiores	8 - 20
Material de transporte	4

O custo de aquisição inclui despesas que sejam diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, na rubrica de “Gastos Gerais Administrativos”.

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, num período de três anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

#### f) Carteira de títulos

De acordo com o PCIF, os títulos em carteira deverão ser classificados em categorias de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros e a intenção do Banco na sua aquisição. Este normativo prevê igualmente a contabilização de uma parte dos instrumentos ao justo valor.

Assim, como é a intenção do BISTP manter os seus títulos até a sua maturidade, ou seja, não tem o objetivo de desfazer-se dos títulos a curto prazo ou obter um ganho de curto prazo, não são registadas provisões para eventuais menos-valias potenciais decorrentes da desvalorização dos títulos, exceto no caso de situações em que haja evidência de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos em valores mobiliários encontram-se registados ao valor nominal e correspondem a Bilhetes do Tesouro do Estado de São Tomé e Príncipe. A diferença negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que corresponde ao desconto verificado quando da compra, é reconhecida contabilisticamente como proveito de forma linear até ao seu vencimento. Os títulos são contabilizados no ativo pelo seu valor nominal, e apresentados no balanço

na linha designada por "Títulos de investimento".

O valor do desconto é contabilizado no passivo na rubrica "Contas de regularização - Receitas com proveito diferido – Obrigações e outros títulos" (Nota 14).

#### g) Imobilizações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Imobilizações financeiras" corresponde à participação do Banco na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT). As imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo sujeitas a análises de imparidade.

#### h) Impostos

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

O Banco está igualmente obrigado a proceder a coleta do imposto sobre consumo como definido no Decreto-Lei nº 35/2000, a taxa de 5%, tal como determinado no Decreto – Lei nº 9/2005, promulgado em 29 de julho de 2005, bem como o imposto de selo, conforme previsto no Artigo 1º do Decreto-lei nº 81/93, promulgado em 31 de dezembro de 1993.

Adicionalmente, ao valor apurado da coleta de imposto, acresce imposto do selo à taxa normal de 6%, o qual é refletido na rubrica "Outros resultados de exploração" da demonstração de resultados.

Os juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe estão sujeitos a retenção na fonte a uma taxa de 20%, em sede de imposto sobre rendimento de capitais, sendo este valor posteriormente dedutível para efeitos do apuramento da estimativa de imposto.

Não são registados impostos diferidos, uma vez que o PCIF não o prevê.

#### i) Pensões de reforma

A Lei nº 1/90, de 8 de maio, que regulamenta o sistema de Segurança Social em São Tomé e Príncipe, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores inscritos na Segurança Social que atinjam a idade considerada normal para a cessação da atividade profissional (57 ou 62 anos conforme sejam, respetivamente, do sexo feminino ou masculino). O valor destas pensões é calculado nos termos dos Artigos 59º e 67º da supra referida Lei. De acordo com o seu Artigo 99º, as taxas de contribuição para este sistema são de 6% para a entidade empregadora e de 4% para os trabalhadores. Para além destas contribuições, o Banco não assumiu qualquer responsabilidade adicional por benefícios de reforma dos seus empregados.

#### j) Prémios de antiguidade

Até 2021, o Banco assumia o compromisso de liquidar um prémio de antiguidade, correspondente, a um ou dois meses de vencimento, aos colaboradores que perfaziam 15 e 30 anos de serviço, respectivamente. Em 2022, com a entrada em vigor do novo Estatuto de Pessoal, através da Ordem de Serviço nº 23/2022, o Banco passou a assumir o compromisso de liquidar prémios de antiguidade correspondentes a um, dois ou três

meses de vencimento, aos colaboradores que perfaçam 10, 20 e 30 anos de serviço, respetivamente. Os prémios de antiguidade são reconhecidos linearmente ao longo do tempo de serviço dos colaboradores na rubrica “Custos a pagar”, sendo registados na “Contas de regularização” (Nota 14) e apresentado nos resultados na categoria de “Custos com pessoal”.

#### k) Prémio de produtividade

A Comissão Executiva distribui anualmente aos empregados prémios de produtividade (Participação de Lucros) de acordo com a contribuição de cada um para os resultados e defesa dos interesses do BISTP.

Para elegibilidade foram definidos os seguintes critérios:

- Empregados do quadro efetivo, com contrato por tempo indeterminado, a termo, de avença ou expatriado, que à data de 31 de dezembro se encontrem ao serviço do Banco;
- Empregados que, não estando ao serviço do Banco naquela data, tenham prestado serviço efetivo na totalidade ou em parte no ano, e que, entretanto:
  - Tenham sido reformados;
  - Tenham cessado funções no respeito de contrato ou acordo estabelecido com o Banco, excetuando-se os contratados a termo que por desadequação foram dispensados.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no exercício a que

respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

### **l) Comissões**

De acordo com o PCIF, as comissões cobradas pelo Banco na concessão de créditos deverão ser diferidas e reconhecidas em proveitos através do método da taxa efetiva, independentemente do momento em que estas comissões são cobradas ou pagas. Conforme descrito na Nota 2.1, em 2022 e 2021 o Banco obteve autorização do Banco Central para efetuar o diferimento destas comissões através do método linear.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas diretamente imputáveis à sua originação, são reconhecidas ao longo do período destas operações em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.

### **m) Crédito a clientes e outros valores a receber**

Os créditos e outros valores a receber compreendem todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica de

concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito. Estes ativos financeiros são inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Nos termos do artigo 6.º da NAP 13/2021, as exposições classificadas na categoria “Perda” devem ser abatidas ao ativo (write-off) após terem decorridos 12 meses desde a sua classificação naquela categoria ou antes desse prazo, caso não existam expectativas razoáveis de recuperação.

Até ao exercício de 2021, o abate de operações ao ativo (total ou parcial) só poderia ocorrer quando existissem manifestas evidências que conduzissem a uma elevada expectativa de incobrabilidade total. Assim, o abate de operações ao ativo era proposto quando:

- a)** Se identificassem evidências de elevada expectativa de incobrabilidade;
- b)** Existisse um parecer jurídico atestando a incobrabilidade por via judicial, bem como as possíveis custas judiciais, que inviabilizam a referida ação, tendo em conta a fraca probabilidade de sucesso judicial quando comparada com as custas judiciais que não superiores ao capital

em dívida.

Os créditos encontram-se sujeitos a provisões conforme divulgado na Nota 2.2 c).

#### **n) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis**

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição de provisões para risco de crédito previsto na NAP 13/2021 e no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3, conforme divulgado na Nota 2.2 c).

#### **o) Outros passivos financeiros**

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e depósitos de clientes.

Estes passivos financeiros são mensurados ao seu valor nominal acrescido de eventuais comissões e de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação.

#### **p) Provisões e passivos contingentes**

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique uma obrigação presente (legal ou construtiva), (i) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique (ii) uma forte probabilidade de

se efetuar um dispêndio de recursos e que seja (iii) quantificável de um modo fiável.

As provisões são revistas no final de cada data de relato e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Um passivo contingente afigura-se como uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade ou uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Assim, o Banco divulga um passivo contingente, quando é mais provável que nenhuma obrigação presente exista à data do balanço, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja remota.

#### **q) Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de

juro efetiva.

O cálculo de juro inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos relacionados com a transação.

A NAP 05/2009 - "Plano de Contas" estabelece que as instituições não podem continuar a reconhecer juros (periodificação) após 90 dias de incumprimento (operações de crédito classificadas em classe III).

#### r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, onde se incluem as rubricas de caixa e disponibilidades no Banco Central e as disponibilidades à vista sobre instituições de crédito.

### 2.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objetivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2.2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao

tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

#### a) Provisões para crédito concedido

As provisões sobre crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.c), resultando de uma revisão periódica da carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade. Esta avaliação resulta da ponderação de um conjunto de fatores que refletem o conhecimento da realidade dos clientes, o seu comportamento e dados históricos, o valor das garantias associadas às operações em questão, entre outros, apresentando como tal, um elevado grau de julgamento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

#### b) Provisões e passivos contingentes

Conforme referido na Nota 2. p) acima, são reconhecidas provisões sempre que exista uma obrigação presente de que seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido no futuro e este possa ser mensurado com

fiabilidade.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Conselho de Administração tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco, quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos exfluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras, sendo objeto de divulgação caso a possibilidade de virem a ser realizados pagamentos não seja classificada como remota. A reavaliação dos passivos contingentes está dependente da evolução de processos judiciais em curso, podendo esta ter um resultado diferente do previsto.

## c) Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

Os impostos sobre o rendimento são refletidos nos resultados do período.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos após a data a que a matéria coletável respeite, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correções ao lucro tributável dos períodos de 2017 a 2021.

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas.

### 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Caixa</b>		
Notas e moedas nacionais	64.312.303	67.059.283
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Euros	15.152.453	18.678.371
Em Dólares dos Estados Unidos	4.266.054	11.471.279
Em outras divisas	8.043.789	7.787.988
	91.774.600	104.996.921
<b>Depósitos à ordem no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP)</b>		
Em moeda nacional	905.484.128	816.386.623
Em moeda estrangeira:		
Em Euros	55.032.007	78.617.512
Em Dólares dos Estados Unidos	20.410.172	17.259.289
	980.926.306	912.263.424
	980.926.306	912.263.424
	1.072.700.906	1.017.260.344

Os depósitos à ordem no BCSTP em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as reservas mínimas de caixa são atualizadas, através da aplicação das percentagens de 18% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e 21% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira, respetivamente, referentes ao mês que antecede em dois meses o início do período de manutenção, nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 18/2011, de 17 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Estes depósitos não são remunerados.

A 31 de dezembro de 2022, o montante total de exigibilidades ascende a STN 620.514.050.

#### 4. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Cheques a cobrar</b>		
No estrangeiro	39.200	-
No país	804.142	23.275
	843.342	23.275
<b>Títulos a cobrar no país</b>	2.715.983	2.065.809
<b>Depósitos à ordem no estrangeiro</b>		
Caixa Geral de Depósitos:		
Sede (lisboa)	69.800.689	55.829.204
Sucursal de França	2.071.172	1.139.335
Banco Comercial Português	7.368.082	25.867.492
Banco Santander Totta	3.728.172	9.886.259
Banco BAI Europa	7.075.669	-
Outras Instituições de Crédito	184.362	184.362
	90.228.147	92.906.651
<b>Outras disponibilidades</b>	231	1.863
	93.787.702	94.997.598

A rubrica “Cheques a cobrar” correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Títulos a cobrar no país” corresponde aos títulos representativos de “ordens bancárias” emitidas pela Direção Geral do Tesouro, visando o pagamento das despesas correntes do Estado e que são depositados no Banco para efeitos de liquidação.

A maior necessidade de divisas para atender à de importação de combustível e produtos alimentares conduziram a uma redução das disponibilidades nos bancos correspondentes.

## 5. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo, os quais apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro:

	2022					
	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Banco Comercial Português	USD	0,85%	3.400.000	78.223.460	618.726	78.842.186
Banco Comercial Português	USD	2,93%	1.700.000	39.111.730	569.822	39.681.552
Banco Comercial Português	USD	3,85%	1.800.000	41.412.420	602.321	42.014.741
Banco Comercial Português	USD	3,85%	1.800.000	41.412.420	602.321	42.014.741
Banco Comercial Português	USD	4,75%	1.100.000	25.307.590	267.136	25.574.726
Banco Comercial Português	EUR	1,05%	1.000.000	24.500.000	97.183	24.597.183
BAI Europa	USD	5,45%	1.500.000	34.510.350	208.979	34.719.329
BAI Europa	USD	5,45%	1.600.000	36.811.040	16.718	36.827.758
				321.289.010	2.983.206	324.272.216
2021						
Caixa Geral de Depósitos	USD	0,12%	3.000.000	65.027.100	24.710	65.051.810
Caixa Geral de Depósitos	USD	0,13%	1.500.000	32.513.550	11.154	32.524.704
Banco Comercial Português	USD	0,26%	3.400.000	73.697.380	179.371	73.876.751
Banco Comercial Português	USD	0,22%	1.000.000	21.675.700	15.101	21.690.801
Banco Comercial Português	USD	0,22%	2.200.000	47.686.540	33.222	47.719.762
Banco Comercial Português	USD	0,40%	1.800.000	39.016.260	16.058	39.032.318
Banco Comercial Português	USD	0,26%	2.500.000	54.189.250	8.610	54.197.860
				333.805.780	288.225	334.094.005

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos a prazo apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2022		2021			
	Montante em STN	Juros a receber	Montante Total	Montante em STN	Juros a receber	Montante Total
Até três meses	117.335.190	1.188.548	118.523.738	225.427.280	223.846	225.651.126
Entre três meses e um ano	203.953.820	1.794.658	205.748.478	108.378.500	64.380	108.442.880
	321.289.010	2.983.206	324.272.216	333.805.780	288.225	334.094.005

## 6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Crédito Regular:</b>		
- Moeda Nacional:		
Descontos comerciais	152 000	3 442 909
Empréstimos	630 670 319	592 369 241
Crédito em conta corrente	27 221 239	31 062 094
Descobertos em depósitos à ordem	116 247 105	1 833 608
	<b>774 290 663</b>	<b>628 707 852</b>
- Moeda Estrangeira:		
Descontos comerciais		
Empréstimos	14 027 073	17 522 832
Descobertos em depósitos à ordem	799	1 084 863
Outros Créditos	-	-
	<b>14 027 872</b>	<b>18 607 694</b>
<b>Total de crédito regular(1)</b>	<b>788 318 535</b>	<b>647 315 546</b>
<b>Crédito Irregular:</b>		
- Moeda Nacional:		
Capital	63 654 533	185 936 776
Juros	520 050	428 303
	<b>64 174 582</b>	<b>186 365 078</b>
- Moeda Estrangeira:		
Capital	20 951 223	53 019 994
Juros	10 172	14 500
	<b>20 961 394</b>	<b>53 034 494</b>
<b>Total de crédito irregular (2)</b>	<b>85 135 977</b>	<b>239 399 572</b>
<b>Total de crédito concedido (3) = (1) + (2)</b>	<b>873 454 512</b>	<b>886 715 118</b>
<b>Juros a receber de crédito concedido (4)</b>	<b>4 354 102</b>	<b>3 791 158</b>
<b>Total de crédito bruto (5) = (3) + (4)</b>	<b>877 808 614</b>	<b>890 506 276</b>
<b>Provisões para crédito concedido (Nota 15) (6)</b>	<b>(57 842 435)</b>	<b>(214 958 384)</b>
<b>Total de crédito líquido (7) = (5) - (6)</b>	<b>819 966 179</b>	<b>675 547 892</b>

De acordo com o PCIF, os créditos com prestações vencidas até 89 dias, inseridos nas classes 1 e 2 da carteira de crédito (“Normal” e “Sob supervisão”, respetivamente), são considerados em situação regular. Os créditos com prestações vencidas superiores a 90 dias, inseridos nas classes 3, 4 e 5 da carteira de crédito (“Abaixo do normal”, “Crédito duvidoso” e “Perda”, respetivamente), são considerados de irregulares ou adversamente classificados. O crédito em cobrança coerciva insere-se na classe 5 da carteira de crédito e é constituído por contratos que se encontram em situação de contencioso.

Em 2022, o Banco procedeu ao abate dos créditos (Write-off) que estavam classificados com perda por mais de 12 meses, conforme estipula a NAP 13/2021, no montante de 150 400 354 STN (Nota 15).

Para efeitos de distribuição do mapa apresentado abaixo, a distinção entre crédito vivo e crédito vencido é efetuada tendo por base a divisão entre exposição viva (sem dias de atraso) e vencida (com incumprimento) de cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões constituídas para clientes nas categorias “Irregular” ascendem a 57.843 mSTN e 214.958 mSTN, respetivamente, e encontram-se a abater ao valor bruto do crédito no ativo na rubrica “Crédito sobre clientes”.

A redução do stock de provisões em 31 de dezembro de 2022 para as categorias “Irregular” está relacionada com o abate dos créditos acima referido.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões constituídas para clientes na

categoria “Regular” ascendem a 10.876 mSTN e 12.413 mSTN, respetivamente, e encontram-se refletidas na rubrica “Provisões diversas” da Situação Líquida (Notas 15 e 16).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição do crédito e respetivas provisões pelas classes apresentadas no mapa anterior, excluindo juros vincendos, pode ser detalhada como segue:

Classe	2022								Unid: mSTN
	Vivo	Vencido			Total de Crédito	Provisões			
		Capital	Juros	Total		Regulamentar	Económicas	Total	
Normal	773 531 854	420 925	268 387	689 312	774 221 166	9 459 901	-	9 459 901	
Sob supervisão	8 598 370	5 388 035	110 965	5 499 000	14 097 369	750 931	664 759	1 415 690	
Total de Crédito Regular	782 130 224	5 808 959	379 352	6 188 311	788 318 535	10 210 832	664 759	10 875 591	
Abaixo do normal	12 563 057	2 416 559	54 300	2 470 859	15 033 916	902 602	2 885 031	3 787 634	
Crédito Duvidoso	50 500 969	17 332 899	365 611	17 698 510	68 199 479	36 742 921	15 404 091	52 147 012	
Perda	265 915	1 526 357	110 310	1 636 667	1 902 582	1 600 897	306 892	1 907 789	
Crédito em Contencioso	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total de crédito irregular	63 329 941	21 275 814	530 222	21 806 036	85 135 977	39 246 421	18 596 015	57 842 435	
	845 460 164	27 084 774	909 574	27 994 348	873 454 512	49 457 253	19 260 774	68 718 026	
Classe	2021								
	Vivo	Vencido			Total de Crédito	Provisões			
		Capital	Juros	Total		Regulamentar	Económicas	Total	
Normal	624 525 312	-	318 872	318 872	624 844 184	10 166 066	-	10 166 066	
Sob supervisão	15 036 253	7 174 300	260 809	7 435 109	22 471 362	1 030 894	1 216 242	2 247 136	
Total de Crédito Regular	639 561 565	7 174 300	579 682	7 753 981	647 315 546	11 196 960	1 216 242	12 413 202	
Abaixo do normal	12 480 467	2 743 202	35 886	2 779 088	15 259 555	618 826	3 236 221	3 855 047	
Crédito Duvidoso	31 099 695	3 679 369	60 385	3 739 754	34 839 450	1 785 978	20 016 793	21 802 771	
Perda	27 605 841	20 152 971	346 531	20 499 502	48 105 342	11 557 746	36 547 597	48 105 342	
Crédito em Contencioso	-	141 195 224	-	141 195 224	141 195 224	140 586 457	608 767	141 195 224	
Total de crédito irregular	71 186 004	167 770 766	442 802	168 213 568	239 399 572	154 549 007	60 409 377	214 958 384	
	710 747 569	174 945 066	1 022 484	175 967 550	886 715 118	165 745 967	61 625 619	227 371 586	

Em 2022, a redução das provisões económicas decorre essencialmente do aumento das provisões regulamentares.

Em 31 de Dezembro de 2022, o crédito irregular encontrava-se adequadamente coberto pela provisão regulamentar e reforçada pela provisão económica, sendo uma cobertura de 68%. Em 2021 esta cobertura era mais elevada (89,8%) porque havia uma grande predominância na categoria do irregular de crédito classificado

como perda, e provisionado a 100%. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição da carteira de crédito concedido a clientes (exclui os juros a receber) por finalidade de financiamento, pode ser detalhada como segue:

	2022			2021		Unid: mSTN
	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido
<b>Empresas</b>						
Agrícola	-		-	951.646		951.646
Automóvel	1.181.091	21.649	1.202.739	1.378.317	256.586	1.634.903
Comércio	519.004	309.669	828.673		3.772.549	3.772.549
Construção	456.067	811.083	1.267.150	792.165	3.150.558	3.942.723
Consumo	3.332.080	19.189	3.351.269	2.431.350	1.137.908	3.569.258
Habitação	9.036.900		9.036.900	9.876.784	14.655.899	24.532.683
Importação	4.762.855		4.762.855	2.477.736	944.398	3.422.133
Investimento:	55.824.787	13.891.851	69.716.638	70.386.606	91.793.526	162.180.132
-Agricultura e Pecuária		2.079.619	2.079.619	1.454.820	1.421.295	2.876.115
-Comercio	19.097.756	7.517.857	26.615.613	30.234.442	72.266.275	102.500.717
-Construção	24.073.796	3.624.697	27.698.493	31.997.834	4.260.975	36.258.808
-Educação	949.506		949.506	1.855.685		1.855.685
-Serviços	8.022.980		8.022.980	1.203.248	9.498.821	10.702.069
-Turismo	3.680.748	669.679	4.350.427	3.640.576	4.346.160	7.986.736
Outros Tipos	23.752.767	-	23.752.767	30.030.898	22.646.419	52.677.316
Organismo Central do Estado	298.123.389		298.123.389	111.138.180		111.138.180
	396.988.940	15.053.441	412.042.381	229.463.682	138.357.843	367.821.525
<b>Particulares</b>						
Agrícola	71.135		71.135	501.157	5.986	507.142
Automóvel	2.074.073	935.573	3.009.646	4.229.712	1.005.441	5.235.152
Comércio	386.877	225.903	612.780	93.389	7.235.731	7.329.119
Construção	112.724.748	10.171.538	122.896.286	139.374.815	13.001.801	152.376.616
Consumo	88.957.049	3.954.973	92.912.021	82.337.508	5.985.766	88.323.274
Educação	1.256.917		1.256.917	816.941	29.037	845.978
Habitação	160.674.977	38.808.540	199.483.517	161.533.696	45.391.886	206.925.582
Importação	471.677	467.498	939.175		488.428	488.428
Investimento	23.218.721	15.220.547	38.439.268	27.669.316	21.124.527	48.793.843
Outros Tipos	544.971	19.654	564.625	715.404	6.625.273	7.340.676
Saúde	948.451	278.310	1.226.762	579.927	147.854	727.781
	391.329.596	70.082.536	461.412.131	417.851.865	101.041.729	518.893.593
	788.318.535	85.135.977	873.454.512	647.315.546	239.399.572	886.715.118

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o crédito em situação regular (exclui juros a receber) apresenta a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

Unid: mSTN	2022		2021	
	Taxa de Juro	Crédito regular	Taxa de Juro	Crédito regular
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	11,68%	774 290 663	12,99%	628 707 852
Em Dólares dos Estados Unidos	8,74%	11 443 010	5,91%	13 953 324
Em Euros	10,97%	2 584 862	10,30%	4 654 371
		788 318 535		647 315 546

Unid: mSTN	2022	2021
	Total	Total
Até 3 meses	138 556 478	32 244 559
De 3 meses a 1 ano	51 761 365	51 107 672
De 1 ano na 5 anos	377 235 614	456 017 303
Mais de 5 anos	304 838 159	259 519 370
Indeterminado	1 062 895	87 826 214
	873 454 512	886 715 118

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o crédito a clientes apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

O crédito com duração indeterminada inclui o crédito em cobrança coerciva e os contratos nos quais a data de vencimento contratualizada se encontra ultrapassada.

## 7. TÍTULOS DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022						Unid: mSTN
	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de desconto	Data de vencimento	Montante em STN	Desconto	Total
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0018)	STN	177.395.549	4,36%	15/02/2023	177.395.549	7.732.656	185.128.205
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0019)	STN	38.402.803	4,16%	16/05/2023	38.402.803	1.597.197	40.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0020)	STN	104.854.776	4,91%	09/08/2023	104.854.776	5.145.224	110.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0021)	STN	80.999.193	4,94%	14/09/2023	80.999.193	4.000.807	85.000.000
					401.652.321	18.475.884	420.128.205
	2021						
	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de desconto	Data de vencimento	Montante em STN	Desconto	Total
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0013)	STN	97.087.379	3,00%	24/02/2022	97.087.379	2.912.621	100.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0014)	STN	53.398.058	3,00%	10/03/2022	53.398.058	1.601.942	55.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0015)	STN	36.058.248	4,00%	19/05/2022	36.058.248	1.441.752	37.500.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0016)	STN	47.963.010	4,25%	20/08/2022	47.963.010	2.036.990	50.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0017)	STN	114.425.723	4,23%	17/09/2022	114.425.723	4.832.832	119.258.555
					348.932.418	12.826.137	361.758.555

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os títulos estão registados pelo seu valor nominal. O valor do desconto encontra-se registado na rubrica “Receitas com proveitos diferidos – Obrigações e outros títulos” (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco apenas dispunha na sua carteira Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe.

## 8. IMOBILIZAÇÕES

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	31-12-2021					Abates				31-12-2022		
	Ativo	Amortizações	Ativo	Aquisições	Amortizações	Ativo	Amortizações	Imparidade	Transferências	Ativo	Amortizações	Ativo
	Bruto	acumuladas e imparidade	líquido			Bruto	acumuladas			Bruto	acumuladas e imparidade	líquido
<b>Imobilizações corpóreas</b>												
Imóveis de serviço próprio	269 704 179	(83 075 769)	186 628 410	-	(7 287 277)	(402 511)	-	-	-	269 301 669	(90 363 045)	178 938 623
Mobiliário e material	38 294 108	(32 739 262)	5 554 846	169 070	(2 626 080)	(1 207 532)	412 573	-	36 675	37 292 321	(35 751 564)	1 540 758
Maquinas e ferramentas	35 077 232	(26 454 939)	8 622 293	3 148 784	(2 931 746)	-	-	-	1 863 013	40 089 029	(29 386 318)	10 702 711
Equip. Informático-hardware	28 966 269	(24 162 825)	4 803 444	1 136 051	(2 997 908)	(45 081)	9 392	-	3 605 979	33 663 219	(27 150 211)	6 513 008
Instalações interiores	14 483 234	(10 146 845)	4 336 389	551 198	(1 299 123)	-	-	-	32 698	15 067 130	(11 444 839)	3 622 291
Material de Transporte	11 039 076	(6 899 304)	4 139 772	-	(1 642 230)	(1 630 783)	1 630 783	-	1 389 640	10 797 933	(6 909 622)	3 888 311
Equipamentos de Segurança	4 881 802	(3 265 152)	1 616 650	29 753	(357 122)	-	-	-	-	4 911 554	(3 622 140)	1 289 414
Outros Equipamentos	2 876 573	(1 999 909)	876 664	-	(237 129)	-	-	-	-	2 876 573	(2 237 038)	639 535
Património artístico	1 084 005	-	1 084 005	-	-	-	-	-	-	1 084 005	-	1 084 005
	<b>406 406 478</b>	<b>(188 744 005)</b>	<b>217 662 473</b>	<b>5 034 857</b>	<b>(19 378 614)</b>	<b>(3 285 906)</b>	<b>2 052 748</b>	<b>-</b>	<b>6 928 005</b>	<b>415 083 433</b>	<b>(206 094 022)</b>	<b>208 989 411</b>
<b>Imobilizações incorpóreas</b>												
Equip. Informático-software	43 107 386	(37 881 232)	5 226 155	817 824	(3 066 266)	-	-	-	2 142 486	46 067 696	(40 947 497)	5 120 199
Outros	55 156	(55 156)	-	-	-	-	-	-	-	55 156	(55 156)	-
	<b>43 162 543</b>	<b>(37 936 388)</b>	<b>5 226 155</b>	<b>817 824</b>	<b>(3 066 266)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 142 486</b>	<b>46 122 853</b>	<b>(41 002 654)</b>	<b>5 120 199</b>
<b>Imobilizações em curso</b>												
Imobilizações incorpóreas	2 142 486	-	2 142 486	551 021	-	-	-	-	(2 142 486)	551 021	-	551 021
Imóveis de serviço próprio	888 220	-	888 220	5 941 218	-	-	-	-	-	6 829 438	-	6 829 438
Mobiliário e material	36 675	-	36 675	-	-	-	-	-	(36 675)	-	-	-
Máquinas e ferramentas	2 288 825	-	2 288 825	79 184	-	-	-	-	(2 340 578)	27 431	-	27 431
Equipamento informático	2 459 824	-	2 459 824	-	-	-	-	-	(2 459 824)	-	-	-
Instalações interiores	753 040	-	753 040	-	-	-	-	-	(701 288)	51 752	-	51 752
Material de Transporte	1 389 640	-	1 389 640	956 921	-	-	-	-	(1 389 640)	956 921	-	956 921
	<b>9 958 711</b>	<b>-</b>	<b>9 958 711</b>	<b>7 528 343</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9 070 491)</b>	<b>8 416 564</b>	<b>-</b>	<b>8 416 564</b>
<b>Imobilizações financeiras</b>												
SPAUT	2 940 000	(2 940 000)	-	-	-	-	-	2 940 000	-	2 940 000	(2 940 000)	-
	<b>2 940 000</b>	<b>(2 940 000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 940 000</b>	<b>-</b>	<b>2 940 000</b>	<b>(2 940 000)</b>	<b>-</b>
	<b>462 467 732</b>	<b>(229 620 393)</b>	<b>232 847 339</b>	<b>13 381 024</b>	<b>(22 444 880)</b>	<b>(3 285 906)</b>	<b>2 052 748</b>	<b>2 940 000</b>	<b>-</b>	<b>472 562 849</b>	<b>(250 036 676)</b>	<b>222 526 173</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Imobilizações Financeiras – SPAUT”, refere-se a uma participação de 5,364%, correspondente a 120 ações, na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT), cujo capital social ascende a STN 54.806.500.

No exercício de 2017, o Banco provisionou em 100% esta participação, em resultado da ausência de informação financeira auditada e consequente baixa perspectiva, por parte do Conselho de Administração do Banco, de recuperabilidade futura. Embora em 2020 a SPAUT tenha iniciado um processo de reestruturação do seu modelo de negócio, visando uma melhoria substancial na qualidade de serviço e inclusão de novos serviços de pagamento na rede Dobra24, o BISTP, prudencialmente, mantém a sua participação provisionada em 100%.

Em 2022, o Banco efetuou obras de melhoria e requalificação de imóveis próprios, em particular no edifício onde funciona a Agência de Mercado, não estando as obras concluídas em 31 de dezembro de 2022.

## 9. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito	56 606 251	49 554 960
Adiantamentos - Cash advance	1 698 033	551 906
Western Union	1 150 345	1 083 785
Imposto sobre rendimento (IRC) a receber	253 962	-
Cartões VISA	2 425 286	3 014 661
Outros	2 311 840	591 739
	<u>64 445 717</u>	<u>54 797 050</u>
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 15)	(21 586 051)	(16 860 182)
	<u>42 859 666</u>	<u>37 936 868</u>

Os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito têm uma maior relevância ao nível dos “Outros Ativos”. No exercício de 2022 o Banco recebeu um imóvel em dação por recuperação de crédito pelo valor de STN 7.292.984, levando ao aumento desta rubrica.

O Conselho de Administração confirma que mantém a intenção de proceder à alienação dos imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito.

A rubrica “Cartões VISA” diz respeito aos valores pendentes de compensação pela rede VISA.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Outros” inclui adiantamentos de subsídios de licença de maternidade para os quais o Banco aguarda reembolso da Segurança Social, títulos a receber (ordens bancárias) extraviados e valores a receber de devedores contenciosos, nos montantes de STN 320.319, STN 399.056 e STN 203.844, respetivamente. Nesta rubrica também está refletido o montante de STN 1.197.469, relacionado com uma operação de alienação de um imóvel de uso próprio, cujo a data expectável para a transferência definitiva da propriedade ao comprador é 10/06/2026, data em que termina o crédito concedido para financiar a aquisição do referido imóvel.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco passou a deduzir as provisões de cobrança duvidosa para outros devedores ao saldo da rubrica de “Outros ativos” (Nota 16).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição por antiguidade da carteira dos imóveis no Banco é a seguinte:

<b>Ano de Aquisição</b>	<b>Saldo em 31-12-2021</b>	<b>Movimento em 2022</b>		<b>Saldo em 31-12-2022</b>
		<b>Entradas</b>	<b>Alienações</b>	
Anterior a 2012	241 693	-	(241 693)	-
2012	2 211 563	-	-	2 211 563
2013	2 240 398	-	-	2 240 398
2015	980 000	-	-	980 000
2016	4 777 500	-	-	4 777 500
2019	19 038 000	-	-	19 038 000
2020	4 140 806	-	-	4 140 806
2021	15 925 000	-	-	15 925 000
2022	-	7 292 984	-	7 292 984
<b>Total</b>	<b>49 554 960</b>	<b>7 292 984</b>	<b>(241 693)</b>	<b>56 606 251</b>

<b>Ano de Aquisição</b>	<b>Saldo em 31-12-2020</b>	<b>Movimento em 2021</b>		<b>Saldo em 31-12-2021</b>
		<b>Aquisições</b>	<b>Alienações</b>	
Anterior a 2012	241 693	-	-	241 693
2012	2 211 563	-	-	2 211 563
2013	2 240 398	-	-	2 240 398
2014	-	-	-	-
2015	980 000	-	-	980 000
2016	4 777 500	-	-	4 777 500
2017	1 436 328	-	(1 436 328)	-
2018	-	-	-	-
2019	19 038 000	-	-	19 038 000
2020	4 140 806	-	-	4 140 806
2021	-	15 925 000	-	15 925 000
<b>Total</b>	<b>35 066 288</b>	<b>15 925 000</b>	<b>(1 436 328)</b>	<b>49 554 960</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor bruto e as provisões constituídas para os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito resumem-se como se segue:

Ano de Aquisição	2022			2021		
	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido
Anterior a 2012	-	-	-	241.693	(241.693)	-
2012	2.211.563	(2.211.563)	-	2.211.563	(2.211.563)	-
2013	2.240.398	(2.240.398)	-	2.240.398	(2.240.398)	-
2014	-	-	-	-	-	-
2015	980.000	(755.417)	224.583	980.000	(755.417)	224.583
2016	4.777.500	(4.080.781)	696.719	4.777.500	(3.483.594)	1.293.906
2017	-	-	-	-	-	-
2018	-	-	-	-	-	-
2019	19.038.000	(8.130.813)	10.907.188	19.038.000	(5.751.063)	13.286.938
2020	4.140.805	(517.600)	3.623.205	4.140.805	(517.601)	3.623.204
2021	15.925.000	(3.649.479)	12.275.521	15.925.000	(1.658.854)	14.266.146
2022	7.292.984	-	7.292.984	-	-	-
<b>Total</b>	<b>56.606.250</b>	<b>(21.586.051)</b>	<b>35.020.199</b>	<b>33.629.959</b>	<b>(16.860.182)</b>	<b>32.694.777</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco tem registadas provisões no montante de STN 22.226.152 e STN 16.860.182, respetivamente, para fazer face a menos-valias na realização destes imóveis. Estas provisões são calculadas de acordo com o divulgado na Nota 2.2 d).

Em 2021, foram celebrados dois contratos de promessa de compra e venda para 2 imóveis adquiridos em 2015 e 2020 cujas escrituras só se irão realizar aquando da liquidação dos respetivos créditos concedidos pelo Banco, pelo que o critério de provisionamento não foi alterado.

O movimento de imparidade sobre estes saldos poderá ser consultado na Nota 15.

## 10. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Proveitos a receber:		
Outras comissões	245 975	1 542 915
Despesas com custos diferido:		
Licenças de software	1 494 429	1 012 893
Seguros	1 630 303	831 693
Rendas	85 015	85 015
Outras despesas	2 854 510	883 655
	6 064 256	2 813 257
Outras contas de regularização do ativo		
Outros	177 877	227 176
	6 488 109	4 583 348

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Proveitos a receber – Outras comissões” refere-se essencialmente às comissões de cobrança de receitas aduaneiras das alfândegas de S. Tomé por liquidar.

A rubrica “Despesas com custos diferido” corresponde a pagamentos por conta de fornecimentos e serviços de terceiros que, de acordo com os respetivos contratos os serviços serão prestados em períodos futuros. Estes serviços

encontram-se maioritariamente relacionados com licenças de software e seguros. A rubrica “Outras despesas” na categoria de “Despesas com custos diferido” refere-se essencialmente ao custo de licença do software adquirido à empresa Dixtior, no exercício de 2022 e no montante de STN 2 236 562.

## II. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Depósitos à ordem:</b>		
Residente em moeda nacional:		
Organismos autónomos e empresas privadas	831 461 851	630 516 512
Particulares	596 077 430	494 328 303
Organismos estatais e empresas públicas	244 268 591	253 135 347
	<b>1 671 807 872</b>	<b>1 377 980 162</b>
Residentes em moeda estrangeira:		
Organismos autónomos e empresas privadas	219 244 776	228 559 533
Particulares	218 568 155	220 856 349
Organismos estatais e empresas públicas	46 212 819	110 018 388
	<b>484 025 750</b>	<b>559 434 270</b>
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares	15 897 695	14 882 546
Total de depósitos à ordem (1)	<b>2 171 731 317</b>	<b>1 952 296 978</b>
<b>Depósitos a prazo :</b>		
Residentes em moeda nacional		
Particulares	127 617 745	146 391 005
Organismos autónomos e empresas privadas	1 936 046	4 196 091
	<b>129 553 791</b>	<b>150 587 097</b>
Residentes em moeda estrangeira		
Organismos autónomos e empresas privadas	230 069	216 757
Particulares	33 314 619	40 372 127
	<b>33 544 688</b>	<b>40 588 884</b>
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares		
Organismos autónomos e empresas privadas	-	158 301
	-	158 301
Juros a pagar de depósitos a prazo de clientes	1 219 480	2 497 869
Total de depósitos a prazo (2)	<b>164 317 958</b>	<b>193 832 150</b>
Total de depósitos de clientes (3) = (1) + (2)	<b>2 336 049 275</b>	<b>2 146 129 128</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos a prazo de clientes (exclui juros a pagar de depósitos a prazo) apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2022		2021	
	Taxa de Juro	Montante	Taxa de Juro	Montante
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	3,99%	129.553.791	3,77%	150.587.097
Em Dólares dos Estados Unidos	1,86%	24.960.694	0,58%	26.651.194
Em Euros	1,17%	7.598.496	0,02%	12.128.127
Em Libras Esterlinas	1,37%	985.497	0,19%	1.967.864
		<u>163.098.478</u>		<u>191.334.282</u>

Os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2022			2021		
	Capital	Juro	Total	Capital	Juro	Total
Até três meses	22.335.435	13.398	22.348.833	15.833.872	14.935	15.848.808
De três a 1 ano	80.495.924	221.369	80.717.293	25.425.370	65.811	25.491.181
De 1 ano a 5 anos	34.612.118	84.515	34.696.634	111.940.369	1.184.935	113.125.304
Mais de 5 anos	25.655.000	900.198	26.555.198	38.134.670	1.232.187	39.366.857
Duração indeterminada	-	-	-	-	-	-
	<u>163.098.478</u>	<u>1.219.480</u>	<u>164.317.958</u>	<u>191.334.282</u>	<u>2.497.869</u>	<u>193.832.150</u>

## 12. RECURSOS DE OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Moeda nacional</b>		
Cheques a Cobrar	9.301.475	7.897.811
Valores Consignados	-	24
	<u>9.301.475</u>	<u>7.897.835</u>
<b>Moeda estrangeira</b>		
Recursos de clientes	-	1.026.774
Outros recursos de particulares	415.152	298.532
Recursos de intuições financeiras	47.871	27.336
	<u>463.022</u>	<u>1.352.641</u>
	<u>9.764.497</u>	<u>9.250.476</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica “Cheques e cobrar” refere-se ao valor de cheques visados que aguardam o seu levantamento.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica de “Recursos de clientes” referia-se a montantes depositados no Banco cujos beneficiários e ordenantes eram desconhecidos. Tratando-se de valores com antiguidade superior a 5 anos e não existindo qualquer perspectiva de reclamação dos montantes, o Banco procedeu à sua regularização em 2022 por contrapartida de “Outros Resultados de Exploração (Nota 23)

## 13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Credores:</b>		
Caução para operações de crédito	23 690 433	12 406 053
Caução por abertura de créditos documentários	22 246 772	21 339 485
Fornecedores	5 072 341	7 941 675
Acionistas	254 021	28 133 030
Outros credores	68 723	117 205
Imposto de selo sobre operações bancárias	875 667	751 568
Retenção na fonte sobre rendimento de capitais	495 146	189 216
Imposto sobre o consumo	689 956	574 733
Outros impostos e tributos	760 854	513 651
Retenção na fonte sobre trabalho independente	1 905 748	1 083 273
	<u>56 059 658</u>	<u>73 049 889</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Caução para operações de crédito apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Caução para operação de crédito</b>		
Linha de crédito Compran	7 350 000	-
Imóveis alienados - imóveis em dação (Nota 9)	6 125 000	4 532 500
Cauções diversas	3 555 910	4 900
Imóveis alienados - imóveis de uso próprio (Nota 8)	2 450 000	2 450 000
Outras cauções para operações de crédito	4 209 522	5 418 653
	<u>23 690 433</u>	<u>12 406 053</u>

Em 31 de Dezembro de 2022, a “Linha de crédito da Compran” corresponde ao montante recebido pelo Banco no âmbito do acordo de parceira celebrado com o Projecto de apoio à comercialização, à produtividade agrícola e a nutrição (Compran), a título de fundo de garantia para as linhas de crédito a serem concedidas pelo Banco no decurso do referido acordo.

Em 31 de Dezembro de 2022, rubrica “Cauções diversas” continha o valor de STN 3550.926 consignado pelo Banco, a pedido do Projecto de apoio à comercialização, à produtividade agrícola e a nutrição (Compran), para financiar micro projeto selecionado pela referida entidade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica “Caução por abertura de créditos documentários diz respeito a cauções efetuadas para garantia de cobertura das operações de crédito documentário em carteira, em particular a operação de CDI destinada a importação de combustível. Estas operações são autorizadas pela Comissão Executiva (CE).

A redução da rubrica “Acionistas” decorre da transferência de fundos ao acionista CGD, provenientes dos seus dividendos acumulados.

#### 14. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Custos a pagar:</b>		
Férias e subsídio de férias	9 293 583	9 546 003
Prémio de produtividade	11 000 041	10 003 831
Prémio de antiguidade	9 656 310	3 468 910
Outros custos a pagar	7 595 784	1 306 620
	<u>37 545 718</u>	<u>24 325 364</u>
<b>Receitas com proveito diferido:</b>		
Empréstimo e créditos em conta corrente	10 052 574	20 532 676
Obrigações e outros títulos	7 451 362	5 992 941
Garantias e avales prestados	1 068 303	28 769
Outras receitas	51 156	9 625
	<u>18 623 394</u>	<u>26 564 011</u>
<b>Outras contas de regularização:</b>		
Compensação sistema de pagamentos	8 264 614	9 478 684
Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 19)	15 791 456	9 759 061
	<u>80 225 181</u>	<u>70 127 120</u>

O prémio de produtividade referentes aos exercícios de 2022 e 2021, eleva-se a STN 11.000.041 e STN 10.003.831, respetivamente (Nota 2.2. k.).

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de “Outros custos a pagar” refere-se principalmente às periodificações dos custos com serviços de auditoria e de manutenção da ligação à rede Swift, nos montantes de STN 2.655.391 e STN 1.971.910, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica “Receitas com proveito diferido – Empréstimos e créditos em conta corrente” refere-se ao diferimento das comissões associadas as operações de crédito. A redução do saldo desta rubrica está relacionada com a maturidade das operações de crédito que lhe deram origem.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo da rubrica “Outras contas de regularização -Compensação sistema de pagamentos” refere-se ao saldo a pagar relativo à compensação do sistema automático de pagamentos.

## 15. PROVISÕES

O movimento das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022				Saldo em 31-12-2022
	Saldo em 31-12-2021	Dotação líquida	Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	
<b>A deduzir ao ativo</b>					
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	214 958 384	(7 812 828)	(150 400 354)	1 097 234	57 842 435
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2 940 000	-	-	-	2 940 000
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9)	16 860 182	4 983 766	(241 693)	(16 204)	21 586 051
	<b>234 758 566</b>	<b>(2 829 062)</b>	<b>(150 642 047)</b>	<b>1 081 030</b>	<b>82 368 486</b>
<b>Reconhecida na situação líquida</b>					
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)	12 413 202	(1 541 968)	-	4 358	10 875 591
Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)	263 900	1 772 263	-	16 204	2 052 367
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	709 103	392 918	-	(163 968)	938 053
Outras provisões (Nota 16)	1 193 004	2 217 783	-	-	3 410 787
	<b>14 579 210</b>	<b>2 840 995</b>	<b>-</b>	<b>(143 406)</b>	<b>17 276 798</b>
	<b>249 337 775</b>	<b>11 933</b>	<b>(150 642 047)</b>	<b>937 624</b>	<b>99 645 285</b>
	2021				
	Saldo em 31-12-2020	Dotação líquida	Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	Saldo em 31-12-2021
<b>A deduzir ao ativo</b>					
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	219 407 943	3 434 969	(8 947 562)	1 063 035	214 958 384
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2 940 000	-	-	-	2 940 000
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9)	10 005 932	7 081 782	(211 328)	(16 204)	16 860 182
	<b>232 353 875</b>	<b>10 516 750</b>	<b>(9 158 890)</b>	<b>1 046 831</b>	<b>234 758 566</b>
<b>Reconhecida na situação líquida</b>					
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)	16 645 357	(4 237 882)	-	5 727	12 413 202
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	735 702	5 898	-	(32 496)	709 103
Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)	2 568 742	-	(2 321 046)	16 204	263 900
Outras provisões (Nota 16)	1 410 787	(217 783)	-	-	1 193 004
	<b>21 360 589</b>	<b>(4 449 768)</b>	<b>(2 321 046)</b>	<b>(10 565)</b>	<b>14 579 210</b>
	<b>253 714 463</b>	<b>6 066 982</b>	<b>(11 479 936)</b>	<b>1 036 266</b>	<b>249 337 775</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica “Outras provisões” destina-se a fazer face a contingências relacionadas com processos judiciais e contraordenacionais. Em 2022, estas provisões foram reforçadas essencialmente para fazer face a um processo contraordenacional.

## 16. MOVIMENTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

O movimento nas rubricas da situação líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Capital	Reservas				Total	Provisões diversas	Resultado líquido do exercício	Total
		Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras				
Saldos em 31-12-2020	166 600 000	44 552 461	892 214	31 139 164	125 617 727	202 201 566	21 360 589	35 610 772	425 772 927
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	3 561 077	-	-	10 683 231	14 244 309	-	(14 244 309)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(21 366 463)	(21 366 463)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	62 844 253	62 844 253
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(6 781 379)	-	(6 781 379)
Saldos em 31-12-2021	166 600 000	48 113 538	892 214	31 139 164	136 300 958	216 445 874	14 579 210	62 844 253	460 469 337
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	6 284 425	-	-	18 853 276	25 137 701	-	(25 137 701)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(37 706 552)	(37 706 552)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	95 170 171	95 170 171
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	2 697 588	-	2 697 588
Saldos em 31-12-2022	166 600 000	54 397 963	892 214	31 139 164	155 154 234	241 583 576	17 276 799	95 170 171	520 630 545

### Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social do Banco estava representado por 150,000,000 ações, com um valor nominal de mil Dobras de São Tomé e Príncipe, integralmente subscritas e realizadas.

No decorrer do exercício de 2017, o Banco deliberou realizar um aumento de capital, no valor de STN 16.600.000, através da incorporação de reservas de reavaliação cambial constituídas em exercícios passados. O número de ações representativas do capital social do Banco foi aumentado de 150.000.000 em 31 de dezembro de 2016 para 166.600.000 em 31 de dezembro de 2017. O valor nominal das ações foi mantido em STN 1.000.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a estrutura acionista do Banco, detalhada por número de ações, é a seguinte:

	<b>2022</b>	<i>Unid: mSTN</i>
	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Príncipe	79.968.000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44.982.000	27%
Banco Angolano de Investimento- Angola	41.650.000	25%
	166.600.000	100%
	<b>2021</b>	
	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Príncipe	79.968.000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44.982.000	27%
Banco Angolano de Investimento- Angola	41.650.000	25%
	166.600.000	100%

## RESERVA LEGAL

De acordo com a alínea a) do Artigo 23º dos Estatutos do BISTP, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado

líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas, ou para incorporação no capital.

## RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Esta reserva resulta de reavaliações do imobilizado corpóreo efetuadas em exercícios anteriores e enquadradas na legislação anteriormente em vigor, que previa a reavaliação do ativo imobilizado através da aplicação de coeficientes de desvalorização cambial. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no montante de STN 892.214, resulta das reavaliações efetuadas pelo Banco até ao exercício de 1998.

Através da entrada em vigor do Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, esta reavaliação assumiu um carácter opcional, apenas podendo ser utilizada para aumento de capital (Nota 2.2 b)).

## RESERVA DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Na sequência do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 1/02, de 10 de janeiro, revogada através da Norma de Aplicação Permanente nº 28/11, de 30 de dezembro, por forma a reter parte dos lucros gerados em moeda nacional em resultado da desvalorização cambial, o Banco atualizava os ativos líquidos em moeda estrangeira, sendo que os impactos desta reavaliação cambial eram registados numa reserva especial de reavaliação cambial, incluída nos fundos próprios do Banco. A partir de março de 2008, com a

entrada em vigor da NAP nº 11/07, de 26 de novembro, a reavaliação da posição cambial em divisas passou a ser registada em resultados do exercício.

Adicionalmente, em 2014, o Banco incorporou nesta rubrica a provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro constituída em 2008, referente ao período compreendido entre 1 de março e 31 de dezembro de 2008, e acrescida do impacto da atualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 no montante total de mSTN 1.904.626.

No exercício de 2017 a reserva de reavaliação foi reduzida em STN 16.600.000, decorrente do aumento de capital deliberado pelo Banco (incorporação de reservas).

Esta reserva não é distribuível e apenas pode ser utilizada para efeitos de aumento de capital.

## PROVISÕES DIVERSAS

A rubrica de provisões diversas apresentada na situação líquida do Banco inclui provisões para riscos gerais de crédito (Nota 2.2 c), Nota 6 e Nota 15), provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 2.2 c), Nota 15, e Nota 18) e outras provisões (Nota 15). O registo destas provisões na situação líquida do Banco está conforme o definido no PCIF.

## 17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ACCIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais saldos e transações mantidos com os acionistas do Banco são os seguintes:

<i>Unid: mSTN</i>	2022	2021
<b>Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)</b>		
Caixa Geral de Depósitos	71.871.861	56.968.539
	71.871.861	56.968.539
<b>Créditos e Outros sobre instituições de crédito</b>		
Caixa Geral de Depósitos (Nota 5)	-	97.576.514
Estado de S. Tomé e Príncipe (Nota 6)	298.123.389	111.138.180
	298.123.389	208.714.694
<b>Obrigações e outros títulos (Nota 7)</b>		
Estado de S. Tomé e Príncipe	420.128.205	361.758.555
	420.128.205	361.758.555
<b>Outros Ativos (Nota 9)</b>		
Caixa Geral de Depósitos	1.698.033	551.906
	1.698.033	551.906
<b>Recursos de Clientes (Nota 11)</b>		
Estado de S. Tomé e Príncipe	290.481.410	363.153.735
	290.481.410	363.153.735
<b>Outros Passivos (Nota 13)</b>		
Caixa Geral de Depósitos	68.723	28.133.030
	68.723	28.133.030
<b>Extrapatrimoniais (Nota 18)</b>		
Caixa Geral de Depósitos	20.540.879	17.271.030
	20.540.879	17.271.030
<b>Margem Financeira (Nota 20)</b>		
Caixa Geral de Depósitos	128.919	94.572
Estado de S. Tomé e Príncipe	34.266.135	17.785.304
	34.395.054	17.879.876

## 18. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
<i>Unid: mSTN</i>		
<b>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</b>		
Garantias e avales prestados	40.968.407	17.571.545
Créditos documentários abertos	20.540.879	17.271.030
	<u>61.509.286</u>	<u>34.842.575</u>
<b>Responsabilidade por prestação de serviços:</b>		
Cobrança de valores sobre o estrangeiro	10.480.350	4.834.552
Depósitos e guarda de valores	1.080.000	1.080.000
	<u>11.560.350</u>	<u>5.914.552</u>
<b>Responsabilidades de terceiros:</b>		
Garantias reais	<u>1.396.230.357</u>	<u>1.434.411.748</u>
<b>Outras contas extrapatrimoniais:</b>		
Consignações	399.664	160.283
Contas diversas	176.670.768	26.742.788
	<u>177.070.433</u>	<u>26.903.070</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para garantias e avales prestados apresenta m os seguintes valores:

	2022	2021
Provisão para garantias e avales prestados (Nota 15)	<u>938.053</u>	<u>709.103</u>

As provisões para garantias e avales prestados são apresentadas na rubrica de

provisões diversas incluída na situação líquida do Banco (Nota 16), conforme definido no PCIF.

Tal como descrito na Nota 2.2 c), em 31 de dezembro de 2019 as provisões constituídas são equivalentes a 2% do total das exposições extrapatrimoniais apurado conforme o Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3.

## 19. IMPOSTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos relativos ao imposto sobre o rendimento foram apurados da seguinte forma:

	2022	2021
<i>Unid: mSTN</i>		
<b>Resultado antes de imposto</b>	130 337 178	84 880 003
<b>Ajustamentos:</b>		
Impostos pago em nome de terceiro (Artº 30, nº 1, alinea d))		
Salários e outros remunerações a pagar (Art. 30º, nº 3, alinea c))	(252 420)	(321 647)
Prémio de desempenho a pagar (Art.30º, nº 3, alinea c))	996 210	1 982 566
Prémio de antiguidade a pagar (Art.30º, nº 3, alinea c))	7 276 161	(167 999)
Multas e demais sanções (Artº 30.1 e)	-	-
Seguro de Vida (Art.30º, 3 a))	1 085 283	782 271
Amortizações não dedutíveis (Art.40º, nº 1, alinea e))	504 430	396 453
Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (Art.30º, nº 2)	586 757	573 166
Combustível viaturas (Art. 30º, 2)	134 427	18 186
Despesas de representação (Art. 31º, 3)		
<b>Materia coletável</b>	<u>140 668 026</u>	<u>88 273 676</u>
Imposto sobre o rendimento (Taxa de 25%)	35 167 007	22 035 750
Excesso de estimativa de imposto de exercícios anteriores		
Imposto corrente do exercício (1)	<u>35 167 007</u>	<u>22 035 750</u>
Pagamentos por conta (2)	16 526 813	3 126 791
Retenções na fonte (3)	<u>2 848 738</u>	<u>9 149 899</u>
<b>Imposto a pagar (4) = (1) - (2) - (3)</b>	<u>15 791 456</u>	<u>9 759 061</u>

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2018 a 2022. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O saldo da rubrica “Retenções na fonte” refere-se essencialmente às retenções na fonte à taxa de 20%, aplicadas aos juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe, conforme referido na Nota 2.2 h).

## 20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

<i>Unid: mSTN</i>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Juros e proveitos equiparados</b>		
De crédito concedido	108 779 464	101 906 654
De obrigações e outros títulos	17 017 463	12 772 748
Comissões associadas a operações de crédito	10 729 058	9 004 060
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	3 754 079	652 416
Outros	-	-
	<u>140 280 064</u>	<u>124 335 878</u>
<b>Juros e custos equiparados:</b>		
De depósitos de clientes	(5 602 054)	(5 885 089)
Outros	-	(5 500)
	<u>(5 602 054)</u>	<u>(5 890 589)</u>

Os juros de crédito cresceram com o impulso de créditos de curto prazo, em particular os adiantamentos (descobertos) feitos ao Estado para pagamento dos salários da função pública.

Os juros de obrigações e outros títulos são formados por juros provenientes de Bilhetes de Tesouro. Em face do incremento do risco de mercado, o Banco exigiu uma taxa mais elevada para subscrição desses títulos de dívida soberana.

Os juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro, são formados por juros provenientes de aplicações no exterior, em particular em dólares americanos.

Os juros pagos sobre os depósitos de clientes registaram uma queda, em resultado de uma tendência decrescente da carteira de depósitos a prazo.

## 21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

<i>Unid: mSTN</i>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Rendimento de serviços e comissões:</b>		
Comissões de transferência	53 232 342	45 209 922
Comissões de garantias e avales	1 824 804	1 326 595
Comissões de créditos documentários à importação	5 213 910	7 155 883
Comissão de intervenção	1 848 981	2 687 349
Comissão de risco	201 318	207 873
Outras comissões	19 895 471	11 736 158
Proveitos de Operações Cambiais	27 246 333	24 464 503
Comissão de manutenção de conta	8 848 277	7 625 216
Comissão de imobilização de conta	902 654	913 918
	<b>119 214 089</b>	<b>101 327 417</b>
<b>Encargos com serviços e comissões:</b>		
Manutenção de cartões	(10 543 722)	(7 407 116)
Serviços bancários prestados por conta de terceiros	(7 376 080)	(10 438 872)
Taxas de serviço	(1 393 305)	(881 054)
Outras comissões	(1 965 097)	(1 060 944)
Por compromissos assumidos por terceiros	(210 131)	(156 634)
	<b>(21 488 336)</b>	<b>(19 944 621)</b>
	<b>97 725 753</b>	<b>81 382 796</b>

A rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões - Outras Comissões" diz essencialmente respeito a comissões de venda de moeda, de manutenção de contas de depósitos à ordem e de transferências de valores.

A rubrica "Proveitos de Operações Cambiais" refere-se às comissões obtidas nas operações de venda de euros. Esta comissão foi definida em 2% pelo Banco Central, em resultado da fixação da paridade cambial entre o euro e a moeda local a partir de janeiro de 2018.

## 22. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Unid: mSTN	2022			2021		
	Prejuízos	Lucros	Líquido	Prejuízos	Lucros	Líquido
Resultados de operações cambiais - resultados de operação de compra e venda de divisas e notas e moedas	(2.634)	35.786.887	35.784.253	(801)	22.880.074	22.879.272
Resultados de reavaliação cambial	(752.801)	14.084.804	13.332.004	(66.009)	5.348.113	5.282.104
	<b>(755.435)</b>	<b>49.871.692</b>	<b>49.116.257</b>	<b>(66.810)</b>	<b>28.228.187</b>	<b>28.161.377</b>

A valorização do dólar americano face ao euro no mercado internacional, ocorrida ao longo do ano de 2022, associado a uma posição longa que o Banco mantém nesta moeda estrangeira, contribuiu para um maior proveito cambial.

### 23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Unid: mSTN	2022	2021
<b>Outros proveitos de exploração</b>		
Prestação de serviços bancários diversos	21 483 547	12 679 571
Outros	4 543 985	3 382 319
Reembolso de despesas bancárias	3 500 401	3 546 147
Recuperação de créditos incobráveis	2 954 988	5 260 513
Mais valias na venda de imobilizado	156 125	1 605 763
	<u>32 639 046</u>	<u>26 474 313</u>
<b>Outros custos de exploração</b>		
Quotizações e donativos	(1 344 306)	(831 094)
Impostos e taxas	(2 011 538)	(1 238 771)
Outros	(2 767 437)	(278 713)
	<u>(6 123 281)</u>	<u>(2 348 578)</u>
	<u>26 515 764</u>	<u>24 125 735</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica “Prestação de serviços bancários diversos” inclui essencialmente proveitos com a venda de cartões de débito e cadernetas de cheques. Em 2022 os proveitos obtidos com a venda de cartões de débitos e cadernetas de cheques foram de STN 9.701.243 e STN 8.600.026, respectivamente, ao passo que em 2021 os proveitos obtidos foram de STN 2.370.734 e STN 8.298.528. A variação verificada face a 2021, deve-se a venda de cartões de débito feitos pelo banco, no âmbito de uma parceira que o Banco fez com um projeto de apoio à famílias vulneráveis.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica impostos e taxas inclui as entregas antecipadas de Imposto do Selo, nos montantes de STN 1.845.023 e STN 793.701, respetivamente.

### 24. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	10 490 570	11 694 396
Remuneração dos empregados	62 680 947	62 154 933
Prémio de produtividade	8 943 455	7 994 702
Encargos sociais obrigatórios	3 339 167	3 348 761
Encargos sociais facultativos	1 402 816	422 138
Prémios de antiguidade (Nota 2.2 j))	10 852 516	88 883
Outros	447 979	122 500
<b>Total</b>	<b>98 157 451</b>	<b>85 826 313</b>

O montante total de remunerações atribuídas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização, no exercício de 2022 foi de STN 20.566.892,28.

Total de Remunerações Atribuídas no Exercício de 2022 e 2021 (Valores expressos em STN)		
Conselho de Administração	9.919.375	11.343.173
Conselho Fiscal	480.884	383.055
Órgão de Direção	5.884.232	9.784.094
Órgão de Fiscalização	4.282.402	3.551.660
<b>Total</b>	<b>20.566.89</b>	<b>25.061.982</b>

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o montante de crédito junto do Banco que os membros dos órgãos de administração, de direção e de fiscalização possuíam era de STN 4.573.167 e STN 6.737.945, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco tinha ao seu serviço 142 e 148 empregados efetivos, respetivamente. Entretanto, a média dos trabalhadores ao longo do ano foi de 144, conforme a distribuição do quadro abaixo.

Efetivo médio dos trabalhadores ao longo de 2022	
Direção	7
Técnicos	49
Administrativos	73
Auxiliares	15
<b>Total</b>	<b>144</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Custos com Pessoal - Outros” inclui STN 399.230 e STN 56.642 referentes a gastos com voucher e festas de confraternização nos respetivos anos.

A rubrica de encargos sociais obrigatórios diz respeito aos encargos com a Segurança Social e o subsídio de morte. Quanto aos encargos facultativos, esta rubrica é constituída por serviços médico sociais, internamento hospitalar assim como assistência médica e medicamentos.

A rubrica “Prémio de produtividade” (Participação de Lucros) diz respeito a uma estimativa da Comissão Executiva, a qual será objeto de ratificação por parte da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais em 2023.

## 25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Água, energia e combustível	6 956 647	8 193 329
Comunicações	8 536 775	9 195 509
Conservação e reparação	3 209 014	2 635 793
Impressos e material de consumo corrente	1 956 099	2 950 429
Serviços de informática	6 317 124	5 450 999
Rendas e alugueres	3 900 416	4 272 796
Segurança e vigilância	2 778 248	2 979 831
Auditoria e Consultorias	3 964 162	1 234 800
Viagens e representação	2 223 844	1 295 431
Publicidade	1 176 933	1 758 752
Avenças, honorários e outros trabalhos indepen	2 139 310	2 472 546
Seguro	1 797 970	1 452 873
Transporte de Valores	1 704 287	1 646 156
Outros	10 423 515	5 613 146
	<u>57 084 342</u>	<u>51 152 390</u>

ao fator inflação, impulsionaram o aumento do custo com serviços informáticos.

Os custos com serviços de Auditoria e Consultorias registaram um aumento em 2022, tendo ficado em STN 3.964.162.

Em 2022 e 2021, na rubrica “Outros” destacam-se as despesas com o serviço Visa, nos montantes de STN 6.985.612 e STN 2.124.361, respetivamente.

Em 2022 os gastos com Água, Energia e Combustível elevou-se a STN 6.981.684, evidenciando uma redução face a 2021, justificada pelo facto de uma agência ter estado encerrada para obras ao longo de 2022.

O custo com Comunicações em 2022 elevou-se a STN 8.536.775, sendo um montante menor ao registado em 2021. Esta variação explica-se pelo facto de o Banco, após ultrapassar um diferendo com o provedor de serviço de comunicação, ter regularizado em 2021 um conjunto de faturas no valor de total de STN 1.189.066,6, referente ao período compreendido entre 2012 a 2021.

A aquisição de novas licenças de software (como foi o caso da aplicação adquirida com a DIXTIOR, para suporte às funções de compliance), associado

## 26. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

Unid: mSTN	2022					
	Moeda		Moeda estrangeira			
	nacional	EUR	USD	Outras	Total ME	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	969.796.438	70.184.456	24.676.223	8.043.789	102.904.468	1.072.700.906
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3.520.194	37.059.102	36.650.881	16.557.524	90.267.508	93.787.702
Outros créditos sobre instituições de crédito	-	24.597.183	299.675.033	-	324.272.216	324.272.216
Créditos sobre clientes	799.426.490	17.132.251	3.407.437	-	20.539.688	819.966.179
Obrigações e outros títulos	420.128.205	-	-	-	-	420.128.205
Imobilizações corpóreas	208.989.411	-	-	-	-	208.989.411
Imobilizações incorpóreas	5.120.199	-	-	-	-	5.120.199
Imobilizações em curso	8.416.564	-	-	-	-	8.416.564
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	112.313.185	69.453.519	-	-	69.453.519	42.859.666
Contas de regularização	6.488.109	-	-	-	-	6.488.109
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.534.198.796</b>	<b>79.519.474</b>	<b>364.409.574</b>	<b>24.601.313</b>	<b>468.530.361</b>	<b>3.002.729.156</b>
Depósitos:						
À vista	1.671.807.884	248.695.912	243.841.869	7.385.651	499.923.432	2.171.731.317
A prazo ou com pré-aviso	130.432.363	7.626.647	25.268.706	990.242	33.885.595	164.317.958
Recurso de outras entidades	9.764.497	-	-	-	-	9.764.497
Outros passivos	24.463.831	30.448.925	1.146.903	-	31.595.827	56.059.658
Contas de regularização	71.564.560	7.767.361	893.259	-	8.660.620	80.225.181
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.908.033.136</b>	<b>294.538.845</b>	<b>271.150.737</b>	<b>8.375.893</b>	<b>574.065.475</b>	<b>2.482.098.611</b>
<b>Ativo/(Passivo) líquido</b>	<b>626.165.660</b>	<b>(215.019.371)</b>	<b>93.258.837</b>	<b>16.225.420</b>	<b>(105.535.114)</b>	<b>520.630.546</b>

Tabela continua...

Unid: mSTN	2021						
	Moeda	Moeda estrangeira				Total ME	Total
	nacional	EUR	USD	Outras			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	883.445.913	97.295.879	28.730.564	7.787.988	133.814.432	1.017.260.344	
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2.090.795	34.036.340	55.089.680	3.780.782	92.906.803	94.997.598	
Outros créditos sobre instituições de crédito	-	-	334.094.005	-	334.094.005	334.094.005	
Créditos sobre clientes	650.116.629	20.071.136	5.360.127	-	25.431.263	675.547.892	
Obrigações e outros títulos	361.758.555	-	-	-	-	361.758.555	
Imobilizações corpóreas	217.662.473	-	-	-	-	217.662.473	
Imobilizações incorpóreas	5.226.155	-	-	-	-	5.226.155	
Imobilizações em curso	9.958.711	-	-	-	-	9.958.711	
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-	
Outros ativos	33.818.551	1.301.242	2.817.075	-	4.118.317	37.936.868	
Contas de regularização	4.583.348	-	-	-	-	4.583.348	
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.168.661.129</b>	<b>152.704.598</b>	<b>426.091.452</b>	<b>11.568.771</b>	<b>590.364.820</b>	<b>2.759.025.950</b>	
Depósitos:	-	-	-	-	-	-	
À vista	1.516.439.144	267.223.636	165.098.257	3.535.940	435.857.833	1.952.296.978	
A prazo ou com pré-aviso	14.442.375	26.658.764	150.762.579	1.968.432	179.389.775	193.832.150	
Recurso de outras entidades	8.943.702	587.539	439.235	-	1.026.774	9.970.476	
Outros passivos	15.713.072	48.172.044	522.740	-	48.694.784	64.407.856	
Contas de regularização	70.955.900	6.295.264	797.989	-	7.093.252	78.049.153	
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.626.494.194</b>	<b>348.937.247</b>	<b>317.620.799</b>	<b>5.504.372</b>	<b>672.062.419</b>	<b>2.298.556.612</b>	
<b>Ativo/(Passivo) líquido</b>	<b>542.166.936</b>	<b>(196.232.650)</b>	<b>108.470.653</b>	<b>6.064.398</b>	<b>(81.697.598)</b>	<b>460.469.337</b>	

## 27. PASSIVOS CONTINGENTES

De acordo com a política contabilística 2.2. p), os principais passivos contingentes e outros compromissos enquadrados na IAS 37 são os seguintes:

Em 2018, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe foi notificado de um processo, no montante de STN 1.715.000, instaurado por um cliente devedor de uma operação de crédito. Por sentença proferida em 24 de agosto de 2020, o BISTP foi absolvido, porém, o autor interpôs recurso ao Supremo Tribunal de Justiça, aguardando-se prolação da sentença.

Em 2022, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe foi notificado de um processo de contraordenação, movido pelo Banco Central de S. Tomé e Príncipe, na sequência do qual foi fixado uma multa no montante de STN 2.000.000. Entretanto, o Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe interpôs um recurso junto do Tribunal de 1.ª Instância, e aguarda uma decisão (Nota 15).

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de janeiro de 2023, o Banco foi notificado de um processo de contraordenação, movido pelo Banco Central de S. Tomé e Príncipe, na sequência de uma ação de inspeção de rotina ocorrida entre maio e setembro de 2022. O Banco apresentou a sua defesa em 13 de fevereiro de 2023, junto do Banco Central de S. Tomé e Príncipe, do qual aguarda uma posição, e interpôs recurso junto do Tribunal de 1.ª Instância, aguardando igualmente uma decisão.

O Conselho de Administração sustentado na opinião dos seus advogados

entende que não é possível nesta data efetuar uma adequada estimativa dos potenciais encargos que podem advir para o Banco como resultado desta ação, pelo que entende que não estão reunidos os critérios previstos na NAP nº 5/2009 para o registo de uma provisão para este processo.

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data do balanço e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

## 29. CONFLITO NA UCRÂNIA

Apesar do BISTP não ter relações ou interesses comerciais diretos nas regiões em que hoje se assiste a uma maior tensão e conflito decorrente de questões geopolíticas (guerra da Rússia contra a Ucrânia), reconhece-se que a eclosão deste diferendo, numa região e entre países que têm algum peso na produção de matérias-primas e no comércio mundial, poderá afetar de certa forma o negócio do Banco, em particular no que diz respeito ao aumento dos preços dos produtos e serviços à escala global, provocado por alguma escassez de produção e atrasos na cadeia de fornecimento. Numa conjuntura como esta, é expectável que alguns projetos ou atividades do Banco e de seus Clientes, que dependam da aquisição de produtos e serviços do exterior, possam sofrer atrasos.

Não obstante o risco ao qual o País está exposto, em face desta atual conjuntura internacional, nesta fase é difícil o Banco definir com precisão a magnitude do impacto que esta situação poderá provocar no seu negócio e atividade.



**Doce de Camoca**  
Feito com Milho torrado

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos senhores accionistas:

### 1. INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei, nomeadamente da Lei n.º 9/92 sobre as Instituições Financeiras, e dos Estatutos, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A. R. L. (BISTP), relativos ao exercício de 2022, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

### 2. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da sociedade, descritas no seu Regulamento aprovado em Setembro de 2022, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da gestão e dos resultados da sociedade, em especial no que respeita:

- ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- à observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- à eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Para o efeito, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- analisou as normas externas e internas vigentes. De realçar a importância da NAP n.º 8/2022 sobre Controlo Interno e Compliance, com entrada em vigor em Setembro de 2023, tendo o Conselho de Administração apresentado ao Banco Central um plano de adequação e antecipado para 2022 a sua implementação no que diz respeito ao relatório anual;
- acompanhou a evolução da estrutura organizativa do BISTP, nomeadamente das suas áreas de controlo, e as decisões da Comissão de Riscos e da Comissão da Auditoria e Controlo Interno;
- analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos;
- recolheu informação do Conselho de Administração em matérias relacionadas com as atribuições do Conselho Fiscal, nomeadamente as relacionadas com as demonstrações financeiras e a evolução da atividade da sociedade. O Conselho Fiscal esteve presente em quatro reuniões do Conselho de Administração do BISTP;

- acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira do BISTP;
- participou em quatro reuniões, uma em cada trimestre, com os primeiros responsáveis dos Gabinetes de Compliance, de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de Planeamento e Controlo, sendo de realçar:
  - i) o acompanhamento das recomendações resultantes da consultoria da CGD à função Compliance e dos planos de ação em consequência da inspeção realizada pelo Banco Central.
  - ii) a contribuição do Auditor Independente na vertente do Controlo Interno e de Compliance. De assinalar a identificação de um maior número de deficiências de Controlo interno comparativamente a 2021, das quais 15% são de risco elevado.
  - iii) que os principais indicadores de risco de solvabilidade e de liquidez mantêm-se em níveis muito adequados. Em relação à gestão do principal risco, o de crédito, de referir as medidas tomadas conducentes a uma melhoria do risco e a um adequado provisionamento, num ambiente que se mantém de muita incerteza, também em virtude da invasão da Federação Russa na Ucrânia;
  - iv) em relação à estratégia decorrente do “apetite ao risco” registou a continuação da atitude de prudência do Banco, preferindo suportar um maior excesso de liquidez a aumentar excessivamente a exposição ao risco da sua dívida pública;
  - v) em relação investimento conducente ao fortalecimento da banca eletrónica, nomeadamente nos processos de modernização das infraestruturas dos sistemas de pagamento e no *up-grade* do *workflow* de crédito, a instituição revela aposta na sustentabilidade do negócio com risco mais controlado.
- reuniu, com os representantes do Auditor Independente, inteirando-se dos planos de trabalho, das principais conclusões e recomendações pelos mesmos formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições. As matérias consideradas relevantes para o Auditor Independente, as provisões e imparidades para a carteira de crédito de clientes e a valorização de imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito, foram especialmente acompanhadas pelo Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal examinou, além disso, nos termos da Lei:

- o Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2022;
- o Balanço a 31 de Dezembro de 2022 e as Demonstrações dos Resultados relativa ao exercício de 2022;
- o Relatório do Auditor Independente, sem reservas nem ênfases, que merece o nosso acordo.



### 3. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- as Demonstrações Financeiras estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados da sociedade;
- o Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios da sociedade, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Acionistas.

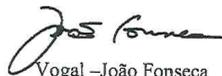
Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração e aos Serviços da sociedade, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Cidade de São Tomé, 27 de Abril de 2023

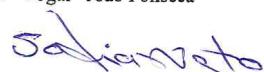
O CONSELHO FISCAL



Presidente – João Sales Luís



Vogal – João Fonseca



Vogal – Sofia Santos Neto